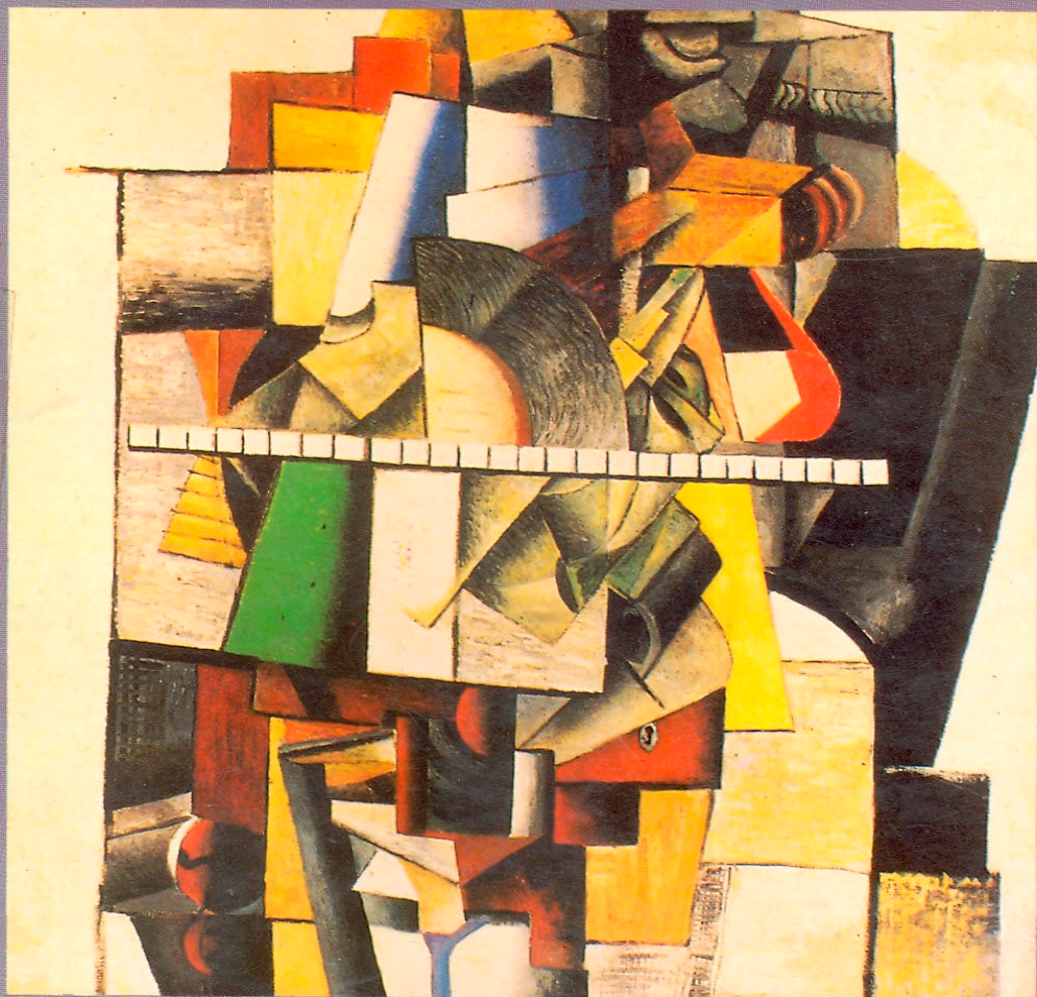


# IDÉIAS

Ano 2 n° 1

janeiro/junho 1995



Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



UNICAMP

# IDÉIAS

Ano 2

nº 1

janeiro/junho 1995

---

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



UNICAMP



# IDÉIAS

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas

**Diretor:** João Quartim de Moraes

**Diretor Associado:** Armando Boito Junior

**Comissão Editorial:** Ciro Flamarion S. Cardoso - Décio Saes - Eduardo Viola - Jacynto Lins Brandão - João José Reis - José Cavalcanti de Souza - José Vicente Tavares dos Santos - Lia Osório Machado - Marilena Chauí - Marisa Lajolo - Octavio Ianni - Pedro Jacobi - Roberto Cardoso de Oliveira - Ubirajara Rebouças - Vilmar Faria

**Comissão de Redação:** Alcides Hector Rodriguez Benoit - Arley Ramos Moreno - João Quartim de Moraes - Leila da Costa Ferreira - Luis Roberto Monzani - Márcio Bilharinho Naves - Pedro Paulo Abreu Funari

**Secretário de Redação:** Márcio Bilharinho Naves

**Editor Gráfico:** Carlos Roberto Fernandes - DAP / I.A.

**Setor de Publicações:** Elisabeth S. Oliveira - Mada Penteadó - Magali Mendes - Marilza Aparecida da Silva

**Produção:**

**Editoração:** Marilza A. Silva

**Revisão:** Mada Penteadó

**Projeto da capa:** Carlos Roberto Fernandes

**Impressão:** Gráfica Central da UNICAMP

# SUMÁRIO

---

5 Frantz Fanon:  
Um Itinerário Político e Intelectual  
*Renato Ortiz*

29 A Cultura Material e a Construção da  
Mitologia Bandeirante: Problemas da  
Identidade Nacional Brasileira  
*Pedro Paulo Abreu Funari*

49 O Ambientalismo após a Eco 92  
*Leila da Costa Ferreira*

## DOCUMENTO

### *Apresentação*

61 Astrojildo Pereira nos Bastidores da  
Historiografia Literária Brasileira  
*Marisa Lajolo*

99 Documento do Arquivo  
Astrojildo Pereira

## RESENHA

183 Hannah Arendt, Lições sobre a  
filosofia política de Kant  
*(Antonino Infranca)*





# FRANTZ FANON: UM ITINERÁRIO POLÍTICO E INTELECTUAL

Renato Ortiz\*

Este texto foi escrito há um certo tempo, em princípio, ele deveria fazer parte da coleção "Grandes Cientistas Sociais", coordenada por Florestan Fernandes. Seu destino foi outro, permaneceu esquecido, sem nunca ter sido publicado. Resolvi retomá-lo, reformulando alguns aspectos que julguei insuficientes. Não creio que o tempo tenha comprometido sua publicação, afinal, trata-se do estudo de um autor. Eu diria que existe inclusive uma atualidade na obra de Fanon. Se é verdade que o ciclo das revoluções anti-colonialistas se encerrou, existe, na problemática fanoniana, alguns temas que ressurgem nos anos 90. O primeiro, é o racismo, que se manifesta com toda sua força nas sociedades européias, revelando a essência de um etnocentrismo cujas raízes históricas são antigas. Segundo, a questão nacional, que diante do processo de globalização das sociedades, claro, sob um outro ângulo, se repõe como uma discussão crucial para o pensamento contemporâneo.

---

\* Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP.



## A vida intelectual francesa

Fanon deixa definitivamente Forte-França, sua terra natal, em 1947. Tendo, na II Guerra Mundial, lutado ao lado do exército francês, retorna, por um breve momento a Martinica, mas logo em seguida, parte para Lyon, onde inicia seus estudos de medicina. Entre 1947-1953, completa sua formação médico-psiquiátrica, ao mesmo tempo em que se envolve com o debate político e filosófico da época. É importante compreender que seus primeiros passos no domínio das Ciências Sociais, se fazem no seio de um quadro bem característico da vida do pós-guerra. Junto às polêmicas que recobrem o pensamento político e universitário dos anos 50, Fanon alimenta suas primeiras aspirações intelectuais. Filosoficamente, seu destino será profundamente marcado por Sartre, e não é em parte sem razão que, Jean Marie Domenach, editor da revista *L'Esprit*, comentando seu livro, *Os Condenados da Terra*, o considera como um discípulo da filosofia sartriana. Domenach acredita que o existencialismo de Fanon: carrega um elemento de radicalização do marxismo.<sup>1</sup> Na verdade, existe um estreito paralelo entre os processos de politização, de Sartre e de Fanon: a guerra de libertação da Argélia, os aproxima ainda mais, reforçando suas afinidades eletivas. *Le Temps Modernes* é uma das poucas revistas de esquerda que apoia, sem restrições, os objetivos da Frente de Libertação Nacional (FLN). No momento em que, desajeitadamente, o Partido Comunista Francês busca redefinir o mito da Argélia francesa, ou os socialistas reforçam o sentimento nacionalista, Sartre escreve, "O colonialismo é um sistema", onde propõe, sem ambigüidades,

---

<sup>1</sup> Ver J.M. Domenach, "Les Damnés de la Terre", *L'Esprit*, vol. 30, nº 3, março de 1962; vol. 30, nº 4, abril de 1962.

a união de argelinos e de franceses, contra a tirania da metrópole.<sup>2</sup> Não é por acaso que é Sartre quem escreve a introdução de *Os Condenados da Terra*, e que alguns dos escritos de Fanon, são publicados como artigos no *Les Temps Modernes*. Entretanto, as vias de politização são distintas. Sartre permanece sempre um intelectual radical, Fanon se envolve diretamente na luta revolucionária. Caminhos que irão inclusive afastá-los, no momento de radicalização do embate anticolonial e da exacerbação dos argumentos.<sup>3</sup>

Compreender as premissas político-filosóficas que orientam o pensamento de Fanon, é desvendar alguns traços da vida intelectual francesa, nos anos que se seguem ao final da II Guerra Mundial. As categorias que presidem seu discurso podem ser melhor apreendidas quando referidas às discussões que dominam este período conturbado e fecundo. Um primeiro aspecto, diz respeito à introdução de Hegel na França. Durante um longo tempo, Hegel permaneceu praticamente desconhecido entre os filósofos franceses, até o momento em que Kojève e Hyppolite iniciam seus trabalhos sobre o idealismo alemão.<sup>4</sup> Entre 1939 e 1941 é completada a tradução da *Fenomenologia do Espírito*, e em 1946, são publicados os comentários de Hyppolite e Kojève sobre o sistema hegeliano.<sup>5</sup> Difunde-se, a partir de então, uma interpretação humanista do idealismo, sublinhando, no texto hegeliano, a problemática do senhor e do escravo. Ao mesmo

---

<sup>2</sup> J.P. Sartre, "Le colonialisme est un système", *Les Temps Modernes*, nº 123, março-abril de 1956.

<sup>3</sup> Ver o testemunho de Simone de Beauvoir em *Les Forces des Choses*, Paris, Gallimard, 1963.

<sup>4</sup> Sobre a presença de Hegel na França, consultar Mark Poster, *Existential Marxism in Postwar France*, N. Jersey, Princeton University Press, 1977.

<sup>5</sup> Ver A. Kojève, *Introduction à la lecture de Hegel*, Paris, 1946; J. Hyppolite, *Genèse et structure de la phénoménologie de l'Esprit de Hegel*, Paris, 1946.



tempo, tornam-se conhecidos na França, os *Manuscritos de 44*, nos quais Marx compreende o processo de libertação do homem através do conceito hegeliano de alienação. Ao marxismo ortodoxo, representado pelo Partido Comunista Francês, contrapõe-se assim um marxismo humanista, muitas vezes reinterpretado pela tradição católica, e existencialista, que buscam em Marx e Hegel uma fonte de inspiração. Fanon será profundamente influenciado por esta corrente intelectual. Em diversos escritos, ele irá identificar a relação entre branco/negro, colonizador/colonizado, à dialética do senhor e do escravo. Neste sentido, a libertação do homem é compreendida como um processo de desalienação, isto é, como uma superação de termos que se excluem. Seu entendimento do papel da violência nas sociedades, em boa parte se fundamenta numa leitura "kojeviana" do texto hegeliano, pois ela é o meio através do qual, a liberdade dos indivíduos se realizaria.

Outro ponto refere-se a Sartre, em particular à polêmica entre marxismo e existencialismo. A publicação de *O Ser e o Nada* (1943), inaugura um debate que gira em torno da liberdade individual. No entanto, a visão sartriana, é distinta, e se contrapõe ao pensamento dialético. Sartre busca descobrir no indivíduo uma dimensão externa às determinações históricas e sociais. Neste sentido, o homem se definiria como pura liberdade, escolhendo seu destino a revelia das imposições sócio-econômicas. Ponto criticado pelos marxistas, pois esta concepção abstrata da liberdade transcenderia às próprias relações da vida material. Tanto o método da redução fenomenológica, quanto as premissas filosóficas do existencialismo, são duramente atacados pelo pensamento marxista, na época representado pelos intelectuais do PCF. O existencialismo é assim identificado a uma "moda" pequeno-burguesa, e um autor como Lukács, chega a

considerá-lo como a expressão mais bem acabada do último estágio do imperialismo.<sup>6</sup> A polêmica tem um peso decisivo sobre Fanon, que se inclina para o pensamento fenomenológico. Isso vai talvez marcar definitivamente sua posição de proximidade-distância em relação ao marxismo, tensão que se manifesta em vários de seus escritos.

## Racismo e negritude

Fanon publica seu primeiro livro em 1952, ensaio no qual analisa o racismo a partir de sua experiência vivida.<sup>7</sup> A filiação existencialista pode ser apreciada quando o autor apresenta os objetivos do livro.

"Alguém, a quem falávamos de nosso trabalho nos perguntou o que esperávamos com ele. Desde o estudo decisivo de Sartre, *O Que é a Literatura?*, a literatura se engaja, cada vez mais, na sua única e verdadeira tarefa, que é de fazer a coletividade passar à reflexão e à meditação; este trabalho pretende ser um espelho à infraestrutura progressiva onde o negro possa encontrar a via de sua desalienação".<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> G. Lukács, *Existencialismo ou Marxismo?*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. O livro de Lukács foi publicado em 1948; outros marxistas também escrevem nesta época contra o existencialismo: H. Lefebvre, *L'Existencialisme* (1946) e H. Mougín, *La Sainte Famille Existencialiste* (1947).

<sup>7</sup> F. Fanon, *Peau Noire Masques Blancs*, Paris, Seuil, 1952.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 148. O livro de Sartre, a que Fanon se refere, foi publicado por Gallimard em 1948.

A escrita se transforma assim em instrumento de tomada de consciência. O processo de desalienação do negro, passa portanto pela conscientização de que o racismo possui mecanismos próprios. Neste sentido, o ato de escrever, se reveste de uma importância política capital, ele age como estímulo diante da passividade imposta pelas condições sociais. Entretanto, coerente com sua inspiração fenomenológica, Fanon distingue entre alienação intelectual e alienação econômica, artifício que lhe permite distanciar-se da corrente marxista. Seu estudo se faz a partir de "dentro", isto é, do ponto de vista daquele que sofre o racismo no seu íntimo. *Pele Negra Máscaras Brancas* exprime a subjetividade de um escritor negro visando alcançar outras subjetividades. Não são pois as razões objetivas que engendram o racismo que lhe interessam diretamente, mas como ele é interiorizado pelo negro. Evidentemente, o autor não pretende negar a existência de uma realidade que "situa" a questão racial, não obstante, seu enfoque privilegia a compreensão da personalidade negra. Sua análise é profundamente existencialista, mergulhando na vivência, na intimidade do indivíduo, mostrando suas ambigüidades e contradições. Fanon segue a trilha já esboçada por Sartre, em sua introdução ao livro dos poetas da negritude, *Orfeu Negro*.<sup>9</sup> Comparando o negro ao operário, Sartre procurava entender as diferenças entre as manifestações racistas, que considerava como concretas e particulares, e a opressão de classe, caracterizada como universal. A classe, representaria assim uma dimensão da realidade objetiva, enquanto que a negritude, tomada de consciência do homem negro de sua dimensão negra, pertenceria ao domínio da subjetividade. Dito em jargão sartriano, a negritude seria a superação de uma situação

---

<sup>9</sup> Sartre, *Black Orpheus*, Paris, Présence Africaine (1ª edição, 1948).

dada pela consciência livre, vivendo livremente. O tema introduz imediatamente a problemática da "escolha". Fanon retoma esta perspectiva quando analisa o complexo de inferioridade do negro diante do branco. Ele diz: a) "eu devo auxiliar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar uma latificação alucinatória, mas a agir no sentido da mudança das estruturas sociais"; b) "meu objetivo será, uma vez esclarecidos os móveis, de colocá-lo em condições de escolher uma ação ou a passividade em relação às estruturas sociais".<sup>10</sup> A primeira parte da citação orienta suas preocupações no sentido explícito da mudança social, porém, sua análise permanece fundamentalmente no terreno fenomenológico. A escolha é um ato de clarividência que confere sentido a uma ação individualizada.

Este ponto é central, no contexto da polêmica entre marxismo e existencialismo. Ele nos remete a todo o problema da liberdade, que mencionamos anteriormente. Mesmo sendo muito difícil condensar a filosofia existencialista em poucas palavras, creio ser possível, pelo menos, partir de uma afirmação de Sartre: "Eu estou condenado a existir para além de minha essência, dos móveis e motivos de meu ato; eu estou condenado a ser livre. Isto significa que não é possível encontrar outros limites para minha liberdade, do que ela mesma".<sup>11</sup> Concebido dentro desta perspectiva, o homem se define como pura liberdade. É bem verdade que a teoria sartriana vincula a ação à situação na qual está submerso o indivíduo, no entanto, na medida que o homem se define por sua liberdade, a escolha, no interior desta situação, é um ato transcendental. O estudo de Sartre sobre a questão judia, um paradigma para Fanon, desenvolve claramente, no quadro de um exemplo concreto, suas

---

<sup>10</sup> Fanon, *Peau Noire Masques Blancs*, op. cit. pp. 80-81.

<sup>11</sup> J.P. Sartre, *L'Être et le Néant*, Paris, Gallimard, p. 494.

premissas filosóficas.<sup>12</sup> Ao criticar Marx e Durkheim, Sartre se afasta das análises objetivistas, que em princípio atribuem ao todo (a classe social ou a consciência coletiva) a determinação sobre a ação social. Aplicando seu raciocínio ao problema judeu ele inverte a relação entre o indivíduo e a realidade objetiva. Para Sartre, não é a história que engendra a noção de judeu, mas é a idéia que os outros fazem do judeu que marca a história. Neste sentido, o antissemitismo faz o judeu; a discriminação se define assim, através de uma dimensão subjetiva no seio da qual o judeu, pode, ou não, optar por uma conduta, passiva ou ativa, em relação ao racismo. A citação de Fanon, pode agora ser melhor entendida. As estruturas sociais determinam a situação objetiva na qual o racismo se insere, porém, a escolha pertence ao domínio da subjetividade. O objetivo de seu livro se esclarece pouco a pouco. Fanon se esforça em despertar a consciência negra, mostrar os descaminhos de uma personalidade corrompida pela sociedade, entretanto, o destino subjetivo de cada um, diz respeito apenas ao "paciente". Como o judeu para Sartre, o negro exprimiria sua autenticidade ou inautenticidade, no momento em que, diante da dominação racista, escolhesse a ação ou a passividade.

A força e a beleza de *Pele Negra Máscaras Brancas* é justamente descrever como funcionam os mecanismos de defesa e de controle da consciência negra. Fanon descobre assim junto à personalidade do negro, um complexo de inferioridade em relação ao branco. Seu destino oscilaria entre a confirmação deste complexo, uma escolha patológica, e uma participação ativa, emancipatória de sua consciência. Porém, quando Fanon fala de complexo, ele não está se referindo a um fenômeno de tipo libi-

---

<sup>12</sup> Ver J.P. Sartre, *Réflexions sur la question juive*, Paris, Gallimard, 1976.

dinoso, freudiano, inerente à "essência negra". Pelo contrário, o complexo de inferioridade resulta de uma situação concreta, a opressão branca. A discussão que Fanon tem com Mannoni é particularmente esclarecedora. Enquanto psiquiatra, Mannoni procura demonstrar a existência de um complexo de inferioridade "natural" ao africano; neste sentido o homem da África se diferenciaria do homem ocidental, e a ele não se aplicariam inteiramente os ensinamentos de Freud. Fanon critica duramente esta perspectiva, que ele julga etnocêntrica, e se orienta na busca de um africano "puro", representante de uma África colonial, justamente no momento em que o colonialismo se impõe como um fato social global. Retomando o conceito de "situação colonial", ele insiste em dizer que a natureza deste complexo é de ordem social; caberia ao negro aceitá-lo ou rejeitá-lo. Dito de outra forma, ele corresponderia à uma interiorização de uma situação de dominação, cuja contrapartida se expressaria na vontade de embranquecimento. A personalidade negra se desvenda assim como ambígua, combinando dimensões antagônicas. Ela seria marcadamente esquizofrênica, pois se constituiria, primeiramente em relação aos próprios negros, segundo, tendo como referência o mundo dos brancos. Tudo se passa como se o negro possuísse uma dupla identidade. Por isso Fanon afirma que o negro não possui "resistência ontológica" quando desnudado pelo olhar do branco. Sua "essência" se dissolveria nas malhas do embranquecimento. O negro quer sempre ser reconhecido como branco. Fanon retoma neste ponto a temática hegeliana do reconhecimento, associando a dominação branco/negro, à relação senhor/escravo. Hegel nos havia ensinado que o senhor reconhece o outro enquanto escravo, e que este, considerava a si mesmo, apenas enquanto escravo. A reversão desta antinomia ocorreria quando o senhor é negado enquanto dominador e o escravo



enquanto Ser dominado. A superação hegeliana pressupõe portanto que o escravo se reconheça enquanto homem, colocando-se desta forma, em pé de igualdade com o senhor. Estudando a problemática do negro, Fanon encontra, no interior da dialética dominador/dominado, um elemento subjetivo que dificulta a superação. Ao se identificar ao branco, o negro-escravo se reconhece enquanto Ser alienado, obstruindo o movimento de superação inscrito na dialética hegeliana. A vontade de embranquecimento exprime esta dimensão subjetiva que identifica o escravo ao senhor, acentuando a contradição entre uma ilusão subjetiva, e uma realidade cruel, que a todo momento, confirma a subalternidade do negro-escravo. O processo de reconhecimento se realiza assim de uma maneira patológica, pois o negro não percebe que para o branco, ele é apenas, um objeto entre outros tantos. O racismo é justamente este movimento de reificação do Outro.

Mas a problemática racial possui ainda uma outra dimensão, a da negritude. Esta ideologia (no sentido positivo do termo) surge primeiramente como movimento literário, no contexto das colônias negras francesas.<sup>13</sup> Alguns intelectuais, dos quais os mais representativos são Aimé Césaire (antigo professor de Fanon na escola secundária), Léon Damas (Guiana), Leopold Sédhor (Senegal), se reúnem nos anos 40, em torno de um grupo de poetas, e pouco a pouco, desenvolvem um conjunto de argumentos que orientam o debate sobre a problemática negra. Em 1947, Alioune Diop, escritor senegalês, funda a revista *Présence Africaine*, principal porta-voz da expressão negro-africana. Basicamente, os poetas da negritude querem descobrir, no

---

<sup>13</sup> A. Irele, "Negritude and black cultural nationalism", *The Journal of Modern African Studies*, nº 33, 1965; S. Adotevi, *Negritude et Negrologues*, Paris, Ed. 10/18, 1972.

seio da cultura africana, um fundo identitário comum, que venha se contrapor à dominação branca e ocidental. Trata-se portanto de um movimento de busca das raízes, exprimindo uma tomada de consciência do negro enquanto negro. Não obstante, como já observava Sartre, a negritude se define como um "anti-racismo racista", pois no combate à opressão branca, acentua uma dimensão racializada do mundo negro. O movimento certamente espelha uma identidade própria, mas deve necessariamente postular a existência de uma essência negra, transcendental à realidade histórica. A ideologia da negritude se dedica assim a revelar o substrato ontológico de "todos" os homens de cor. Por isso a África torna-se o local privilegiado desta investigação filosófica, ela é o solo no qual se escondem as camadas geológicas de uma civilização autóctone, anterior ao contacto com o Ocidente. Valoriza-se desta forma os elementos tribais, em oposição às organizações modernas, privilegia-se a história pré-colonial dos povos africanos, em detrimento do estudo político da situação colonial, concebe-se o sentimento estético e a força da religião, como componentes básicos da personalidade negra, na sua essência, antagônica à "frieza" do logos ocidental.

Fanon observa com interesse a emergência desta ideologia, que em Paris, se forja diante de seus olhos. Ele guarda no entanto uma distância prudente em relação ao movimento. Desde o início percebe as ambigüidades que envolvem a negritude de *Présence Africaine*. Muito embora considere este esforço como uma forma de conscientização contra o racismo, sua apreciação não deixa de ser profundamente crítica. Na verdade, Fanon vê a negritude como uma etapa necessária, mas insuficiente, da consciência negra. Sufocada pela opressão, esta fase se caracterizaria como o momento no qual, o negro, culturalmente, se voltaria para suas próprias tradições. Estaríamos no "tempo das lembran-

ças", instante no qual a memória negra confrontaria a situação racista. O conceito de negritude aparece assim como a "antítese afetiva, senão lógica, deste insulto que o homem branco fazia à humanidade".<sup>14</sup> Substituiu-se desta forma a ideologia do embranquecimento por outra, na qual a superioridade da cultura européia é negada incondicionalmente. A racialização das reivindicações (estéticas, políticas e culturais), recuperam desta forma a dignidade negra. Fanon sublinha a importância deste movimento, que exprime os anseios de libertação nacional dos povos africanos. Mas ele permanece um crítico perspicaz da negritude.<sup>15</sup> Na verdade, esta ideologia postula a existência de uma comunidade homogênea de interesses, e em princípio transcenderia as condições sociais. Um negro senegalês, americano, ou antilhano, participariam da mesma "natureza", cultura cujo foco irradiador seria a África. Fanon se recusa a aceitar este ponto de vista. Ele argumenta que as especificidades históricas, as lutas políticas, revelam os antagonismos entre os negros, distanciando-se de uma pretensa essência ontológica. Por isso ele insiste sobre a impossibilidade de se criar uma comunidade de destino cultural para as diferentes nações e povos africanos.<sup>16</sup> A unidade africana, caso fosse possível, deveria ser pensada em termos políticos, e não culturais, contrapondo-se assim ao imperialismo e à dominação estrangeira.

Pode-se entender por que Fanon se distancia dos poetas da negritude. Ele se incomoda com esta busca superlativa das raízes.

---

<sup>14</sup> F. Fanon, *Les Damnés de la Terre*, Paris, Maspero, 1961, p. 146.

<sup>15</sup> Quando estuda a penetração da ideologia da negritude entre os negros das Antilhas ele diz: "Parece-me que os antilhanos, depois de viver o grande erro branco, estão agora vivendo a grande miragem negra". "Antilhais et Africains", in *Pour la Révolution Africaine*, Paris, Maspero, 1978.

<sup>16</sup> Ver *Les Damnés de la Terre*, *op. cit.*

Pois como fazem alguns intelectuais, como Alioune Diop, a própria mudança social termina sendo vista com desconfiança, como se fosse incompatível com o "gênio" negro. A essência negra se definiria assim como sentimento puro, uma oposição às necessidades técnicas, qualidades consideradas como atributos da sociedade ocidental. O negro é poeta, o branco técnico. Ao atribuírem à civilização africana a primazia do sentimento, os pensadores da negritude aceitam, sem o ressentir, a própria distinção consagrada pela Antropologia francesa na virada do século: a razão é branca, a alma é negra. Os teóricos da negritude, se aproximam assim de Levy-Bruhl, para quem o primitivo se caracterizaria essencialmente como um homem místico e estético.<sup>17</sup> Claro, a positividade que marca a mentalidade primitiva para Levy-Bruhl é invertida, o polo de referência ocidental, cede lugar à preeminência do negro. Mas uma artimanha rouba-lhe o espaço simbolicamente conquistado, pois a ênfase na presença negra, retira-lhe qualquer esperança de se expressar enquanto racionalidade. Afirmar que o branco é razão, implica em se conformar com a exclusão do negro do universo da ciência e da tecnologia (as bases materiais de expansão do capitalismo moderno). A ideologia da negritude retoma a dicotomia cristã entre corpo e alma, espírito e sentimento; atribuindo ao branco a razão, ela divide o ser humano em dois, impossibilitando a complementarização das partes que o constituem. Para Fanon, a existência de uma essência negra é inaceitável, pois o homem se define por sua unicidade. Neste sentido, não existem brancos ou negros, mas simplesmente o homem. Evidentemente, o racismo corresponde a um momento do processo de alienação, mas ele contém em seu bojo, os germes de

---

<sup>17</sup> Ver S. Adotevi, *op. cit.*

sua própria superação. Quando Sartre, no prefácio à antologia dos poetas negros, afirma que a negritude é um grito de libertação negra, Fanon responde: "Não, meu grito não é negro. Na perspectiva aqui adotada, não existe nenhum problema negro".<sup>18</sup>

## O processo de politização

Fanon completa seus estudos médicos em 1951. Após trabalhar durante alguns anos na clínica de Saint Alban la Losère, em 1953, parte para Blida (Argélia), onde dirige o hospital psiquiátrico local. A mudança irá transformar-lhe a vida. Na Argélia, ele entra em contacto com o movimento de libertação, engajando-se na luta revolucionária. Devido a suas posições políticas, é expulso de Blida em 1957. Fanon parte então para a Tunísia, juntando-se aos militantes argelinos da Frente de Libertação Nacional. Ao lado do trabalho médico, desenvolvido no hospital psiquiátrico de Tunis, ele torna-se membro da equipe editorial do *El Moudjahid*, jornal que difunde as diretrizes políticas da FLN. O processo de politização tem implicações substanciais no seu pensamento. Os escritos deste período refletem o clima da guerra anticolonialista, e em parte, mas não inteiramente, se afastam das premissas fenomenológicas anteriores. Fanon aproxima-se do marxismo, e uma nova problemática emerge em seus textos: a questão nacional. O tema integra o "espírito da época", pois os anos 50 se caracterizam sobretudo pela descolonização dos povos africanos e asiáticos. Dien-Bienphu e Bandung são datas símbolos do declínio do colonialismo tradicional. A guerra da Argélia se insere dentro deste

---

<sup>18</sup> F. Fanon, *Peau Noire Masques Blancs*, op. cit., p. 23.

movimento mais amplo. O nacionalismo árabe não se circunscreve ao mundo argelino, outros países, como a Síria, Tunísia, o Egito de Nasser, se firmam como nações independentes diante das antigas metrópoles. Dentro deste quadro, a questão nacional adquire toda sua relevância.

É preciso porém situar a luta anticolonial. Ela não se dá sem contradições, seja em relação ao bloco soviético, ou à teoria marxista. Se Fanon se aproxima do marxismo, é bem verdade que a assimilação de novas categorias, como a de imperialismo, se fazem no contexto de uma configuração sócio-econômica particular. Por isso sua relação com a esquerda francesa é conflituosa, pois seu pensamento, em contacto com a realidade das sociedades periféricas, se afasta de uma tradição que compreende a questão nacional em termos exclusivamente das classes sociais.

Maxime Rodinson observa com justeza a inexistência de uma "teoria" marxista da nação. Na verdade, as preocupações do marxismo, no que diz respeito à problemática nacional, se vincularam sobretudo às considerações táticas requeridas nas diferentes fases do movimento proletário internacional.<sup>19</sup> Na medida em que a filosofia da praxis se apresenta como anti-particularista, tem-se que a problemática nacional encontra-se subordinada a objetivos mais amplos. Os escritos de Marx e de Engels sobre o Estado moderno, associa desta forma o conceito de classe nacional ao de classe dirigente, o que requer considerar a realidade das nações sob o prisma da ideologia dominante. A dificuldade torna-se ainda maior quando se observa que Marx e Engels, tendem muitas vezes a compreender a situação colonial segundo uma visão evolucionista, muito em voga no século XIX. Neste sentido, a expansão dos valores burgueses é vista como um processo

---

<sup>19</sup> Ver M. Rodinson, "El marxismo y la nación", in *Sobre la cuestión nacional*, Barcelona, Ed. Anagrama, 1975.



civilizatório.<sup>20</sup> Torna-se assim problemático entender o processo de independência dos povos colonizados. A II Internacional retoma os debates em torno da questão nacional, porém, embora existam alguns marxistas que apontem para direções novas, originais (por exemplo Otto Bauer), a tônica da discussão permanece o internacionalismo, do qual Kautsky é o representante mais autorizado.<sup>21</sup> Somente com Lenin o problema do colonialismo e a questão nacional deixam de ser considerados em termos exclusivamente econômicos, ganhando-se uma dimensão política específica, a autodeterminação dos povos.<sup>22</sup> Entretanto, uma vez que a autodeterminação vincula-se às estratégias da política, a questão nacional passa a ser interpretada segundo os critérios de sua oportunidade e conveniência.

As posições do PCF refletem necessariamente as contradições da própria tradição marxista, assim como os princípios táticos que dominam o cenário comunista internacional. Predomina ainda, junto à esquerda francesa, devido as lutas recentes contra o nazismo, uma certa desconfiança em relação a qualquer tipo de nacionalismo. Tem-se assim um conjunto de elementos que impedem uma melhor compreensão da problemática nacional. Na verdade, teoricamente, a ideologia do PCF não se contrapõe à idéia da independência argelina. No entanto, a formação de uma Argélia livre, autônoma, é vista em termos evolucionistas. Os comunistas acreditavam que a nação argelina estaria "em constituição". Num futuro ainda incerto, ela poderia se tornar uma realidade. Na prática, este entendimento equivalia à uma oposição

---

<sup>20</sup> Ver Jaime Pinsky (org.), *Questão Nacional e Marxismo*, São Paulo, Brasiliense, 1980; Marx/Engels, *Marxisme et Algérie*, Paris, Ed. 10/18, 1976.

<sup>21</sup> Consultar Leopoldo Marmora (org.), *La Internacional y el Problema Nacional y Colonial*, Mexico, Cuadernos Pasado y Presente, 1978.

<sup>22</sup> Lenin, *Obras Escogidas* (tomos III e VI), Buenos Aires, Ed. Cartago, 1973.

às diretrizes da FLN. Com efeito, os comunistas retomam o mito da Argélia francesa, reinterpretando-o. Eles recuperam a antiga oposição entre colônia de povoamento e colônia de exploração, elaborada por Kautsky. Dentro desta perspectiva, o conflito de classes superaria o antagonismo entre colonizador e colonizado.<sup>23</sup> A Argélia pode então ser considerada como uma colônia de povoamento na qual a opressão unificaria, sob uma mesma bandeira, trabalhadores franceses e povo colonizado. A noção de argelino adquire portanto uma conotação abrangente, ela englobaria uma população de origem árabe e francesa, explorada pela burguesia industrial. Associa-se desta forma o proletariado argelino ao proletariado europeu. Toda a política do PCF consistia em alimentar um projeto de assimilação das raças, o que permitiria no futuro, a afirmação da nação argelina.

Em contrapartida, a posição do partido socialista, em relação à independência, era ainda mais difícil. Minados por um sentimento nacionalista exacerbado, os socialistas procuravam a todo custo impor à Argélia uma estratégia de integração. Próximos a uma visão evolucionista do século XIX, eles acreditavam que a colonização trazia em seu bojo um "projeto de civilização".<sup>24</sup> A guerra é desta maneira vista como um problema interno do governo francês. Seria suficiente moralizar a política para que os excessos da violência colonial se esgotassem. Por isso os socialistas se recusam a abandonar o projeto de colonização, sugerindo como solução aos problemas, a criação de uma Argélia, unidade federativa vinculada à metrópole francesa.

---

<sup>23</sup> Ver Kautsky, "Socialismo e Política Colonial", in *La Internacional y el Problema Nacional y Colonial*, op. cit.

<sup>24</sup> Para uma autocrítica deste tipo de posição política ver Jean Daniel, "Socialisme et Anticolonialisme", *Esprit*, nº 28, maio de 1960.

## A situação colonial

Para entender a realidade argelina, Fanon retoma de Sartre e de Balandier o conceito de situação colonial.<sup>25</sup> Isto significa que metrópole e colônia estariam envolvidas por uma totalidade social, transpassando a todos, colonizadores e colonizados. A dominação colonial se manifesta assim em vários níveis, estendendo-se da vida ideológica à constituição da personalidade do homem colonizado. Esta totalidade formaria ainda um universo sui-generis, específico. Sua primeira característica: a ausência de mediação. O mundo colonial é compartimentado e divide-se em partes excludentes. Por isso Fanon o qualifica como "aristotélico", "maniqueísta". Uma comparação com o mundo ocidental revela seu traço essencial:

"Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder se interpõem uma variedade de professores de moral, de conselheiros, de "desorientadores". Nas regiões coloniais, pelo contrário, o policial e o soldado, pela sua presença imediata, suas intervenções diretas e freqüentes, mantêm o contacto com o colonizado e lhes aconselham, à golpes de coronha e de napalm, a não se mexer".<sup>26</sup>

A citação pode ser interpretada em termos gramscianos; o colonialismo se define pela ausência de uma sociedade civil articulada, e como tal, se caracteriza pela força, e não pelo consenso. O embate entre colonizador e colonizado prescinde de qualquer mediação, ele se manifesta diretamente. Não há zonas

---

<sup>25</sup> Sartre, "Le colonialisme est un système", *op. cit.*; G. Balandier, *Sociologie Actuelle de l'Afrique Noire*, Paris, PUF, 1ª edição 1955.

<sup>26</sup> Fanon, *Les Damnés...*, *op. cit.*, p. 8.

intermediárias para amortecer o conflito. Isso requer inclusive uma reorientação do diagnóstico da luta revolucionária. Dirá Fanon:

"Nas colônias, a infraestrutura é igualmente superestrutura. A causa é a consequência: é-se rico porque branco, é-se branco porque rico. Por isso as análises marxistas devem sempre ser levemente modificadas cada vez que se aborda o problema colonial. Não são as usinas, nem as propriedades, nem as contas no banco que caracterizam a classe dirigente. A espécie dirigente é primeiramente aquela que vem de fora, aquela que não se assemelha aos autóctones, os outros".<sup>27</sup>

A luta pela libertação deve pois se sustentar sobre forças sociais distintas daquelas analisadas por Marx. Não existe na colônia um operariado desenvolvido, todo o sistema econômico baseia-se na exploração de matérias primas, exportadas para o exterior. Por outro lado, a pequena parcela operária que trabalha nas zonas urbanas, é vista como sendo "privilegiada" em relação ao restante da população. A causa da revolução recruta seus adeptos fora da cidade, e se por acaso se volta para os centros urbanos, é junto ao lumpenproletariado que ela ganha forças. A revolução africana é uma realização dos "condenados da terra", desta população deserdada, que ocupa a posição mais ínfima na hierarquia social.

A temática da revolução introduz um aspecto central do pensamento de Fanon: a violência. O tema é em si polêmico. Ele envolve não apenas a compreensão de uma realidade específica, mas nossas próprias posições morais. Por isso é necessário deixar

---

<sup>27</sup> *Idem*, p. 9.

claro sua perspectiva. Contrariamente a Sorel,<sup>28</sup> que pensa a violência como algo inerente à natureza humana, Fanon a considera como um traço de uma determinada situação histórica. Ela é produzida socialmente, e de forma alguma poderia ser associada à uma dimensão imanente ao homem. A violência decorre da própria dualidade da situação colonial, na qual os opositores se afrontam diretamente, sem mediações. Sua sedimentação gera uma agressividade que se manifesta inclusive na atividade psíquica dos indivíduos. Como psiquiatra, Fanon dirá que "os sonhos dos indígenas são sonhos musculares, sonhos de ação, sonhos agressivos. Eu sonho que salto, nado, corro, subo em árvores... Durante a colonização, o colonizado não cessa de se liberar entre nove horas da noite e seis horas da manhã".<sup>29</sup> Devemos porém diferenciar, como o faz Marcuse, entre uma violência como defesa da vida e outra como agressão.<sup>30</sup> O movimento de libertação nacional é uma resposta à opressão. Dirá Fanon em linguagem newtoniana:

"A violência do regime colonial e a contra violência do colonizado se equilibram e se respondem numa homogeneidade recíproca extraordinária. O desenvolvimento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado".<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> Ver G. Sorel, "Refléxions sur la violence", Paris, Marcel Rivière, 1936; para uma análise mais detalhada do papel da violência na obra de Fanon consultar Renate Zahar, *Franz Fanon: Colonialism and Alienation*, N. York, Monthly Press, 1974.

<sup>29</sup> Fanon, *Les Damnés...*, op. cit., p. 18.

<sup>30</sup> Ver Marcuse, "The problems of violence and the radical opposition", in *Five Lectures*, Boston, Beacon Press, 1970.

<sup>31</sup> Fanon, *Les Damnés...*, op. cit., p. 47.

A intensidade da reação é igual e contrária à ação violentadora.

O processo de libertação se configura portanto como violento, ele realiza o que Fanon denomina de "agressividade atmosférica" sedimentada pela situação colonial. Entretanto, esta violência-resposta possui uma qualidade nova, ela não é pura violência. Fanon acredita que o movimento de libertação carrega em seu bojo o germe de uma "nova" espécie humana. Sua análise insere-se dentro da perspectiva hegeliana, e revela um profundo humanismo, a crença que o homem só pode se realizar enquanto liberdade. A violência do senhor oprime, mas, como ensina a dialética do senhor e do escravo, a resposta do escravo transcende, e abole, sua própria condição de oprimido. A morte do colonizador é também a morte do escravo. Por isso a eliminação da violência só pode ocorrer com a superação do sistema colonial. Neste sentido, as lutas nacionais não dizem respeito apenas à política (a independência dos povos), elas consubstanciarium uma etapa necessária da condição humana.

## **A questão nacional**

Vimos como o conceito de situação colonial tem uma importância capital para o pensamento de Fanon. Entretanto, esta presença opressiva existe para ser negada. Isto significa que o mundo colonial só pode ser corretamente entendido quando contraposto a uma outra referência, a unidade nacional. A nação é a categoria através da qual se realiza sua superação. A independência configura desta forma o processo de descolonização, a luta contra o colonialismo e, talvez mais importante ainda, a desalienação do próprio homem.



Evidentemente, um primeiro significado da categoria nação é natureza sócio-político. Libertação nacional quer dizer criação de um Estado argelino independente. A questão nacional insere-se assim no quadro dual do sistema colonialista. A realidade colonial se apresenta na sua inteireza, e contrasta em bloco com a dominação exterior. A nação argelina representa a polaridade antagônica à nação francesa. Dentro desta perspectiva, o mundo colonial é percebido como sendo homogêneo, sem fissuras ou conflitos. Entretanto, uma leitura cuidadosa de *Os Condenados da Terra*, revela algumas diferenças em relação aos escritos políticos anteriores. Escrito depois da guerra colonial, o livro introduz algumas preocupações que se encontravam ausentes do pensamento de Fanon. O capítulo, "Desaventuras da consciência nacional" aponta para novos rumos. Contrariamente à totalidade homogênea, postulada anteriormente pelo conceito de situação colonial, temos agora uma nação fragmentada fissurada por interesses díspares. Conflitos surgem entre burguesia nacional e massas populares e as desavenças étnicas e religiosas parecem predominar. As manifestações anti-sudanesas no Congo, o racismo contra os senegaleses na Costa do Marfim, a discriminação contra os senegaleses no Congo, mostram uma África dilacerada, permeada por contradições tribais. Os conflitos latentes, sufocados pela dominação colonial, emergem, mostrando toda sua radicalidade, sua crueza. Sintomático, se a noção de situação colonial tinha permitido a Fanon diagnosticar com perspicácia os problemas de uma sociedade periférica, após a independência, ele torna-se insuficiente para captar o processo de construção nacional. Por isso, em seus escritos começam a surgir conceitos oriundos da literatura marxista, em particular a idéia de burguesia nacional. No entanto, para Fanon, esta burguesia possui unicamente um papel negativo. Ela seria apenas uma

classe incapaz de conduzir organicamente o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Ele afirma:

"A vocação da burguesia nacional autêntica nos países subdesenvolvidos seria de se negar enquanto burguesia, de se negar enquanto instrumento do capital para se tornar totalmente escrava do capital revolucionário que constitui o povo".<sup>32</sup>

Para acrescentar logo em seguida: a burguesia trilha um caminho antinacional para se transformar "numa burguesia burguesa, estupidamente, cnicamente burguesa". Mas poderia ser de outra forma? Seria plausível imaginar uma classe que se negasse enquanto tal? Não bastaria a ela aplicar a dialética do senhor e do escravo para lembrar que toda negação necessita de seu contrário?

Uma ambigüidade se introduz na análise proposta. Penso que ela decorre da própria idéia que Fanon alimenta em relação à construção nacional. Na verdade, o conceito de nação não é apenas político-social, ele possui um significado ontológico. A nação é para Fanon uma utopia. Talvez a influência de Sartre tenha acentuado esta dimensão de "projeto", o que faz com que a utopia nacional não coincida com a realidade nacional. Quando Fanon, por exemplo, afirma que a velha Argélia está morta, ele procura imediatamente vinculá-la ao nascimento de um novo homem.

"As relações novas não são a substituição de uma barbárie por outra, de um esmagamento do homiem por outro esmagamento do homem. O que nós argelinos queremos é descobrir o homem por trás

---

<sup>32</sup> Fanon, *Les Damnés...*, *op. cit.*, p. 96.

do colonizador; este homem é ao mesmo tempo ordenador e vítima de um sistema que o havia sufocado e reduzido ao silêncio".<sup>33</sup>

Neste sentido, a superação da situação colonial reabilita inclusive o antigo opressor. Por isso a questão nacional se fundamenta na existência do homem em geral, contrapondo-se ao nacionalismo e ao chauvinismo. Enquanto totalidade indivisa, a nação se define pela sua autenticidade, isto é, como utopia, projeto de realização de uma "outra" sociedade. Ao criticar a burguesia nacional Fanon observa: "A consciência nacional *deveria* ser a cristalização das aspirações mais íntimas do conjunto do povo, o produto mais palpável da mobilização popular".<sup>34</sup> A citação, enunciada no condicional, é reveladora. Ela nos remete para um tempo futuro. Neste sentido, os conflitos entre classes, etnias, não decorrem tanto da multiplicidade do real, mas sobretudo enquanto inadequação entre utopia e realidade. Por isso Fanon pode imaginar a existência de uma burguesia que em princípio recusaria a negar-se a si mesma. Ele denuncia o espírito chauvinista desta burguesia, desmistifica sua política nacionalista de "africanização dos quadros", combate sua ambição de poder, porém, sua análise oscila entre o real e o utópico, resolvendo-se apenas pela afirmação de um humanismo radical. O projeto se sobrepõe assim à realidade, reconduzindo Fanon às suas antigas preocupações sobre a autenticidade do homem. Seja ele negro ou colonizado, senhor ou escravo, sua realização como liberdade, seria uma promessa, uma esperança, uma abertura para um tempo futuro.

---

<sup>33</sup> Fanon, *Sociologie d'une Révolution*, Paris, Maspéro, 1966.

<sup>34</sup> Fanon, *Les Damnés...*, *op. cit.*, p. 95.

# A CULTURA MATERIAL E A CONSTRUÇÃO DA MITOLOGIA BANDEIRANTE: PROBLEMAS DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA\*

Pedro Paulo Abreu Funari\*\*

## Introdução

As identidades nacionais latino-americanas, desde o começo dos nossos Estados independentes, no século XIX, desenvolveram-se mais como um problema do que como uma consequência natural do processo de independência. Os sinais de agitação política, durante o período final da época colonial, em toda a

---

\* Este trabalho foi apresentado, originalmente, em La Plata, Argentina, no Simpósio "Cultura material e uso do passado: a identidade nacional na América Latina", em maio de 1992, a convite da Universidade Nacional de La Plata. Posteriormente foi comentado por Maria Isaura Pereira de Queiroz e por Brian Durrans, aos quais sou muito devedor e grato. Devo agradecer, ainda, aos seguintes colegas que forneceram trabalhos, trocaram idéias ou ajudaram de diferentes formas: Mark Leone, Mário Maestri, Charles E. Orser Jr., Irina Podgorny, Michael Rowlands, Michael Shanks, Christopher Tilley e Bruce G. Trigger. A responsabilidade pelas idéias apresentadas recai apenas no autor.

\*\* Departamento de História do IFCH/UNICAMP.

América Latina,<sup>1</sup> foram caracterizados pelo fato que diferentes regiões do Novo Mundo Português e Espanhol conspiravam contra a administração colonial por motivos econômicos e políticos e não por razões de diferenças culturais com as metrópoles.<sup>2</sup> Por trás destes primeiros movimentos autonomistas das elites coloniais não havia lugar para uma identidade verdadeiramente americana pois as ideologias foram importadas, diretamente, da Europa, em particular as idéias do Iluminismo.<sup>3</sup> Sempre foi difícil, para as primeiras elites nacionais da América Latina, justificar a existência de diferentes países independentes no Continente. Nos países de fala castelhana, o mesmo fundo cultural espanhol estava em direta contradição com o grande número de novos Estados independentes.<sup>4</sup> No Brasil, o problema de identidade era o oposto: uma só língua, em uma área imensa, era o principal patrimônio cultural do novo Reino independente.<sup>5</sup> Contudo, durante os primeiros anos de independência, o governo brasileiro enfrentou uma série de rebeliões regionais até a revolta dos farrapos, em meados dos anos 1830.<sup>6</sup> Foi o exército, não uma natural identi-

---

<sup>1</sup>Cf. D. Alden, "Late colonial Brazil", in L. Bethel, *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, pp. 336-343.

<sup>2</sup>Cf. K.R. Maxwell, *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*, Cambridge, Cambridge University Press, 1973.

<sup>3</sup>Cf. E.B. Burns, "The role of Azeredo Coutinho in the Enlightenment of Brazil", in *Hispanic American Historical Review*, v. 44, 1964, e E. Viotti da Costa, "Introdução ao estudo da emancipação política", in C.G. Mota, *Brasil em perspectiva*, São Paulo, Difel, 1975, pp. 84-88.

<sup>4</sup>J. Ribeiro Jr., "O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas", in C.G. Mota, *cit.*

<sup>5</sup>Cf. L.M. Algranti, *D. João VI: os bastidores da Independência*, São Paulo, Ática, 1987, p. 63.

<sup>6</sup>Cf. C.G. Mota, *Nordeste 1817*, São Paulo, Perspectiva, 1972.

dade nacional brasileira, o responsável pela manutenção de um estado único no território do Brasil.<sup>7</sup>

Ainda que brasileiros e latino-americanos sejam, normalmente, considerados como conceitualmente diferentes,<sup>8</sup> os países de fala castelhana e portuguesa da América têm desafios comuns quanto à sua identidade: como enfrentar a questão da pluralidade de tradições herdadas? E ainda, como escapar do destino de copiar e reproduzir os desejos das elites de considerar-se "de caráter europeu"?<sup>9</sup> "Continuamos a experimentar uma vida cultural artificial, falsa e imitativa".<sup>10</sup> As ideologias indígena, negra, portuguesa e imigrante são apenas partes de nossa identidade, pois todos estes fundos culturais foram incorporados por meio de percepções de classe, em diferentes períodos. Como Renato Ortiz<sup>11</sup> enfatizou, "não há identidade autêntica, há uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes classes sociais, em diferentes períodos históricos". Os intelectuais brasileiros, quase sempre ligados, ideologicamente, às elites,<sup>12</sup> forjaram diferentes identidades brasileiras. Devemos, portanto, estudar suas idéias e conseqüências para a construção de uma base material para uma identidade inventada.

---

<sup>7</sup>Cf. E. Simões de Paula, "Introdução ao estudo da emancipação política", in S. Buarque de Holanda, *O Brasil monárquico*, São Paulo, Difel, 1975, p. 277.

<sup>8</sup>Cf. R. Schwartz, *Ao Vencedor as batatas*, São Paulo, Duas Cidades, 1988, p. 69.

<sup>9</sup>A. Pereira, *Machado de Assis. Ensaios e apontamentos avulsos*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991, p. 50.

<sup>10</sup>R. Schwartz, *cit.*, p. 69.

<sup>11</sup>R. Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 8.

<sup>12</sup>Cf. M. Maestri, *A servidão negra*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, p. 9.



## Os pensadores brasileiros e seus comentários sobre a identidade

Uma identidade brasileira demoraria a desenvolver-se, mesmo no interior da elite intelectual dirigente. Isto não é surpreendente se considerarmos que o Império brasileiro foi fundado pela corte portuguesa. Seria apenas com José de Alencar que teríamos o desenvolvimento de uma nova idéia, brasileira, sobre a especificidade da cultura do país. Se era verdade que a corte imperial era portuguesa, era também verdade que as elites regionais, nascidas no Brasil e, às vezes, de ascendência portuguesa e indígena, estavam em processo de incorporação no novo grupo político dirigente. D. Pedro II, imperador ilustrado, inteiramente europeu nas suas idéias,<sup>13</sup> não podia representar, ideologicamente, estas elites regionais. José de Alencar forjaria o mito das origens indígenas do Brasil. O índio idealizado juntou-se com o branco e, assim, constituiu o povo brasileiro; os negros estavam ausentes deste discurso, pois trabalhavam como escravos nas fazendas de propriedade destas próprias elites provinciais.<sup>14</sup>

Mais tarde, os negros seriam introduzidos como uma das três raças componentes do povo brasileiro.<sup>15</sup> Desde a abolição e a proclamação da república, houve um aprofundamento das contradições entre duas culturas brasileiras. O povo foi caracterizado como uma raça mesclada, composta de negros, índios e brancos pobres, compondo a chamada "ideologia de mestiçagem". Idéias

---

<sup>13</sup>Cf. P.P.A. Funari, "Archaeology in Brazil: politics and scholarship at a crossroads", in *World Archaeological Bulletin*, v. 5, 1991, p. 122.

<sup>14</sup>Cf. N.W. Sodré, *Introdução à revolução brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1958, p. 130.

<sup>15</sup>Cf. F. Fernandes, *Significado do protesto negro*, São Paulo, Cortez, 1989, pp. 13-19.

racistas,<sup>16</sup> importadas da Europa, foram usadas para estudar o brasileiro do povo, ocioso<sup>17</sup> e manso.<sup>18</sup> As elites, por outro lado, continuaram a pensar-se como um grupo não afetado pelo populacho: europeus, os intelectuais brasileiros sempre consideraram mais natural discutir as raízes do país à beira do Tâmis ou do Sena do que às margens do Tietê. Nas palavras de Laura de Mello e Souza,<sup>19</sup> "sem existir ou visto como igual ao animal, o homem livre pobre permaneceu esquecido por séculos". É verdade que, depois da Segunda Guerra Mundial, graças a um sistema político democrático liberal (1945-1964), foi possível desenvolver toda uma série de idéias críticas sobre a questão da identidade. Estudiosos como Roland Corbisier,<sup>20</sup> R. Bastide,<sup>21</sup> Carlos Estevam<sup>22</sup> e Ferreira Gullar,<sup>23</sup> entre outros, produziram interessantes trabalhos sobre o tema. Contudo, a ditadura militar (1964-1985) reprimiria as atividades culturais de caráter crítico. "As evidências disponíveis indicam que o Estado brasileiro vol-

---

<sup>16</sup>Cf. R. Nina Rodrigues, *As colectividades anormaes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935, e *Os africanos no Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1945, e O. Viana, *Evolução do povo brasileiro*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938.

<sup>17</sup>Cf. G. Freyre, *Casa grande e senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, e *Interpretação do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

<sup>18</sup>Cf. S. Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

<sup>19</sup>Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 222.

<sup>20</sup>Cf. R. Corbisier, *Formação e problema da cultura brasileira*, Rio de Janeiro, Iseb, 1958.

<sup>21</sup>Cf. R. Bastide, *Sociologia do folclore brasileiro*, São Paulo, Anhembi, 1959.

<sup>22</sup>Cf. C. Estevam, *A questão da cultura popular*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.

<sup>23</sup>Cf. F. Gullar, *Cultura posta em questão*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

tou sua atenção para a questão cultural desde o golpe militar".<sup>24</sup> O período militar foi caracterizado, assim, não só pela perseguição das vozes dissidentes como, também, por um programa cultural ativo, criador de uma rede de apoio para o conservadorismo. Embora os esquadrões da morte<sup>25</sup> e a repressão, em geral, tenham sido importantes para as autoridades manter-se no poder, também em instituições acadêmicas e culturais "alguns de nossos melhores professores foram sumariamente destituídos".<sup>26</sup> Entretanto, os militares não poderiam levar adiante esta repressão sem o uso de os recursos tradicionais das elites dirigentes brasileiras: o favor, a clientela, o nepotismo.<sup>27</sup>

Intelectuais fora do sistema burocrático estatal estavam livres destas limitações<sup>28</sup> mas estavam, também, e como consequência, excluídos dos meios de comunicação e dos mais importantes cargos institucionais. Só há pouco foi possível florescer uma discussão livre sobre a identidade nacional. Contudo, se a discussão sobre o tema desenvolveu-se, rapidamente,<sup>29</sup> os bens materiais históricos brasileiros continuam a ter um papel contraditório, no que concerne à identidade nacional. Considerando-se que muito mais gente visita nossos 895 museus, em um ano,

---

<sup>24</sup>R. Ortiz, *cit.*, p. 85.

<sup>25</sup>Cf. V. Kiernan, "Modern capitalism and its shepherds", in *New Left Review*, v. 183, 1990, p. 93.

<sup>26</sup>S. Buarque de Hollanda, "An interview", in *Hispanic American Historical Review*, v. 62, 1982, p. 13. Cf. J. Honório Rodrigues, "An interview", in *American Hispanic Historical Review*, v. 64, 1984, p. 226.

<sup>27</sup>Cf. R. Schwartz, *cit.*, R. da Matta, "Nepotismo e jeitinho brasileiro", in *Jornal da Tarde, Caderno de Sábado*, 7 de setembro de 1991, pp. 4-5, e R. da Matta, "Religion and modernity: three studies of Brazilian religiosity", in *Journal of Social History*, v. 25, 1991, pp. 389-406.

<sup>28</sup>Cf. A. Ring, "Die brasilianische Erzählung nach 1964. Schreiben als Alternative", in *Lateinamerika (Rostock)*, v. 25, 1990, pp. 72-76.

<sup>29</sup>Cf. C.N. Coutinho, *Cultura e sociedade no Brasil*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

do que lê ou tem acesso indireto a interpretações intelectuais de nossa identidade, devemos, agora, tratar destas importantes estruturas de construção de identidade popular: os museus.

## O museu: identidade materializada e poder simbólico

Pierre Bourdieu<sup>30</sup> ressaltou, há pouco, que "temos falado demasiado sobre a consciência, em termos de representação. O mundo social não funciona em termos de consciência, funciona em termos de práticas, mecanismos e assim por diante". Não há dúvida que as pessoas concordam ou discordam das idéias correntes muito mais por ações do que por teorias, através de influências materiais e imateriais. "Na sua estrutura presente, os museus servem para afastar e alienar (*disenfranchise*) as pessoas de seu passado. Têm a tendência constante de transformar os artefatos em mercadorias. O passado converte-se em uma série de objetos pré-interpretados, com etiquetas explicativas definitivas. Através da exposição no Museu, o objeto é estetizado".<sup>31</sup> O conhecimento não é uma propriedade,<sup>32</sup> a despeito das pretensões

---

<sup>30</sup>p. Bourdieu, "Doxa and common life", in *New Left Review*, v. 191, 1992, p. 113.

<sup>31</sup>Cf. C. Tilley, "Archaeology as socio-political action in the present", in V. Pinsky e A. Vylie, *Critical traditions in contemporary archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 113, I. Vargas e M. Sanoja, "Education and the political manipulation of history in Venezuela", in R. Mackenzie e P. Stone, *The excluded past*, Londres, Unwin, 1990, p. 53, e M. Shanks e C. Tilley, *Re-constructing Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p. 93.

<sup>32</sup>Cf. C. Tilley, *Material Culture and text. The art of ambiguity*, Londres, Routledge, 1992, p. 176.

de alguns acadêmicos no poder:<sup>33</sup> museus, exposições, monumentos e bens históricos, por outro lado, são propriedades. Isto significa que, se é verdade que o controle de cargos acadêmicos não está livre de laços políticos,<sup>34</sup> muito mais político é o controle e a direção de museus. André Luiz Jacobus<sup>35</sup> estudou as evidências sobre a Direção do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), durante o regime militar, e produziu uma descrição aterradora daquilo que descreveu como "a destruição do patrimônio arqueológico com a conivência das autoridades públicas". Isto foi possível graças ao que chamou de "tratamento feudal" de uma instituição pública.<sup>36</sup> Como mencionado anteriormente, as autoridades militares reforçaram e renovaram práticas de clientela na administração pública. Estas estruturas feudais ou quase mafiosas foram estabelecidas nos Museus graças à repressão da direção humanista. O pior e mais paradigmático caso refere-se à cassação do Diretor do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, o humanista Paulo Duarte,<sup>37</sup> em 1969.

Ao lado deste papel diretamente repressivo que os museus tiveram, durante o período de mais dura intervenção militar, há um aspecto mais sutil da relação entre Museu e público que

---

<sup>33</sup>Cf. P. P. A. Funari, "Poder, posição, imposição no ensino de História Antiga: da passividade forçada à produção de conhecimento", in *Revista Brasileira de História*, v. 8, 1987-1988, pp. 260-261.

<sup>34</sup>Cf. T. Champion, "Theoretical archaeology in Britain", in I. Hodder, *Archaeological Theory in Europe*, Londres, Routledge, 1991, p. 144.

<sup>35</sup>A.L. Jacobus, *Destruição do patrimônio arqueológico com a conivência do poder público*, Porto Alegre, manuscrito inédito, 1991.

<sup>36</sup>*Id.*, *ibid.*, p. 6.

<sup>37</sup> Cf. P.P.A. Funari, "Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História: documentos inéditos", in *Idéias*, Ano 1, nº 1, 1994.

continuou depois do fim do regime: sua função disciplinar.<sup>38</sup> Disciplinar não no sentido de uma obrigação imposta pela força mas, ao contrário, mantida por uma dominação simbólica que "tende a ter a forma de uma opressão mais efetiva e, em certo sentido, ainda mais brutal".<sup>39</sup> A violência simbólica<sup>40</sup> significa que "o museu manipula relações, suprime a contradição, mantendo o passado como um reflexo aparente do presente. O presente reconhece-se no passado e está, desta maneira, justificado. O museu, como uma instituição ideológica, suprime a diferença e a heterogeneidade. O museu suprime o tempo e a presença de agentes da História".<sup>41</sup> As pessoas devem conformar-se com manipulações não explícitas do passado através das exposições materiais: as pessoas obedecem, apoiam ou aceitam, positivamente, sua própria posição social inferior, a opressão ou a exploração e, por fim, terminam por esquecer sua própria subordinação.<sup>42</sup> Este controle simbólico supera o conceito de vigilância como "uma supervisão ou controle direto de atividades de subordinados por parte de superiores em uma organização específica ou em um campo de relações sociais",<sup>43</sup> pois implica uma obediência inconsciente à ordem.

---

<sup>38</sup>Cf. M. Foucault, *Discipline and punish: the birth of the Prison*, Handmondsworth, Penguin, 1979.

<sup>39</sup>P. Bourdieu, *cit.*, p. 115.

<sup>40</sup>Cf. P. Bourdieu, *Outline of a theory of practice*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

<sup>41</sup>M. Shanks e C. Tilley, *cit.*, p. 97.

<sup>42</sup>Cf. D. Miller, M. Rowlands e C. Tilley, "Introduction", in D. Miller, M. Rowlands e C. Tilley, *Domination and resistance*, Londres, Unwin, 1988, p. 15.

<sup>43</sup>Cf. A. Giddens, *Social theory and modern ideology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p. 174, sobre os conceitos de Foucault.

Contudo, há sempre limites para a dominação.<sup>44</sup> Passados excluídos<sup>45</sup> e seu tratamento crítico permitem questionar as práticas correntes em Museus. Grupos indígenas, minoritários e oprimidos podem resgatar sua própria memória através de uma arqueologia crítica e através de um empenho social daqueles que trabalham com a cultura material, arqueólogos e pessoal de museus. Como o conhecimento não existe em um vácuo social,<sup>46</sup> só um compromisso ético para com o povo permite questionar "a ideologia presente, feita de maneira a parecer atemporal, uma verdade... <e> examinar como o passado é construído e usado por outros".<sup>47</sup> Considerando a importância política dos museus e sua direção, este compromisso ético é sempre difícil, ainda mais na América Latina, onde o humanismo foi, tantas vezes, vítima de perseguição aberta<sup>48</sup> por sua defesa dos direitos humanos básicos. Infelizmente, a Arqueologia e a direção de museus foi usada como uma "arma da opressão", nas palavras de Lumbreras.<sup>49</sup> Embora não seja fácil questionar os discursos materiais convencionais sobre o passado, tal como apresentado nos museus, esta é uma tarefa que se nos impõe.

Este empenho social implica "considerar que a Arqueologia para o público, como informação, educação ou consciência crítica, está justificada através da teoria de que o presente é uma im-

---

<sup>44</sup>Cf. D. Miller, "The limits of dominance", in D. Miller, M. Rowlands e C. Tilley, *cit.*

<sup>45</sup>Cf. R. MacKenzie e P. Stone (orgs.), "Introduction: the concept of the excluded past", in P. Stone e R. Mackenzie (orgs.), *The excluded past: archaeology and education*, Londres, Unwin Hyman, 1990.

<sup>46</sup>Cf. T. Champion, *cit.*, p. 144.

<sup>47</sup>R.G. Handsman e M.P. Leone, "Living history and critical archaeology in the reconstruction of the past", in V. Pinsky e A. Vylie, *cit.*, pp. 119 e 134.

<sup>48</sup>Cf. I. Vargas e M. Sanoja, *cit.*, p. 53.

<sup>49</sup>L. Lumbreras, *Arqueologia como ciência social*, Lima, Peisa, 1981, p. 6.

portante fonte de conhecimento sobre o passado"<sup>50</sup> e está na base de todos os discursos contemporâneos sobre o passado. Talvez mais do que ler diferentes autores sobre a identidade nacional brasileira, devamos tentar ler esta identidade como um discurso material<sup>51</sup> que "tem um papel altamente ativo, criando a sociedade e criando a mudança social, continuamente".<sup>52</sup> Todos os museus são imensos discursos artefatuais voltados para o presente. Os museus históricos, contudo, são os mais diretamente políticos e de caráter manipulador. Isto resulta tanto do fato que a Arqueologia "assume, cada vez mais, uma orientação histórica",<sup>53</sup> como do fato que a Arqueologia Histórica trata de problemas contemporâneos, tais como o racismo, a percepção, o simbolismo, as relações sociais e a persistência cultural, entre outros temas.<sup>54</sup>

Neste ponto, é interessante notar que a melhor maneira de disfarçar as implicações políticas de manipulação *contemporânea* do passado consiste em transformar interesses específicos sobre o patrimônio, ou seja, interesses de classe, do Estado ou de grupos sociais, em interesses da "cidadania" como um todo. Assim, a identidade cultural e a arqueologia foram interpretadas como uma tarefa política, mas política, neste caso, "refere-se a *polis*, a

---

<sup>50</sup>M.P. Leone, "The method as message. Interpreting the past with the public", *Museum News*, v. 62, 1983, p. 38.

<sup>51</sup>Cf. C. Tilley, "Michael Foucault: towards an Archaeology of Archaeology", in C. Tilley, *Reading Material Culture*, Oxford, Basil Blackwell, 1990, pp. 332-339.

<sup>52</sup>I. Hodder, *Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986, p. 74.

<sup>53</sup>B.G. Trigger, "Archaeology at the crossroads: whar's new?", in *Annual Review of Anthropology*, v. 13, 1984, p. 295.

<sup>54</sup>Cf. C.E. Orser, "Historical Archaeology on southern plantation and farm: introduction", in *Historical Archaeology*, v. 24, 1990, p. 6.



cidade governada por seus cidadãos".<sup>55</sup> Como a cidade (ou país, neste caso, o Brasil) não é governada, diretamente, por seus cidadãos mas, ao contrário, o é pelos que estão no poder, esta fórmula oculta a questão principal: quem controla o passado? Quem controla os museus? Estão estas instituições sob o controle do povo? São seus diretores eleitos para este governo? Se durante o regime militar era fácil dizer que os diretores, como sucessores de diretores cassados, não eram representantes da cidadania amordaçada, hoje não é difícil compreender a continuidade dos mesmos dirigentes, nos mesmos ou em outros museus, buscando este tipo de legitimidade. Para quem está no poder, especialmente diretores de museus, pode estar na moda falar sobre a apropriação, por parte do povo, da sua memória, sobre a importância para o povo de sentir-se *belonging* (como parte) de algo<sup>56</sup> e, ao mesmo tempo, não falar sobre o controle do passado, sobre os interesses sociais implicados na cultura material e, por fim, considerar que os dirigentes de museus detêm um conhecimento científico que os outros (povo, estudantes, outros estudiosos) não possuem pois não são mais do que romeiros ignorantes que freqüentam estas "catedrais cívicas" (*sic*, Meneses),<sup>57</sup> dirigidas por estes administradores.

Os museus, entretanto, não deveriam ser considerados apenas como repressivos, tanto por razões práticas como teóricas. Brian Durrans (*British Museum*), em comunicação pessoal, enfatiza que "a questão não é se os museus e as exposições são repressivas *em si* mas se os argumentos que apresentam sugerem que as condições sociais são permanentes e inalteráveis ou se, ao

---

<sup>55</sup>U.T.B. Menezes, "Identidade cultural e arqueologia", in A. Bosi, *Cultura brasileira, temas e situações*, São Paulo, Ática, 1987, p. 189.

<sup>56</sup>*Id.*, *ibid.*

<sup>57</sup>U.T.B. Menezes, "As margens do Ipiranga: museu e tempo da História", in *D.O. Leituras*, v. 8, 1991, p. 5.

contrário, são variáveis e mutáveis". As exposições em Museus podem, dessa forma, servir para conscientizar as pessoas, se este objetivo está na sua base. "Os museus deviam ser motivações para o desenvolvimento do pensamento humano, assinalando peculiaridades, dessemelhanças, semelhanças, e liames entre processos históricos de diferentes povos. Deveriam ser instrumentos didáticos permitindo às pessoas ligar fatos, objetos e quadros à vida real. Deviam incentivar à reflexão o estudo privado da História" como ressaltam Vargas e Sanoja.<sup>58</sup> O potencial dos museus para educar e conscientizar depende das ligações que seus gestores forem capazes e desejarem estabelecer com as classes e movimentos sociais, com o público em geral. Durrans, em comunicação pessoal, lembra-nos que as pessoas comuns deviam estar no centro das atenções dos administradores dos museus: "nada poderia ressaltar mais dramaticamente a distância entre as experiências acadêmicas e quotidianas, entre a elite que orgulha-se de pensar, e a maioria das pessoas, que pensa ao menos o mesmo que a elite, mas que faz menos barulho".

Isto conduz a um segundo ponto importante: na administração *real* do museu não deveríamos subestimar a importância das exposições *acessíveis, compreensíveis*. Muitas vezes, é muito fácil montar uma exposição *revolucionária*, com legendas de acordo com as mais recentes modas filosóficas. Entretanto, não é difícil perceber que uma terminologia obscura e sutilezas pós-modernas podem levar a problemas de interpretação e, até mesmo, à completa rejeição por parte das pessoas comuns. "Procurar transformar o trabalho especializado dos arqueólogos em algo politicamente relevante pressupõe um grau de integração

---

<sup>58</sup>Cit., p. 53.

social dos agentes e das práticas".<sup>59</sup> Os acadêmicos devem estar prontos a aceitar a liderança daqueles cuja experiência *social* e não universitária, os qualificam para assumir estas responsabilidades (Durrans, comunicação pessoal). Esta é a razão pela qual professores e outras pessoas comuns, diretamente em contato com o chamado *mundo real* têm sido tão importantes na discussão do uso da cultura material.<sup>60</sup>

## **O Museu Paulista: identidade material e projetos da elite**

O Museu Paulista da Universidade de São Paulo, conhecido como Museu do Ipiranga, surgiu a partir de coleções privadas oferecidas ao governo do Estado de São Paulo. Em 1892, o Museu do Estado mudou de nome para Museu Paulista e recebeu um grande edifício memorial da Independência como sua sede. No dia sete de setembro de 1895, comemorando os 63 anos da proclamação da independência, às margens do Ipiranga, foi oficialmente inaugurado. O edifício principal foi projetado pelo italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi. A seção histórica contém mais de seis mil artefatos (quadros, móveis, carruagens, roupas, objetos religiosos, porcelana e assim por diante). Desde seu início, o Museu Paulista foi projetado como um imenso elogio à elite paulista e como um discurso material justificando as pretensões de dominação por parte da elite deste Estado em relação

---

<sup>59</sup>B. Durrans, "Theory, profession, and the political role of archaeology", in S.J. Sherman (org.), *Archaeological approaches to cultural identity*, Londres, Unwin, 1989, p. 67.

<sup>60</sup>Cf. P.P.A. Funari, "Education through archaeology in Brasil: a bumpy but exciting road", in *Ciência e Cultura, Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science*, nº 43, 1991, pp. 15-16.

ao país como um todo. Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>61</sup> estudou, recentemente, como a elite paulista criou um novo conceito, o *Bandeirante*, como um tipo fronteiro responsável pela criação do Brasil, no século XVI, e por sua manutenção posterior. Os Bandeirantes foram considerados tanto como nossos *lares* (divindades tutelares romanas),<sup>62</sup> como *pais da pátria* e como *ditadores quase à romana*.<sup>63</sup> Esta mitologia, criada como consequência do poder hegemônico obtido pela elite paulista no início do século, tentou ser imposta ao restante do país. Pereira de Queiroz<sup>64</sup> enfatiza que a mitologia Bandeirante visava, a um só tempo, incluir todos os habitantes do Estado de São Paulo na categoria Bandeirante e excluir as pessoas do restante do país, encarados como "beneficiários protegidos" pela ação bandeirante.

A mitologia bandeirante foi imposta como uma ideologia de massa graças à manipulação da cultura material. Em termos da Educação formal, os livros didáticos, publicados em São Paulo e usados no país todo, apresentam estes heróis materialmente através de representações inventadas destes homens: suas roupas, armas e outros traços materiais, imaginados no século XX, foram apresentados como símbolos heróicos e verdadeiros do século XVI.<sup>65</sup> Estudantes primários, desde então, acostumaram-se a desenhar estes artefatos e seus usuários heróicos, os Bandeirantes. Papel relevante teve a criação do Museu Paulista na propagação desse mito. O nascimento da nação brasileira independente encontra-se localizado em São Paulo (Ipiranga) e, por conse-

---

<sup>61</sup>Cf. M.I.P. de Queiroz, "Ufanismo paulista: vicissitude de um imaginário", in *Revista da USP*, v. 13, 1992.

<sup>62</sup>*Id.*, *ibid.*, p. 85.

<sup>63</sup>Cf. A. de E. Taunay, *História geral das Bandeiras paulistas*, t. V, São Paulo, Cantou, 1929, pp. 107 e 115.

<sup>64</sup>*Ibid.*, pp. 84 e 86.

<sup>65</sup>Cf. C.H. Davidoff, *Bandeirantismo: verso e reverso*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

quência, toda a História anterior e posterior do país é lida através deste prisma. O período colonial, no Brasil, está interpretado como uma brava aventura dos pais da pátria paulistas, descobrindo o sertão, colonizando toda a região portuguesa da América e conquistando imensas áreas assignadas à coroa espanhola: o Brasil não era uma colônia portuguesa, mas um enorme país conquistado pelos bandeirantes. Esta luta foi levada adiante não só através da luta contra os índios no Oeste como, também, contra os espanhóis (no Sul e no Oeste) e contra os negros e pobres revoltosos, no norte.<sup>66</sup> Não havia outro princípio de unidade na colônia: sem os bandeirantes não seria possível o Brasil. A colonização portuguesa poderia desenvolver-se como na América Espanhola, com o surgimento de uma série de países independentes. Se há uma identidade brasileira, opondo de maneira tão clara este país à América de fala castelhana, isto seria o resultado de um projeto bandeirante.

Este é o Brasil colonial, tal como interpretado pela elite paulista e que se converteu em ponto de vista normal desde o início deste século, graças ao desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e ao conseqüente controle político paulista. O Museu Paulista, como edifício, era uma reação material do Estado de São Paulo ao grande número de edifícios da capital, Rio de Janeiro, que tinham estado no centro da ideologia imperial. Não é difícil compreender que o Museu Paulista era um desafio direto ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, trasladado à Quinta da Boa Vista, o antigo Palácio São Cristóvão, domicílio oficial da família imperial, em 1892. O Brasil colonial, como uma criação bandeirante, era uma conquista do interior e não é surpreendente notar que a aliança entre São Paulo e Minas Gerais era um desafio ideológico bandeirante: os mineiros eram, origi-

---

<sup>66</sup>Cf. C. Moura, *Rebeliões da senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas*, São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

nalmente, colonizadores paulistas em áreas de minas, no interior. Esta era a espinha dorsal do país, esta vasta área central (São Paulo e Minas Gerais), a qual, desde tempos coloniais, servia como a principal defensora da identidade e unidade nacional contra os estrangeiros (espanhóis), os índios e os negros revoltosos, de norte a sul, e contra os movimentos separatistas de diferentes partes do país. Affonso de Escragnole Taunay, diretor do Museu Paulista desde 1917, preparando o centenário da Independência em 1922, proporcionava a base material para o mote político de São Paulo: *non ducor, duco*, o destino bandeirante era mandar, não obedecer,<sup>67</sup> parodiando Cícero sobre os romanos (*populum romanum seruire fas non est, quem dii immortales omnibus gentibus imperare uoluerunt*).

Taunay buscou coletar um grupo completo de artefatos sobre as atividades bandeirantes. Dois quadros são particularmente importantes: *A fundação de São Vicente* e *A partida das monções*. São Vicente foi a primeira cidade fundada no Brasil, em São Paulo, em 1532 e o começo da colonização do país não poderia ter ocorrido em outro lugar: a primeira cidade brasileira tinha de ser obra bandeirante. O quadro de Benedito Calixto apresenta a fundação da vila no momento em que a colonização mudou toda a paisagem, os colonizadores não são mais portugueses, mas bandeirantes, os índios não são mais autóctones estrangeiros, mas são os servos dos bandeirantes. Ideologicamente, os índios são apresentados no processo de conversão ao catolicismo, graças ao padre, e o destino do bandeirante, como colonizador do interior, apresenta-se na oposição entre o mar e os barcos, ao fundo, e o grupo central de autoridades, olhando para o interior, como se imaginassem, já, a maneira de conquistar o continente. Olhavam para o Ocidente e para o futuro, ao mesmo

---

<sup>67</sup>Cf. C.G. Mota, "O Museu Paulista e o panteão da Independência", in U.T.B. Menezes, *As margens do Ipiranga*, cit.p. 22.

tempo. *A partida das monções*, de Almeida Júnior, trata de outra atividade bandeirante simbólica: a partida dos colonizadores de Araritaguaba (hoje, Porto Feliz), às margens do Rio Tietê, em direção às minas de Cuiabá. A partida, tal como representada no quadro, mostra os valentes bandeirantes, abençoados por um sacerdote católico, ajudados por subalternos; em particular, um escravo africano está representado levando um baú. Uma vez mais, a elite bandeirante é representada como conquistadora, enquanto o povo comum aparece na forma de serviçais.

Na verdade, toda a decoração interna do Museu Paulista procura mostrar como o Brasil não passa de uma criação bandeirante: os bandeirantes são representados, no hall de entrada, por grandes estátuas; as diversas regiões do país são representadas como criação da ousadia paulista; a Independência foi, providencialmente, proclamada em São Paulo e D. Pedro I, em carta exposta com destaque, agradece o apoio decisivo dos paulistanos à Independência. Os exemplos poderiam ser multiplicados. O Museu reflete, pois, a ideologia da elite paulista. Esta elite bandeirante "era relativamente impenetrável a mulheres, não brancos e imigrantes e era estritamente recrutada entre um pequeno grupo de homens altamente educados, os quais, na maioria das vezes, eram proprietários de fazendas".<sup>68</sup>

Love e Barickman<sup>69</sup> notaram que "o mando, transformado em domínio, que São Paulo estabeleceu neste período <1889-1930>, persiste ainda hoje". Ideologicamente, o Museu Paulista continuou a ter um papel essencial na manutenção desta mitologia bandeirante. Este processo foi levado adiante através de uma intervenção política na sua direção: os diretores foram, sempre,

---

<sup>68</sup>J. Love e D.J. Barickman, "Rulers and owners, a Brazilian case study in comparative perspective", in *Hispanic American Historical Review*, v. 66, 1986, p. 764.

<sup>69</sup>*Ibid.*, p. 765.

indicados por critérios políticos e desenvolveram toda uma rede administrativa para a manutenção desta "catedral cívica". É interessante notar que a ideologia e a política fascista, sempre preocupada com o culto das elites,<sup>70</sup> foram importadas para São Paulo e, enquanto na Itália a hegemonia da elite era assimilada à antiga ditadura militar romana, no Brasil, os bandeirantes eram interpretados como nossos "ditadores romanos", nas palavras de Taunay, citadas acima. Durante o regime militar, o Museu Paulista continuou a ter um papel ideológico sem oposição. Recentemente, a despeito do desenvolvimento de contra-discursos e da liberdade, o Museu Paulista tem continuado em mãos designadas por critérios políticos. Sua tarefa principal continua a ser a proteção da tradição da elite. Assim, ainda que seu catálogo de 1990, comemorando seu centenário, contenha pedidos de uma leitura menos parcial e conservadora do passado, com a inclusão de contra-discursos na exposição,<sup>71</sup> seus salões, artefatos e vitrines continuam como antes. Afinal, "a alegoria erigida por esta catedral cívica é ainda eficaz":<sup>72</sup> sim, continua eficaz para disfarçar relações, glorificar a ideologia da elite e manter os dirigentes no poder (incluindo-se, aí, os próprios diretores e altos funcionários). No Brasil, ministros, secretários, diretores de museus e outros intelectuais burocráticos continuam a pensar que o país contém apenas vinte milhões de cidadãos e outros cento e trinta milhões de habitantes, não cidadãos. Esta exclusão radical do povo das preocupações oficiais sobre a identidade explica porque o Museu Paulista continua a ter uma orientação de exclusão,

---

<sup>70</sup>Cf. R. Visser, "Fascist doctrine and the cult of the romanità", in *Journal of Contemporary History*, v. 27, 1992.

<sup>71</sup>Cf., em particular, C.G. Mota, "O Museu Paulista e o panteão da Independência", *cit.*, p. 22.

<sup>72</sup>U.T.B. Menezes, "O salão nobre do Museu Paulista e o teatro da História", in U.T.B. Menezes, *As margens do Ipiranga*, *cit.*, p. 21.



como há um século, e explica porque a identidade brasileira, tal como forjada pela elite para a "plebe ignara" continua a ser uma identidade bandeirante. A tarefa de questionar esta identidade unilateral está apenas começando.

## O AMBIENTALISMO APÓS A ECO 92

Leila da Costa Ferreira\*

Na última década a dinâmica da ordem mundial tem sido profundamente marcada do ponto de vista ecológico pela emergência ou a intensificação dos problemas sócio-ambientais globais -risco de acidentes nucleares ou biotecnológicos, aquecimento global, destruição da camada de ozônio, perda da biodiversidade, poluição transfronteiras do ar e da água, perda do solo e desertificação, transporte de resíduos tóxicos, pressões migratórias produzidas pela explosão demográfica, intensificação da depleção dos recursos naturais induzida pela dívida externa no Terceiro Mundo, proliferação nuclear, aumento das taxas de mortalidade entre as populações dos países mais pobres- que desafiam tanto o vitorioso mercado mundial, quanto o enfraquecido Estado nacional.

Neste sentido, há no debate sobre o ambientalismo e o processo de globalização tendências que apontam a necessidade de transformar a Organização das Nações Unidas numa efetiva autoridade mundial de caráter intergovernamental, e de criar e consolidar organizações e relações transnacionais não governamentais, bases de uma efetiva sociedade humana planetária.<sup>1</sup>

---

\* Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP.

<sup>1</sup>Cf. L. Brown (org.), *Qualidade de vida 1993. Salve o planeta*. Relatório do

A preocupação pública pelos problemas de deterioração ambiental tem crescido continuamente desde meados da década de 60. Na década de 70 essa preocupação expande-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália e culmina na década de 80, quando atinge a América Latina, Europa Oriental, ex-União Soviética e parte da Ásia.

Como produto dessa preocupação pública pela deterioração ambiental emergem e desenvolvem-se: organizações governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental, sendo que alguns deles atuam em escala internacional; agências estatais (de nível federal, estadual e municipal,<sup>2</sup> encarregadas de proteger o ambiente; grupos e instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais; um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseado na eficiência, no uso dos materiais, na conservação da energia, redução da poluição e no controle total da qualidade; um mercado consumidor verde que demanda entre outras coisas alimentos de uma agricultura orgânica, automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, recipientes reutilizáveis, produtos que tenham sido produzidos usando tecnologias limpas e a partir de matérias-primas produzidas de modo sustentável; agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais.

Todos os atores e processos acima assinalados constituem o movimento ambientalista global, cujos valores e propostas vão

---

Worldwatch Institute, São Paulo, Ed. Globo, 1993, e E. Viola e H. Leis, "A evolução das políticas ambientais no Brasil", in D. Hogan (org.), *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*, UNICAMP, 1992.

<sup>2</sup>Cf. L.C. Ferreira, *Estado e ecologia: novos dilemas e desafios*, Tese de Doutorado, IFCH, UNICAMP, 1992, e *A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local*, ANPOCS, Caxambu, 1994.

disseminando-se pelas estruturas governamentais, os grupos comunitários de base, a comunidade científica e o empresariado. O ambientalismo, surgido como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, transforma-se num capilarizado movimento multissetorial.

Na verdade três abordagens teóricas têm sido utilizadas para análise do ambientalismo: o grupo de interesse, o novo movimento social e o movimento histórico.

Segundo o primeiro enfoque, utilizado principalmente nos EUA, o ambientalismo é um grupo de interesse como outros no sistema político.<sup>3</sup> Devido aos problemas de poluição criados pela produção industrial emerge (primeiro nos estratos médios e altos) uma demanda de proteção ambiental que é canalizada através dos mecanismos regulares do sistema político, sem apresentar-lhe nenhum desafio. Alguns dos autores deste enfoque consideram o ambientalismo como um movimento elitista.

A abordagem do ambientalismo como um novo movimento social foi desenvolvida principalmente na Europa Ocidental por autores neomarxistas (Offe, por exemplo) ou radicais ecologistas (Galtung, por exemplo)<sup>4</sup>. Segundo este enfoque as transformações na estrutura social (forte expansão do setor de serviços que absorve mão de obra altamente qualificada) tem favorecido a emergência de novos movimentos sociais (basicamente pacifismo, feminismo e ecologismo) que questionam o sistema capitalista partindo de uma orientação valorativa diferente dos movimentos

---

<sup>3</sup>Cf. H. Ingram e D. Mann, *Interest groups and environmental policy. Environmental politics and policy. Theories and evidence*, Duke University Press, 1989.

<sup>4</sup>Cf. J. Galtung, "Los azules y los rojos, los verdes y los pardos: una evolución de movimientos políticos alternativos", *Boletim de M. Ciências Sociais*, nº 34, FLP, UFSC, 1984.

sociais tradicionais, com ênfase na qualidade de vida e na descentralização.

A perspectiva do novo movimento social dá relevância apenas aos setores radicais do ambientalismo que se auto-identificam como ecologismo, e associa estreitamente seu desenvolvimento com a emergência dos partidos verdes. O enfoque do novo movimento social é contraposto ao do grupo de interesse; aquele assume a crise da ordem social e tem um forte e explícito conteúdo normativo.

O enfoque do ambientalismo como movimento histórico parte da conceitualização de que a civilização contemporânea é insustentável no médio e longo prazo devido a quatro fatores principais: crescimento populacional, depleção da base dos recursos naturais, sistemas que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética, e sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material. Segundo os autores deste enfoque<sup>5</sup> a clivagem sócio-política profunda do mundo contemporâneo dá-se entre as forças conservadoras da civilização predatório-perdulária e as forças reformistas que apontam na direção de uma civilização ecologicamente sustentável. Segundo esse enfoque uma crucial transformação está ocorrendo no Ocidente desde fins da década de 60: a emergência de valores pós-materialistas.

Alguns setores da sociedade começam a demandar qualidade de vida (sendo a proteção ambiental um componente fundamental) ao invés de expansão indiscriminada do consumo de bens materiais, desde que a satisfação das necessidades materiais já esteja plenamente satisfeita. A essa demanda por qualidade de vida soma-se na segunda metade da década de 80 a percepção dos

---

<sup>5</sup>Cf. J. MacCormick, *Reclaiming paradise. The global environmental movement*, Indiana University Press, 1989, e R. Paecheke, *Environmentalism and the future of progressive politics*, Yale University Press, 1989.

graves riscos envolvidos nos problemas ambientais globais. Essa emergência dos valores pós-materialistas e a percepção dos problemas ambientais globais são a causa fundamental da mundialização do movimento ambientalista. No enfoque do movimento histórico, as organizações não governamentais e grupos comunitários dedicados à proteção ambiental são parte de um movimento mais amplo que inclui o sócio-ambientalismo (formado por sindicatos e movimentos sociais que têm outros objetivos, mas têm incorporado a proteção ambiental como uma dimensão importante); setores do empresariado cujos sistemas produtivos preenchem em medida significativa o critério da sustentabilidade; setores da estrutura estatal (particularmente agências ambientais) que consideram a proteção ambiental como uma dimensão fundamental de ação de governo; agências intergovernamentais orientadas para a sustentabilidade planetária.

Viola<sup>6</sup> enfatiza que o processo de consolidação do ambientalismo como movimento histórico internacional produz impacto nas clivagens do sistema mundial. Para o autor podemos definir duas linhas na dinâmica política internacional: a primeira sendo entre as forças cujos interesses e orientação estão dentro do Estado-Nação (nacionalistas) versus as forças cujos interesses e orientação localizam-se na escala mundial (globalistas); a segunda sendo entre as forças que assumem a proteção ambiental com uma dimensão fundamental (ambientalistas) versus as forças indiferentes ou contrárias à proteção ambiental.

A Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu em 92 poderia ser analisada a partir desta perspectiva, ou seja, como no enfoque do ambientalismo como movimento histórico. Os globalistas e os ambientalistas-nacionalistas tendem a ter

---

<sup>6</sup>Cf. E. Viola, "A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização", in *São Paulo em Perspectiva*, v. 6, nº 1 e 2, 1992.

uma retórica de reforma similar aos ambientalistas-globalistas, mas o comportamento efetivo somente aceita reformas secundárias na ordem internacional. Os nacionalistas não tem sequer retórica de reforma da ordem internacional (no que se refere à questão ambiental).

O "day-after" à Conferência das Nações Unidas foi marcado por um sentimento de frustração entre personagens diretamente envolvidos.<sup>7</sup>

Desde Maurice Strong, secretário geral da CNUMAD, que dizia que "obtivemos acordos sem que tenhamos logrado compromissos equivalentes", até Martin Khor, da organização não governamental Rede do Terceiro Mundo, para quem a reunião da cúpula da Conferência "havia sido puro espetáculo com muitas oportunidades para tirar-se fotos, mas com pouca substância...".

Foram dois anos de eventos preliminares, com 4 PrepComs, reuniões de negociação para as Convenções, dezenas de encontros oficiais ou de ONGS, acompanhados de uma cobertura triunfalista veiculada por grande parte da imprensa, e até a estratégia de pressão, desencadeada por alguns setores, difundindo uma grande expectativa sobre a reunião da Cúpula. Isso sem falar nos três anos de audiências públicas por todo o mundo para se chegar ao Relatório Brundtland, que deu base à convocação da Conferência.

Mas a Rio-92 não foi apenas a conferência da ONU. Houve também o Fórum Global, cujo evento principal foi o Fórum Internacional de ONGS.

Bem, voltemos à Conferência.... A Convenção sobre Alterações Climáticas, que estabelece regras gerais para a proteção da atmosfera e contenção da emissão de gases, não definiu os prazos

---

<sup>7</sup>Cf. Textos NEPAM (Núcleo de Pesquisas Ambientais), *Sociedade civil planetária: discussão de tratados do Fórum Global*, Campinas, Nepam, 1992.

ou índices de redução. Os países europeus propunham a meta de limitar até o ano 2000 as emissões de gás carbônico ao nível de 1990. Mas os EUA discordavam, postergando uma definição apenas para janeiro de 93. Um membro da delegação americana comentava: "Podem nos pedir uma data ou um índice, mas nunca os dois juntos."

Por outro lado, a intransigência dos EUA (governo e indústria da biotecnologia) impediu o Presidente Bush de assinar a Convenção de Biodiversidade. Apesar das 153 assinaturas, entre as quais a do Japão, o boicote justificou-se no fato que a Convenção ameaça o desenvolvimento da indústria da biotecnologia e a proteção das idéias (patentes).

A Agenda 21 –um documento de 900 páginas, que apresenta em 40 capítulos uma série de programas de ação para o desenvolvimento sustentável até o ano 2000–, por sua vez, sofreu com o denominador mínimo provocado pelo consenso exigido nos encontros internacionais, que torna o texto muitas vezes vago, sem prazo nem compromissos. A agenda não tem a força da lei das Convenções e necessita de cerca de 600 bilhões de dólares anuais para ser implantada. Não houve acordo sobre o índice de 0.7% do Produto Nacional Bruto a ser destinado nos próximos anos, para Assistência Oficial ao Desenvolvimento. O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), gerenciado pelo Banco Mundial, será o órgão administrador dos recursos adicionais para a Agenda 21, apesar da atuação criticada deste banco na área ambiental. O Grupo dos 77 países em desenvolvimento (G-77) conseguiu introduzir uma ampla proposta de mudanças para o GEF, no sentido de sua democratização. Mas é óbvio que se os países ricos perderem o poder de determinação sobre os financiamentos, acabarão esvaziando o GEF, partindo para alternativas bilaterais.



No documento sobre Florestas também faltam compromissos sobre desmatamento e seu monitoramento.

A questão da democratização das Nações Unidas não avançou muito. Aliás, a rigidez do esquema de segurança e das regulamentações dificultaram mais do que nos Prepcoms, a participação das ONGS no Rio.

Mas um encontro mundial com 105 chefes de Estado e cerca de 14 mil ONGS (a maior assembléia internacional já realizada) não pode passar em branco pela história.

Historicamente, inclusive, é preciso ver a CNUMAD como um momento. Talvez o advento mais importante de um processo iniciado no final dos anos 60 e início de 70, marcado pela Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972 e precedida pelo primeiro Dia da Terra, promovido a partir dos EUA, em 1970.

Entre algumas conquistas da Conferência do Rio, pode-se destacar o "Princípio da Responsabilidade Diferenciada" entre países centrais e periféricos. Outro aspecto, é o "Princípio de Prudência". Frente à polêmica existente entre centros de pesquisa, por exemplo em relação ao aquecimento global nas últimas décadas, ficou assinalada nos documentos a responsabilidade dos governos na tomada de providências que evitem catástrofes, independente de comprovação científica.

O texto da Agenda 21, a parte as indefinições, apresenta um rol de programas, que se constitui um instrumento fundamental para elaboração de políticas públicas em todos os níveis.

Posto isto poderíamos dizer que o ambientalismo globalista avançou menos do que o esperado durante a Conferência, entretanto o debate e as tentativas de acordos sobre os problemas ambientais globais continuarão sendo um eixo do espaço público internacional no futuro previsível. A questão ambiental veio para

ficar; a Eco 92, longe de ser a culminação de um processo, é apenas parte do começo.

Em 1994, a ONU realizou a Conferência sobre População, no Cairo e sobre Mulher, na China; em 95, realizará a Conferência sobre Desenvolvimento Social, em Copenhagem. A problemática ambiental foi e estará sendo discutida em todas elas.

"Na hora das incertezas e das derrotas, que as nossas utopias não sejam um refúgio, mas a alavanca para ousar palmilhar o chão de amanhã."<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>Jean Pierre Leroy, *Comentários sobre o relatório "Meio ambiente e desenvolvimento". Uma visão das ONGS*, mimeo., 1989.



**Documento do  
Arquivo Astrojildo Pereira**



*Apresentação*  
**Marisa Lajolo**  
**Astrojildo Pereira nos Bastidores  
da Historiografia Literária Brasileira**



# ASTROJILDO PEREIRA NOS BASTIDORES DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA

Marisa Lajolo\*

"Dia chegará, certamente, em que a tarefa das gerações de pesquisadores, críticos e historiadores será a de restabelecer uma justa escala de valor. Nesse dia, o lugar destacado de Astrojildo Pereira será indisputado. Ele foi, indiscutivelmente, um dos raros e altos momentos da crítica da literatura em nossa existência cultural. Ninguém o excedeu neste plano"<sup>1</sup>.

Quando, por intercessão de meu anjo da guarda, colegas do IFCH<sup>2</sup> me propuseram fazer a apresentação de um ensaio inédito

---

\* Departamento de Teoria Literária do IEL/UNICAMP.

<sup>1</sup>N. Werneck Sodré, apud Martin Cezar Feijó, *Formação de Astrojildo Pereira 1890-1920*, Belo Horizonte, Ed. Oficina de Livros, Col. Nossa Terra, 1990, 2<sup>a</sup> ed.

<sup>2</sup> Em ordem alfabética, Octavio Ianni, Renato Ortiz e João Carlos Quartim de Moraes, aos quais agradeço para além do que a praxe acadêmica exige. A Carlos Eduardo Berriel, Celso Frederico, Octavio Ianni, Márcio Naves, e Enid Yatsuda agradeço sugestões e socorros bibliográficos.

de história da literatura brasileira de Astrojildo Pereira, garimpado no *Arquivo da História do Movimento Operário Brasileiro* (ASMOB) da Fondazione Feltrinelli de Milão e transcrito pelo Arquivo do Estado de São Paulo,<sup>3</sup> topei na hora: afinal, quando não se pode encontrar manuscritos, a melhor coisa é dispensar-lhes os primeiros cuidados.

É de tais cuidados que trata este texto.

Pretendo com ele explicitar os caminhos de leitura a que submeti o texto de Astrojildo Pereira e convidar meus eventuais leitores a, duvidando deles, endossando-os ou refinando-os, compartilhar dos sustos e surpresas com que os instáveis anjos da guarda recompensam os amigos de inéditos... Também expectativa deste texto meu é que, a um tempo como o nosso, quando descoberta e peripécias de manuscritos deliciam leitores de Umberto Eco e Isaias Pessoti, este Astrojildo manuscrito seduza pesquisadores jovens (como os competentes e dedicados alunos de TL 103 do IEL/UNICAMP<sup>4</sup> do primeiro semestre de 1994) para a pesquisa documental, tão importante num país que está sempre se passando a limpo.

As tarefas que aguardam comentadores de manuscritos, Sherlocks de araque, inauguram-se, como sabe o leitor assíduo de histórias policiais, por uma questão de identidade: *quem foi Astrojildo Pereira?*

Para além da informação de que ele nasceu em 1890, morreu em 1965, fez várias viagens ao exterior e que esteve preso em 1964, a resposta à questão mergulha nos agitados

---

<sup>3</sup> O Arquivo do Estado de São Paulo dispõe de microfime do manuscrito, arquivado sob o número MN 3-4-5-6 microfilme 2.

<sup>4</sup> Por ordem alfabética de sobrenome e quase co-autores deste texto: Tereza Cabañas M., Alda Ghisolfi, Annie G. Fernandes, Wilton José Marques, Monika Merk, Ilka Maria de Oliveira e Fernando Villarraga E.

redemoinhos do Partido Comunista Brasileiro, e, depois de sólida militância anarquista, AP ajudou a criar em 1922, e com o qual parece ter vivido sempre um pouco às turras. Escreveu para inúmeros jornais políticos (*Spartacus*, *Guerra Sindical*, *A Classe Operária*, *Imprensa Popular*, *Novos Rumos*), montou e dirigiu revistas (*Estudos Sociais*, *Literatura*, *Movimento Comunista*), ocupou cargos na alta administração do PCB e temperou esta agitada militância com um profundo amor à leitura. Foi este apego aos livros -talvez particularmente ao romance urbano- que o levou a participar com intensidade de vários momentos importantes da vida cultural e literária brasileira, como a organização e liderança em 1945 do I Congresso Brasileiro de Escritores em São Paulo, e a fundação, em 1946, da revista *Literatura*, cujos seis números circulam no Rio de Janeiro entre setembro de 1946 e outubro de 1948.

A trajetória política de Astrojildo marca-se não só pelos muitos cargos que ele ocupou no PCB e pelos seus escritos doutrinários, mas também pelas polêmicas e divergências nas quais se envolveu, o que dá à sua militância um acento muito simpático aos escaldados olhos deste pós-moderno final de século. Nos intervalos desta militância<sup>5</sup> -ou talvez como forma refinada e ainda não completamente avaliada dela....- é que o comunista Astrojildo, dublê de crítico, expressa seu amor a livros e leituras nas inúmeras páginas de crítica e ensaísmo literário às quais se soma um conto -resgatado por Arnoni Prado e Foot

---

<sup>5</sup> Nélson Werneck Sodré assinala que foi enquanto desligado do PCB que Astrojildo escreveu a maior parte dos ensaios mais tarde reunidos em livro (cf. ensaio biográfico de NWS "Meu amigo Astrojildo Pereira", in Martin Cezar Feijó, *Formação política de Astrojildo Pereira 1890-1920*, cit.)



Hardman em *Contos anar-quistas*<sup>6</sup> e outros fragmentos de forte sabor ficcional, publicadas em *Memória e história*.<sup>7</sup>

Se o comunismo de Astrojildo, na pena de seus biógrafos, tem de encontrar formas de convivência com um aparentemente sério (e muito embaraçoso) surto de religiosidade vivido na infância, a prefiguração de sua trajetória de intelectual das letras foi precoce. Sua presença no aparelho literário brasileiro inaugura-se muito cedo, em setembro de 1908 na véspera da morte de Machado de Assis.

Astrojildo, então ainda um tímido e desconhecido mocinho, fura o cerco dos figurões que velavam o doente ilustre e no abraço com que insiste em saudar Machado, presta uma homenagem da geração nova ao velho mestre, episódio comovente registrado em tom de quase folhetim por Euclides da Cunha<sup>8</sup> e

<sup>6</sup> Cf. *O desertor*, apud Arnoni Prado, Antonio e Francisco Foot Hardman, (orgs.), *Contos anarquistas*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p. 57.

<sup>7</sup> Cf. Edgard Carone et al., *Memória e história* (1): Documentos Inéditos, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, pp. 87-100.

<sup>8</sup> No *Jornal do Comércio*, em 30 de setembro de 1908, em artigo intitulado "A última visita", Euclides relata:

"(...) ouviram-se umas tímidas pancadas na porta principal da entrada.

Abriam-na. Apareceu um desconhecido, um adolescente, de 16 ou 18 anos no máximo. Perguntaram-lhe o nome. Declarou ser desnecessário dizê-lo.

Ninguém ali o conhecia, não conhecia por sua vez ninguém; não conhecia o próprio dono da casa, a não ser pela leitura de seus livros, que o encantavam. Por isto, ao ler nos jornais da tarde, que o escritor se achava em estado gravíssimo, tivera o pensamento de visitá-lo. Relutava contra esta idéia, não tendo quem o apresentasse: mas não lograra vencê-la, que o desculpassem portanto. Se lhe não era dado ver o enfermo, dessem-lhe ao menos notícias certas de seu estado.

E o anônimo juvenil -vindo da noite,- foi conduzido ao quarto do doente. Chegou. Não disse uma palavra. Ajoelhou-se. Tomou a mão do mestre; beijou-a num belo gesto de carinho filial. Aconchegou-o depois por algum tempo ao peito. Levantou-se e, sem dizer palavra, saiu.

que tem suas personagens mais tarde identificadas por Lúcia Miguel Pereira.<sup>9</sup> Muito depois, como que a selar este precoce gosto literário, Astrojildo passa a limpo seu entusiasmo juvenil por Machado na forma madura e rigorosa do ensaio.<sup>10</sup>

Esboço mais do que precário de uma vida de exemplar militância política, as questões sobre o homem cedem agora espaço a questões sobre o texto manuscrito relativo à história da

---

À porta, José Veríssimo perguntou-lhe o nome. Disse-lhe.

Mas deve ficar anônimo. Qualquer que seja o destino desta criança, ela nunca subirá tanto na vida. Naquele momento, o seu coração bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade. Naquele meio segundo -no meio segundo em que ele estreitou o peito moribundo de Machado de Assis, aquele menino foi o maior homem de sua terra.

Ele saiu e houve na sala há pouco invadida de desalento uma transfiguração (...).

Pelos nossos olhos passara a impressão visual da posteridade (...)"

Euclides da Cunha, *Obra completa*, vol 1, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, Bibl. Luso-brasileira, 1966, p. 458.

<sup>9</sup> Cf. Lúcia Miguel Pereira, *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*, Belo Horizonte/ São Paulo, Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1988, 6ª edição revista, p. 285: "(...) Na noite que precedeu a sua morte, um adolescente desconhecido bateu à porta da casa do Cosme Velho, onde os amigos o cercavam.

Introduzido no quarto do doente, ajoelhou-se, beijou-lhe a mão, e o abraçou numa homenagem quase filial, que, se foi percebida pelo mestre, lhe deve ter ido direito ao coração.

Esse jovem, cujo nome Euclides da Cunha, na página admirável em que lhe fixou o gesto generoso "(...) dizia dever ficar ignorado, era o escritor Astrogildo (sic) Pereira (...)". Em rodapé, LMP registra o percurso do artigo de Euclides da Cunha: "'Última visita', artigo publicado na *Renascença*, em setembro de 1908, recolhido na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. XX e vertido para o francês no livro editado pela Missão Brasileira de Expansão Econômica em Paris, onde se encontram os discursos proferidos na Sorbonne em homenagem ao romancista brasileiro".

<sup>10</sup> *Machado de Assis* (Ensaio e apontamentos avulsos), Rio de Janeiro, Livr. Editora São José, 1959.

literatura brasileira, transcrito em microfilme pelo Arquivo do Estado de São Paulo.<sup>11</sup>

As interrogações aqui se inauguram às voltas com o problema da *identificação & contextualização* das maltraçadas, ficando o Sherlock a braços com uma bateria de questões de ordem prática: quando teriam sido escritas as mais ou menos 135 folhas do manuscrito e suas inúmeras rasuras? Ou seja: em que momento dos bem vividos setenta e cinco anos de Astrojildo teria ele rabiscado, no verso e margens de folhas pequenas e já servidas, o texto sem título que se abre recorrendo ao Lenin de 1913 e a seu comentador Rosental, e que se encerra -se é que se encerra- descosidamente, com uma lista corrida de nomes?<sup>12</sup> Qual a situação de produção de um texto de nítido escopo historiográfico que já em seu segundo parágrafo desculpa-se mencionando a "impossibilidade material de proceder a um estudo aprofundado e direto da matéria" e alegando não ter podido "sequer ler ou reler certos autores dos mais importantes", valendo-se "sobretudo de alguns historiadores...?"

A aludida impossibilidade de leitura seria metafórica ou literal? Clichê de modéstia ou registro verdadeiro de condições

---

<sup>11</sup> O paciente e acurado trabalho de Alda Ghisolfi e Ilka Maria de Oliveira, fixando o texto e cotejando a transcrição com o microfilme foi essencial para o estabelecimento das hipóteses aqui levantadas.

<sup>12</sup> José Luiz Del Roio, pesquisador da Fundação Feltrinelli e presidente do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, em entrevista a José Antonio Segatto, Ricardo Maranhão e Roniwalter Jatobá comenta como o arquivo de Astrojildo era "de difícil classificação, até porque Astrojildo guardava tudo. E era muito anárquico na sua organização. Por exemplo, todas as suas anotações políticas ou literárias, ele adorava fazer em cédulas eleitorais da época. Então, você recebe um bolo de dez mil cédulas bagunçado, como é que você põe em ordem aquelas malditas cédulas?", *Memória*, ano IV, nº 15, julho/agosto/setembro de 1992, p. 11.

adversas na produção do texto? Sustenta-se a hipótese de uma obra una, porém inconclusa? Ou trata-se, antes, de justaposição descuidada de diferentes textos? ou, ainda, quem sabe, constitui, junto com outros fragmentos manuscritos igualmente microfilmados pelo Arquivo de Estado, parte de um texto muito maior, no qual a questão da história literária é parte de um debate mais amplo sobre cultura brasileira?

Talvez um pouco de cada coisa. Diferentes passagens apontam e reforçam diferentes hipóteses.

Já quase no final do texto, um parágrafo de tom confessional parece referendar a hipótese de justaposição de diferentes fragmentos. Ao tratar da Semana de Arte Moderna de 1922, Astrojildo anuncia que está recorrendo a *um outro* texto de sua autoria, mais antigo e cuja publicação teria sido sustada por razões alheias à sua vontade. Mais ainda: ao mencionar a *bricolage* do texto, Astrojildo alude a uma apresentação *oral* através da *leitura*, o que talvez explique porque o inédito que aqui nos ocupa tem um estilo muito pouco ortodoxo dentro da tradição da historiografia literária:

"A este propósito escrevi há pouco um artigo, cuja publicação não foi julgada conveniente. Não pude discutir o assunto, como seria de se desejar. Creio que poderemos fazer aqui esta discussão - e assim passarei a ler o artigo que fica incorporado ao texto deste trabalho como uma contribuição à análise do movimento modernista de 1922".

Segue-se um texto curto intitulado *O 5 de julho e a Semana de Arte Moderna* após o qual se lê "até aqui o artigo, que submeto à discussão", o que parece fortalecer a hipótese de um texto compósito, fruto da justaposição de diferentes fragmentos, e

que deixa o pesquisador com mais perguntas na algibeira: de quando é o *O 5 de julho e a Semana de Arte Moderna*? Onde deveria ter sido publicado? Quem julgou sua publicação inconveniente? E quais são os parceiros aos quais Astrojildo propõe a discussão do texto?

No caso de um manuscrito com marcas de reescritura evidentes como este, e do qual só se dispõe de um microfilme- ao lado destas, ficam em aberto questões relativas às inúmeras rasuras: são elas contemporâneas *da* escritura original do manuscrito *ou posteriores*? E, dependendo da resposta, nova interrogação: Quão posteriores? No caso de um ensaio de recorte historiográfico como o em pauta, obrigado a dialogar com outras obras e a valer-se de contínuas citações e referências cruzadas, o estabelecimento da época de sua produção é fundamental para que se possa interpretar, da forma mais acurada possível, o sistema cultural *com o qual* e *no qual* se trava tal diálogo, o peso que, em função disso, tem a seleção de certos interlocutores e a exclusão de outros, o grau de originalidade do recorte operado no corpus a ser historiado & outras miudezas, que constituem o que, mais acima, se definiu como a necessária identificação e contextualização do inédito.

Nos limites do presente trabalho, mais importante do que as respostas que, no varejo, identificam e contextualizam este inédito de Astrojildo, talvez sejam as hipóteses que levaram a tais respostas e não a outras. Ou, até mesmo, os andaimes com os quais tais hipóteses puderam ser construídas.

O estabelecimento da época de produção do ensaio de Astrojildo -quando indagado do *texto transcrito* tem de pautar-se *pelo que ele diz* e, neste sentido, beneficia-se do fato de ele mencionar datas, podendo supor-se que um texto é sempre posterior aos textos que cita. Assim, a alusão ao fim da Segunda

Guerra Mundial, ou a expressão *posição aberta ao lado de Prestes, a partir de 1945*, parecem indicar que o texto de Astrojildo é posterior a 1945.

Mas, quando se indaga da época de produção deste texto não mais à sua *transcrição*, mas ao *microfilme do manuscrito*, é preciso fazer avançar a data provável de sua produção pelo menos até 1948, data registrada nas inúmeras cópias do poema de Bárbara Beatriz,<sup>13</sup> *O primeiro amigo*, em cujas folhas Astrojildo rabiscou seu manuscrito.

---

### 13 O PRIMEIRO AMIGO

Gregório foi preso por amar  
a liberdade do outro

Já levaram à treva o primeiro amigo,  
saberemos logo quantos seguirão

O primeiro amigo era um gigante bom,  
tinha as mãos enormes de campônio simples.

Tinha o gesto rude e uma eloquência nova  
feita de coragem de quem crê na Aurora

Era um bom amigo, era um companheiro,  
tinha os pés enormes (sic), coração humilde

Como São Cristóvão carregava às costas  
tímidas crianças, que lhe davam as mãos

Tinha o olhar azul, sereno e justo e  
refletindo a luz dos campos do Futuro.

Era São Cristóvão pelos oprimidos,  
era São Cristóvão contra os opressores.

O primeiro amigo mergulhou na treva  
mil e mil amigos o libertarão

Bárbara Beatriz.  
Rio 19.01.1948

Tudo parece levar, assim, a fixar o final dos anos quarenta como época de produção do texto em análise. Esta data, que talvez precise ser adiantada para começo dos anos cinquenta, torna-se mais sedutora ainda quando, em outro artigo de Astrojildo, *Posição e tarefas da inteligência*, datado de 1944,<sup>14</sup> encontram-se várias passagens que apresentam uma redação bastante próxima da do manuscrito: o cotejo de algumas destas passagens assemelhadas parece indicar que o texto que nos ocupa, se não teve versões anteriores, com certeza retoma fragmentos de textos mais antigos, num modo de produção textual que se poderia chamar de aditivo e por justaposição:

*posições*: "É encarando as coisas assim que podemos ver a Semana de Arte Moderna como algo de muito semelhante a um 5 de julho artístico e literário" (p. 289)

*manuscrito*: "Pode-se dizer que a 'semana de arte moderna' foi uma espécie de 5 de julho da literatura"

*posições*: "De toda a evidência, essas coisas não aconteceram simultaneamente por mero acaso" (p. 289)

*manuscrito*: "Ela antecedeu de alguns meses ao levante do forte de Copacabana, mas resultou de fatores semelhantes, acontecendo, não por acaso, no mesmo período de tempo".

Assim, a semelhança entre os pares de textos recoloca a questão da época da produção do manuscrito de forma mais

---

<sup>14</sup> *Posições e tarefas da inteligência*: reeditado no primeiro número de *Novos Rumos* (São Paulo, 1986); a publicação original deste texto ocorreu como fecho do livro *Interpretações*, editado em 1944 (Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil) e que registra janeiro-abril de 1944 como época de sua produção.

precisa: seria legítimo imaginar que o texto publicado em 44 retrabalha passagens de um texto mais antigo, por sua vez retomado nas folhas mimeografadas do poema *O primeiro amigo* (ai! precariedade copista dos tempos pré-xerox...), o que faria a data de sua produção -ou de parte dela- recuar para antes de 44? ou, ao contrário, este texto de Astrojildo é que manuscreeve, para outra utilização, passagens já publicadas no ensaio de 44?

Talvez seja ocioso levantar o velho problema de *o que veio antes do quê*, se o ensaio de quarenta e quatro ou o manuscrito inédito, sem título nem indicação de data e transcrito pelo Arquivo do Estado de São Paulo. O horizonte, como a esfinge de Édipo, não responde às questões. Ao contrário, coloca-as. Então, em vez de patinar nelas talvez seja preferível marcar a sintonia de *Tarefas e posições da inteligência* com o que, em meados dos anos quarenta de nosso século, discutia-se pelo mundo afora.

Foi simultaneamente a Jean Paul Sartre que, numa França pós guerra a ser cicatrizada (1947) se perguntava (e se respondia) *Qu'est-ce que la littérature?* que o Astrojildo de *Tarefas e posições da inteligência*, discute questões parecidas com as que discutia o filósofo francês. Astrojildo anuncia, num Brasil tropical, a discussão de

"direitos, deveres e responsabilidades da inteligência, (...) com a maior simplicidade possível, sem inúteis complicações. Benda, Maritain, Mac Leish, e não sei que mais ilustres debatedores da questão, que nos perdoem; mas vamos deixá-los de lado, como se não existissem, e ponhamos o assunto em chão batido e



liso, animados do só propósito de compreender e fazer compreender" (pp. 258-259).<sup>15</sup>

É dentro deste projeto de discutir e propor, como anuncia o título do ensaio *Posição e Tarefas* para a intelectualidade, que Astrojildo esboça, em pinceladas largas, o que se poderia considerar uma história-relâmpago da literatura brasileira que, versão anterior ou posterior do manuscrito de que nos ocupamos aqui, guarda com ele, como vimos, profundas semelhanças.

Que *não* são (ou parecem não ser...) mera coincidência.

Nos argumentos que introduzem as passagens historiográficas do texto de 1944, Astrojildo frisa o *uso pedagógico* que fará da historiografia, num viés pragmático que, se não chega a ser, propriamente, novidade na tradição da historiografia literária, é raramente confessado em cena aberta, sobretudo em projetos mais modernos e voltados para uma circulação mais sofisticada:

"Buscaremos em nossa própria história literária os modelos e exemplos de que necessitamos para ilustrar, concretamente, o nosso ponto de vista. Veremos então que o nosso passado literário, com toda a sua notória pobreza, nos oferece muitos e variados casos que podemos tomar como outras tantas lições para os dias de hoje" (p. 259).

É este senso por assim dizer *pedagógico*, que parece manter-se e, até mesmo presidir, ao longo do traçado de uma história da literatura brasileira mais vagarosa e minuciosa como a do manuscrito em questão, texto que, como já se apontou, abre-

---

<sup>15</sup> *Interpretações*, Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1944, é a edição da qual foram retiradas todas as citações deste texto. Entre parêntesis, no corpo da citação, a indicação da página.

se com uma citação de Lenin e, na seqüência, recorre a Luís Carlos Prestes e Plekhanov; estes senhores avalisam, obviamente, pressupostos teóricos e metodológicos bastante condizentes com o pragmatismo apontado a propósito dos segmentos historiográficos do ensaio de 1944.

Na página 6 deste manuscrito inédito, quando Astrojildo tem a gentileza de oferecer a seus leitores "(...) observações de ordem geral, úteis para a boa compreensão da obra que se segue", esclarecem-se alguns destes pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam e que, porque fundamentam, formatam seu ensaio. Destaca-se, entre as conseqüências de tais pressupostos, o papel que desempenham, em seu ensaio, a) o registro sistemático da origem de classe (sempre ou quase sempre dominante) dos escritores brasileiros, suas alianças ideológicas e posições políticas; b) a baixa presença de negros, e c) a precedência da poesia (sobre a filosofia) como manifestação da *linha ideológica*.

Esta última afirmação não deixa de soar inesperada e curiosa em um texto de tão ortodoxa linhagem marxista.

De forma bastante coerente para um texto que se abre invocando Lenin e Rosental, um dos princípios sobre o qual Astrojildo constrói seu ensaio subverte, a partir da noção de *cultura de classe* a noção de *cultura nacional* que, via de regra, sustenta a tradição de histórias literárias.<sup>16</sup> Nesta tradição, na qual se inscreve a brasileira, as histórias literárias geralmente fazem parte de projetos nacionalistas comprometidos com a idéia

---

<sup>16</sup> Relativamente a este tópico, cf. o ensaio de Fernando Villarraga E., *As armadilhas da história: apontamentos sobre a História da literatura brasileira de Astrojildo Pereira* (IEL, UNICAMP, mimeo) e o de Teresa Cabañas M., *A história impura de Astrojildo Pereira* (IEL, UNICAMP, mimeo), apresentados ambos ao IX Encontro Nacional da ANPOLL, Caxambu, 1994.

de *unidade nacional* para cuja consolidação (inclusive) a história da literatura, enquanto instituição discursiva, muito contribui.<sup>17</sup>

Daí a surpresa com que se encontra, neste inédito de Astrojildo, o recorte radical que a noção de *classe* opera no conjunto *cultura nacional*, entidade geralmente patrocinadora de projetos de cunho historiográfico; Astrojildo, apoiando-se em Lênin e em Rosental, denuncia "(...) o falso conceito de 'unidade nacional' da cultura das sociedades divididas em classes".

Amarra-se ainda a esta sua primeira tomada de posição (qual seja, a utilização do conceito marxista de *luta de classes* para a construção dos pressupostos de um ensaio de historiografia da literatura) outro dos princípios sobre o qual Astrojildo faz suas apostas, anunciando que ao aplicar

(...) "este critério ao estudo da história da literatura brasileira, podemos não só definir as duas linhas contraditórias que demarcam o nosso desenvolvimento cultural, mas também, obviamente, avaliar o verdadeiro sentido de cada obra e situar a posição real de cada autor",

antecipando, a partir daí, que em sua perspectiva, os escritores "(...) aparecem seguindo uma ou outra linha, e quase sempre oscilando entre uma e outra, ou desviando-se e passando abertamente de uma linha para outra".

Astrojildo recorre a Luís Carlos Prestes, generosamente citado, para estabelecimento da versão da história do Brasil necessária para fundamentar a inteligibilidade de uma história da literatura traçada a partir de pressupostos marxistas ortodoxos; o

---

<sup>17</sup> Cf. M. Lajolo, "Literatura e história da literatura: senhoras' muito intrigantes", apud L. Mallard et al., *História da Literatura: ensaios*, Campinas, Editora da UNICAMP, Col. Momento, 1994, pp. 19-37.

ensaísta compra uma boa briga, e com muita gente igualmente boa, ao justificar-se:

"Alonguei-me nestas citações do trabalho de Prestes porque elas nos fornecem a chave para a compreensão da nossa história, não só durante o período estudado, como também em relação ao passado colonial e ao desenvolvimento histórico posterior a 1840. *E é claro que só podemos compreender o sentido da nossa história cultural estudando-a nessa base, e assim podemos definir a linha progressista e a linha reacionária da nossa cultura*" (grifo meu).

A polêmica acima anunciada vem de longe e continua acesa: *a história sócio-econômica constitui ou não constitui ponto de partida essencial para uma história cultural?* O assunto é controverso e muito mais controversa ainda é a operacionalidade da distinção que Astrojildo estabelece entre uma linha *progressista* e uma outra *reacionária* de nossa cultura. Mesmo sem considerar seu provocativo tom categórico ("*... é claro que só podemos compreender o sentido de nossa história cultural estudando-a nessa base...*" grifos meus) tais formulações já apontam a assertividade ideológica em que se move (e para onde empurra seus leitores) o texto de Astrojildo.

Mas não deixa de ser curioso que um certo olhar travesso pode encontrar na mencionada inflexibilidade (mais partidária do que propriamente ideológica ou política ... ?) de Astrojildo um efeito de sentido inovador, ao romper com a tradição da historiografia literária, que costuma *naturalizar*, através por exemplo, da obliteração, as categorias externas a que recorre: este ensaio de Astrojildo, ao contrário, explicita com estridência

meridiana os valores sociais, políticos, ideológicos e partidários pelos quais norteia a seleção que opera e os juízos que emite.

Não há, assim, o recurso ao chamado *estético*, que passa ao largo. A tradição da história da literatura costuma naturalizar a seleção que opera ao recortar, da massa da produção literária, aquelas obras e autores que -exatamente porque recortados- transformam-se em *canon*. Este processo de *naturalização* do recorte opera-se por diversas vias. Uma delas parece ser o recurso à categoria do *estético*, extremamente eficiente na tarefa de apagar o caráter tantas vezes externo à série literária que rege o processo de corte e recorte. O que poucos perdoam a Astrojildo é a candura com que ele explicita os valores pelos quais se pauta.

É, portanto, com grande coerência e não menor coragem -uma vez expostos seus pressupostos- que Astrojildo pode, sem subterfúgios, ancorar em categorias externas, o julgamento que faz de autores e eventos literários:

"(...) Gregório de Matos Guerra foi o mais alto representante das camadas mais liberais e progressistas não só do povo da Bahia, mas também dos povos que viviam nas diversas capitâneas da colônia e que começavam a lutar contra a opressão metropolitana, criando os primeiros germes de formação da nacionalidade"

"(...) Alberto de Oliveira já era poeta de tipo bem diferente. Originário da pequena burguesia rural, homem saudável, exuberante, otimista, fez uma carreira cômoda de burocrata satisfeito, com fumaças aristocráticas, alheando-se da política e das lutas populares"

"Os autores e as obras que a bulhenta 'semana' produziu caracterizam-se desde logo pela heterogeneidade pequeno-burguesa. Unificava-os apenas o afã de destruir os moldes gastos de expressão artística e literária, mas cada qual procurava trilhar um caminho individual na afirmação das novas formas de expressão".

Talvez em conseqüência deste assumido projeto de batizar politicamente a atividade literária, suas instituições, atores e produtos,<sup>18</sup> este ensaio de Astrojildo distancia-se mais uma vez da tradição da historiografia literária ao propor ampliação do objeto do qual se ocupa a intelectualidade das letras, substituindo, na caracterização deste objeto, *literário* por *cultural*, dessacralização radical e contemporaneamente debatida por pensadores marxistas do porte de Terry Eagleton<sup>19</sup> e Tony Bennett<sup>20</sup>, de quem tomo emprestada a citação abaixo, para com ela sugerir um *nihil obstat* a esta simpática irreverência de Astrojildo:

"(...) Marxist criticism has distinguished itself from bourgeois criticism solely at the level of method (addressing the same set of problems by means of different analytical principles), and not at all at the crucial level of the theoretical constitution of its object. It has, in this respect, constituted the least Marxist region of Marxist theory, still experiencing the strong

---

<sup>18</sup> Cf. o ensaio de Annie Gisele Fernandes, *Vislumbrando instituições através da história literária* (IEL, UNICAMP, 1994, mimeo) apresentado ao IX Encontro Nacional da ANPOLL, Caxambu, 1994.

<sup>19</sup> Cf. Terry Eagleton, *Teoria literária: uma introdução*, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1986.

<sup>20</sup> Cf. Tony Bennett, "Marxism and popular fiction", apud Francis Mulhern, (org.), *Contemporary Marxist literary criticism*, Londres, Longman, 1992.

gravitational pull of a bourgeois problematic in a way that has not been true of Marxist economical or political theory" (pp. 192-193).

Advém deste gesto epistemologicamente radical, a possibilidade de Astrojildo articular *valor político* e *valor literário*, dupla cuja natureza tem dado nó em não poucas cabeças coroadas da tradição crítica. Assim explicitadas as regras do jogo, o leitor não mais se surpreende -só se sorri complacente ou conivente?- com a falta de rubor com que Astrojildo classifica os escritores que elenca a partir de categorias como *progressistas*, *reacionários*, *moderados*, *conservadores*; sirva de exemplo o excerto abaixo, onde se multiplicam heresias classificatórias (grifos meus) que sem dúvida arrepiam almas esteticamente bem formadas...:

"Entre os poetas, além do já falado Silva Alvarenga, podemos citar Sousa Caldas, José Eloy Ottoni, Caldas Barbosa, Natividade Saldanha, todos medíocres, sendo que este último, preso como implicado na revolução pernambucana de 1817, exilou-se na Venezuela, onde morreu na mais extrema miséria. Entre os publicistas e panfletários, devemos mencionar Hipólito da Costa (exilado em Londres, *liberal moderado*), José de Araujo Guimarães (fundador da revista O Patriota, 1808), Frei Caneca e Cipriano Barata (ambos encarnando as aspirações mais avançadas das camadas liberais), Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa (*radicais* na mocidade, *acomodados* com a idade e as posições que vieram a ocupar), Evaristo da Veiga (*moderado*, *conservador*), Odorico Mendes (*liberal avançado*, exilando-se mais tarde para a Europa, onde se dedicou por inteiro à tradução de Homero, Vergílio (sic), etc.). Entre os economistas

e eruditos, destacaram-se os *reacionários* bispo Azeredo Coutinho e José da Silva Lisboa, mais tarde Visconde de Cairú; José Bonifácio, chefe político da *escamoteação reacionária* de 1822, pode emparelhar-se a ambos. Citemos ainda o fluminense Antonio Morais Silva, homem de posses, autor de um dicionário da língua portuguesa que ainda hoje faz autoridade na matéria, mas que não representou nenhum *papel político digno de nota*".

Ao lado deste ortodoxo arco-íris político-ideológico ao longo do qual Astrojildo vai dispondo os escritores de que se ocupa seu ensaio, outros quesitos de natureza também heterodoxa e, no limite, política, gerenciam a escala de valores do ensaísta. É o que ocorre, por exemplo, a propósito de Bernardo Guimarães e Gonçalves de Magalhães; no caso, os pressupostos de Astrojildo, ao levarem em conta, para a apreciação dos escritores, a *reação do público*, não só se avizinham de certas vertentes da contemporânea Estética da Recepção, mas, sobretudo, rompem o traço elitista com que geralmente o juízo crítico desconsidera o gosto popular.

*Desconsidera*, aliás, é eufemismo; geralmente, a popularidade de uma obra funciona como testemunha de acusação, desqualificando-a. Para Astrojildo, muito pelo contrário, *ser do gosto do povo* parece marcar pontos no cacife de um escritor transformado-se, assim, o índice de popularidade de um texto em indicador de seu valor; nisto, ele muito se aproxima de opinião similar que Néelson Werneck Sodré discute em 1946, no artigo *O post-modernismo*:<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Cf. Néelson Werneck Sodré, "O post-modernismo", *Revista Novos Rumos*, ano I, n  2, outubro de 1946, pp. 4-13 .



(...) "um dos traços mais frisantes da impropriedade da historiografia literária, no Brasil, tem sido o tratar a atividade das letras como divorciada daquilo que convencionamos chamar público, isto é, o leitor comum, ou melhor, o povo" (p. 8).

Então, como que respondendo à crítica de Werneck para Astrojildo "(...) A *Escrava Isaura* é ainda hoje dos mais populares romances da nossa literatura -e por alguma coisa alcançou e mantém esse favor da massa de leitores e sobretudo leitoras", ao contrário de Gonçalves de Magalhães, cuja obra é negativamente avaliada exatamente a partir de uma recepção em tudo oposta à do best-seller de Bernardo Guimarães: "(...) dele tudo nos parece hoje medíocre, raso, impopular, objeto só de estudo por parte dos eruditos".

Se estas questões são pontuais, mas nem por isso irrelevantes, o texto de Astrojildo também levanta questões de âmbito menos restrito, relativas a macro-componentes do discurso tradicional dos estudos literários.

Qualquer projeto de escrever uma história literária presta contas à tradição do gênero, o que aumenta a importância das histórias da literatura como acesso à inteligibilidade do sistema cultural no qual elas se inscrevem: pairam sobre a cabeça do historiador as histórias literárias que o precederam e que, não raro, dirigem-lhe a mão. Ou tentam e, ao menos em parte, quase sempre o conseguem. Tarefa essencialmente dialógica, escrever uma história literária obriga a um diálogo intertextual com historiadores precedentes: espécie curiosa de exorcismo, um pouco para livrar-se do já dito, outro pouco para reforçar o já dito e legitimar-se.

Esta história de Astrojildo não é exceção.

Astrojildo, como manda a praxe, *cita*, isto é, faz suas palavras alheias, mesura cortês que, feita a seus pares, o legitima, a ele, Astrojildo, e a seu texto; talvez por efeito de metonímia, a citação dá *cidadania de história literária* ao texto no qual ela ocorre. Mas a *forma* como Astrojildo cita rompe a praxe: numa tradição onde quase sempre se cita para *encobrir o que não se conhece*, Astrojildo surpreende pela prática inversa: não poucas vezes, em sua pena, a citação registra que o empréstimo ocorre em momentos cruciais, às vezes até comprometedores, preenchendo o espaço reservado para o juízo crítico com opiniões alheias, sempre, no entanto, escrupulosamente atribuídas a quem de direito.

Modéstia tão cândida surpreende e vale a pena notar que ela acaba tendo inesperados efeitos de sentido. Ela *aligeira* o tom e informaliza o discurso desataviado, em flagrante contraste com histórias da literatura compostas nas vizinhanças da presuntiva data da composição deste ensaio. O fragmento abaixo é exemplar do *a-vontade* da carona que Astrojildo pede a Ronald de Carvalho, ao ocupar-se d' *O. caramuru*, poema de Santa Rita Durão:

"Ronald de Carvalho assim caracteriza este poema: 'Quanto à sua concepção, o poema pode dividir-se em duas partes: uma real, que trata do naufrágio de Diogo Álvares Correia, dos seus sucessos e dos seus amores, e outra imaginária, que se refere à visão de Paraguassu, e onde surge, em larga e movimentada cena, toda a evolução política e social do Brasil'. Não tive nenhuma possibilidade de reler agora o Caramuru para poder avaliar até que ponto corresponde ele a semelhante juízo do historiador ".

Esta já assinalada inter-textualidade honesta e explícita deste texto de Astrojildo serve também para reforçar a informalidade de seu tom. Num dos momentos em que Ronald de Carvalho erige-se em seu interlocutor, é fácil perceber a coloquialidade com que o ensaísta, ao informalizar e coloquializar o diálogo, não deixa de assinalar (de novo, sugerindo oralidade de situação?) *quando* e *quanto* avaliza (ou não avaliza...) os juízos críticos que toma emprestados, o que faz de seu leitor uma espécie de *voyeur* privilegiado de uma conversa cujos turnos dialógicos são previamente marcados. Ou seja, quando o ensaísta *não quer* ou *não pode* dizer o que precisa ser dito, ele precisa encontrar quem cumpra tal função em seu lugar, momento em que, através da citação, passa a palavra para seus pares:

"(...) tendo escrito um considerável Tratado de Direito Natural. Não li este Tratado, aliás o primeiro, segundo o proprio autor, que se elaborou em língua portuguesa (...) Um crítico católico diz dele que é obra híbrida, pois o autor professa as doutrinas que aprendeu com os jesuitas (...) Esta é a opinião do escritor católico que somos levados a aceitar um pouco pelo avesso, em louvor de Gonzaga (...)"

"(...) sua obra, opina Ronald de Carvalho, se reocupa de preferência com a gente do campo, tropeiros, negros, ou então com as intrigas da sociedade colonial (...)"

Sílvio Romero, Ronald de Carvalho e o português José Saraiva freqüentam este texto de Astrojildo com assiduidade e desenvoltura, fazendo parte do coro que, em diferentes momentos Astrojildo orchestra como interlocutor e fiador de sua história.

Nas entrelinhas aparecem outros historiadores, nem sempre mencionados e algumas vezes até reescritos inclusive ao contrário do que talvez tivessem querido, dizer ao escreverem.<sup>22</sup> Ainda relativamente a citações, é interessante observar como, no texto de *Posições* (1944) a propósito de Gregório de Matos, Astrojildo cita Silvio Romero enquanto, no manuscrito inédito, em passagem muito similar, recorre a Ronald de Carvalho cuja história, editada desde 1919, já se encontrava disponível na época em que o crítico publica *Posições e tarefas*. O caso merece pesquisa mais acurada: seria a má-vontade com que o Partido Comunista via o Modernismo (em cujas fileiras formava Ronald de Carvalho...) responsável pela substituição dos titulares em campo? Ou a substituição responde apenas a um desejo de atualização das fontes? Ou nada disso?

Ao mesmo tempo, é variado e diverso o mapa de histórias da literatura que, ou por serem obras fundadoras, ou por terem sido produzidas nos arredores de seu ensaio -cuja data presuntiva estamos fixando nas vizinhanças de 1948- ao constituírem o horizonte de seu tempo, constituem com certeza a instituição discursiva *história literária*, com a qual Astrojildo dialoga.

A *História da literatura brasileira* de Silvio Romero teve uma primeira edição em 1888, uma segunda em 1902 e, numa versão escolarizada com o auxílio de João Ribeiro e intitulada *Compêndio de história da literatura brasileira* foi lançada em 1906 e refundida de novo em 1908; a *História da literatura brasileira* de José Veríssimo é de 1916 e a *Pequena história da*

---

<sup>22</sup> Cf. o ensaio de Mônica Merkt, *Anotações para uma leitura da história da literatura brasileira de Astrojildo Pereira* (IEL, UNICAMP, mimeo) e o de Wilton José Marques, *A intenção e os fatos* (IEL, UNICAMP, mimeo), apresentados ambos durante o IX Encontro Nacional da ANPOLL, Caxambu, 1994.

*literatura brasileira* de Ronald de Carvalho de 1919, esta com uma quinta edição em 1935; a *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos* de Nélson Werneck Sodré é de 1938 com reedição em 1940; em 1960, Nelson Werneck Sodré refunde integralmente a terceira edição de sua obra e acrescenta-lhe uma introdução, sendo de 1964 a quarta edição<sup>23</sup>. É de 1950 a *História da literatura brasileira* (Prosa de Ficção, 1870 -1920) de Lúcia Miguel Pereira com segunda edição em 1957; em 1955 Antonio Soares Amora publica a sua *História da literatura brasileira* e entre 1955-59 Afrânio Coutinho publica *A literatura no Brasil*; em 1956 Alceu Amoroso Lima publica *Introdução à literatura brasileira*, texto originalmente apresentado ao IV Congresso de História Nacional (ocorrido em 1949); em 1959 Antonio Candido lança sua *Formação da literatura brasileira*, podendo encerrar-se, com *esta* obra, o panorama que baliza -com larga margem de segurança o ensaio de Astrojildo Pereira.

Se, com diferentes ênfases, o texto de Astrojildo menciona Romero, Veríssimo e Carvalho, fica no ar a interrogação pelo silêncio de Astrojildo relativamente a Nélson Werneck Sodré e vice-versa. A falta de dados disponíveis e uma certa clandestinidade do tema pedem pesquisa mais acurada e Sherlock mais dedicado, para o desvendamento das relações do PCB com a história cultural brasileira, contexto *no qual e para o qual* este ensaio de Astrojildo pode ser peça de extremo interesse.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Relativamente a Nelson Werneck Sodré, consultar *Nélson Werneck Sodré: a ruptura e o reflexo*, de Letícia Mallard, apud Letícia Mallard et al., *História da literatura: ensaios*, cit., pp. 55-74.

<sup>24</sup> Extremamente cuidadoso, informativo e instigante, *Partido Comunista, cultura e política cultural*, tese de Doutorado de Antonio Albino Canelas Rubim [USP, 1986 (mimeo)], é consulta obrigatória relativamente a este tópico.

A um tempo em que os críticos, não mais de cartola e pince-nez, mas de terno branco e chapéu panamá, se chamavam mutuamente de *senhores* (*acerta o senhor Manuel Bandeira, ou bem lembrou o senhor Mario de Andrade...*) este texto de Astrojildo destaca-se, desferindo, ao mesmo tempo, duas trajetórias estilisticamente distintas. Parece, no atacado, curvar-se às imposições discursivas do gênero *história da literatura* enfileirando, mais do que articulando, informações relativas aos escritores de que fala, como aliás, anunciara que faria, ao prometer *dados relativos às principais figuras do grupo e as suas obras, necessários a compreensão da posição de cada um*.

Nesse sentido, a macro estrutura do texto é profundamente convencional: abre-se com a apresentação de seus pressupostos histórico-metodológicos, prossegue propondo uma periodização da literatura, detém-se na caracterização dos períodos e finaliza pela apresentação dos vários autores. Além disso, os recursos que garantem a coesão discursiva do texto são os correntes no ensaísmo de recorte historiográfico. Em diferentes momentos, quer na modalidade dissertativa que apresenta pressupostos teórico-metodológicos e seus corolários, quer nos passos narrativos de enfileiramento cronológico de autores e obras, o texto se articula a partir de operadores convencionais:

*"Como se sabe, o romantismo se caracteriza, de um modo geral, como uma escola artística (...); Vejamos alguns dos outros romancistas mais significativos da época; (...) é necessário mencionar igualmente alguns dos publicistas (...); Citemos os nomes de alguns discípulos e amigos de Tobias Barreto; Estou talvez estendendo-me demais, e, por isso, vou limitar-me, na caracterização individual dos escritores da época, (...)"* (grifos meus).

Mas, se o atacado é convencional, o varejo não o é.

No varejo, o tom em que Astrojildo Pereira desenvolve seu ensaio é uma agradável surpresa. Seu coloquialismo bem humorado deixa a poeira da distância, quando não o empolamento, ao menos a sisudez característica de textos históricos. Em várias passagens, o grau de informalidade deixa o leitor curioso por saber que condições de escrita respondem pelo desatavio do texto, o que encaminha e refina algumas das interrogações já formuladas lá atrás: *quando este esboço de história literária foi escrito? E com que propósitos? Era para ser lido ou para ser ouvido? E por qual público? E reescrito a propósito do quê?*

A grande surpresa estilística que aguarda o leitor vem das rupturas que Astrojildo imprime, no miúdo, ao padrão do discurso histórico, sobretudo do discurso da história da literatura. Gênero campanudo por excelência e, no caso brasileiro quase sempre escrito ao ritmo verde-amarelo de compassos marciais, a história literária costuma levar tudo a sério: a pátria, a literatura e, sobretudo, ela mesma.

A ruptura de tão inóspita paisagem começa pela liberação da subjetividade, através de uma primeira pessoa que não poucas vezes, e na contramão da praxe, irrompe opinativa. Dado que Astrojildo desconstruiu de início, como pressuposto ideológico, a noção de Pátria e também no mesmo sentido substituiu a noção de *literatura* pela de *cultura*, não se estranha que seu texto igualmente descarte e dissolva os traços de neutralidade e assepsia que, via de regra, marcam o estilo das histórias literárias.

O resultado, tanto em passagens dissertativas como em seqüências narrativas, é um texto corrido e bem humorado, onde escolhas léxicas muito poucas ortodoxas (cf. o grifo do texto [a]) articulam-se bem com traços da oralidade (cf. o grifo do texto [b]) e coexistem pacificamente, e para gáudio dos leitores, com

expressões emprestadas de outras formações discursivas (cf. o grifo do texto [c]):

"Desse tempo é Rocha Pita, *historiador delirante*, criador do gênero '*porque-me-ufano-do-meu país*', que de vez em quando reaparece como *epidemia*. Outro nome pouco menos que esquecido é o moralista eclesiástico Nuno Marques Pereira (1652-1728), autor de *uma xaropada difícil de se tragar*, o *Peregrino da America* (p. 6), quer dizer: o 7 de setembro resultou numa *formidável escamoteação*;

*Justo na metade do século, 1750, subiu D. José I...*

Claudio Manoel da Costa (...) suicidou-se (ou *foi "suicidado"*) nos calaboucos... (p. 8) (...) ao tempo do senhor D.João VI e sua nobreza de *parasitas e salafrários* fugidos de Lisboa à aproximação das tropas de Napoleão...".

Outros aspectos estilísticos do texto recolocam o problema de *sua destinação* e de novo questionam o estágio de sua completude: *em que situação se admite um ensaio historiográfico cheio de reticências e abreviações?* Tais liberdades não parecem operacionais em um texto em fase avançada de preparo para publicação; parecem apontar, antes, para um rascunho ou então para notas de uma apresentação falada, a qual daria conta satisfatória também da coloquialidade do tom, podendo os textos descartados (isto é, cortados, no original) constituir variantes relacionadas às hesitações naturais dos falantes.

Será ? Pode ser.

Senhor mireveja.

Por outro lado, certos traços dispostos ao longo do ensaio permitem atribuir, ainda que de maneira pouco precisa, um



caráter minimamente ilustrado do público ao qual se destina o texto de Astrojildo. Isto fica indiciado, por exemplo, na conta que o escritor presta das polêmicas em que incide: "Discordo, nesse ponto, do critério adotado por D.J. em relação a A. José" (p. 6), explica ele, esclarecendo por um lado divergência de critérios, mas inaugurando o enigma das iniciais que, nuas e cruas, multiplicam-se ao longo do texto, e deixam os sherlocks de plantão com uma irremediável sensação de incompetência.

O procedimento se repete e constitui, inclusive, um dos indícios fortes do que se chamou de *descosimento do texto*, que se encerra (?) por uma lista que, desorganizadamente disposta no verso da última (?) página, põe lado a lado nomes completos (*Renato de Almeida, Adelino Magalhães, Graça Aranha e Cassiano Ricardo*) incompletos mas facilmente identificáveis (*Ronald de Carv., Mário de A., Osvald de A., Menotti del P., Aug. Mezer* (sic), ~~*Carlos D. de A.*~~ e *Tristão de A.*) e meras iniciais (?) como a misteriosa tríade *A.A.M.* cuja decifração ultrapassa em muito o que resta de imaginação interpretativa para Sherlocks cansados e que, ao lado da fadiga, pressentem o decurso do espaço/tempo que lhes resta para desvendar o enigma...

O efeito de sentido deste estilo entre coloquial e desleixado é duplo: por um lado, parece democratizar a crítica literária (que costuma vir invisivelmente, de braços dados com Dona História...) formulando-a na voz cotidiana de conversa ao alcance de qualquer um, porque vasada num tom que, por exemplo, discute poetas da segunda geração romântica sem a cerimônia a que a tradição dos estudos literários nos habituou.

Astrojildo, sem papas na língua, considera *Junqueira Freire (1832-1855)*, *frade, sentimentalão*, (...) e *Casemiro de Abreu (1837-1860)*, *outro jovem infeliz, choramingão e vencido aos 23 anos* (...).

Como bom número dos historiadores de nossa literatura, Astrojildo propõe, no início do texto, uma periodologia para a história que vai montar, dividindo-a nos seguintes segmentos: 1º) *segunda metade do século XVII*; 2º) *segunda metade do século XVIII, Inconfidência Mineira*; 3º) *lutas pela Independência, Regência*; 4º) *Romantismo 1840-1870*; 5º) *Escola do Recife, propaganda republicana, abolicionismo, 1870-1889*; 6º) *proclamação da República, reação espiritualista na filosofia e na poesia, começo do século XX até 1914*; 7º) *primeira guerra mundial até 1930*.

As lacunas que tal periodologia produz nos quatrocentos e cinquenta anos de vida brasileira parecem não incomodar muito o autor, que informa donairosamente a seus leitores que apaga, por considerá-lo irrelevante, *o século e meio anterior à segunda metade do século XVII*, bem como *a primeira metade do século XVIII*.

Deixando de lado pressupostos e conseqüências desta amputação, chama a atenção a heterogeneidade dos elementos que inspiram e nomeiam os períodos em que Astrojildo segmenta a literatura brasileira da qual escreve a história. A denominação é neutramente cronológica em (1), cronológica e política em (2), exclusivamente política em (3), estético-cronológica em (4) e vertiginosamente eclética daí para frente... Talvez resida, na reflexão sobre tais oscilações de nomenclatura um dos mais sensíveis indícios dos vaivéns postulados pela história e pela crítica.<sup>25</sup>

No entanto e não obstante o ecletismo dos critérios de partição do *continuum* cronológico, os períodos propostos por Astrojildo Pereira não chegam exatamente a constituir foco de ino-

---

<sup>25</sup> Cf. M. Lajolo, "Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes", *cit.*

vação: afinal, aparentemente, os vários historiadores de nossa literatura sempre se outorgaram o direito de repartir o conjunto da produção textual tida por literária em diferentes e nem sempre muito imaginosos sub-conjuntos. Afinal, para quase todos eles, a história social e política foi paradigma irresistível, como bem aponta Alceu Amoroso Lima na sua *Introdução à literatura brasileira*.<sup>26</sup>

Não é, pois, pelo caminho da periodologia que se encontram as passagens mais inventivas deste inédito Astrojildo. O que é novo -e muito sugestivo- é o modo como ele lida com o cânon literário, já definitivamente consagrado nos arredores dos anos cinquenta deste século.

Trabalha nesse sentido, a inclusão em seu ensaio de vários nomes pouco ou nada frequentes na tradição literária brasileira. Da geração dos arredores da República, por exemplo, Astrojildo pesca Tavares Bastos, Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Lafayette Rodrigues Pereira, Lufs Gama e André Rebouças. Em outro movimento inesperado junta a estes forasteiros da literatura Júlio Ribeiro, considerado "... autor de um mau romance naturalista, A carne e que tem importância sobretudo como polemista virulento, republicano exaltado, anti-clerical, homem desabusado e honesto".

Sublinhe-se, para reforçar o estranhamento que tais nomes provocam no *cânon*, que é na condição de jornalistas -e não de escritores *oriundos* do jornalismo- que tais escribas, para Astrojildo, desfrutam de *status* e espaço similares ao de poetas e ficcionistas. O que constitui navegação muito interessante nas trilhas anteriormente abertas pela ampliação da noção de

---

<sup>26</sup> Cf. "Sumário histórico do problema", in Alceu Amoroso Lima, *Introdução à literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Livr. Agir Editora, 1956, pp. 65-87.

*literatura*, substituindo uma noção estrita de *belas letras* por uma muito mais abrangente, de *cultura*.

Também enquanto matriz de juízos de valor, este ensaio historiográfico de Astrojildo surpreende. Numa passagem, para dizer o mínimo, inesperada e insólita, Astrojildo identifica Castro Alves -não à-toa paradigma de autor engajado, *ergo* bom- a Luís Carlos Prestes, assim também promovido a sócio do em outras penas tão fechado clube dos membros das histórias da literatura !! Uau !!!

Mas é sobretudo em relação a Gregório de Matos e ao Modernismo, que Astrojildo navega na contramão de seus pares historiadores: sobrepõe o Gregório satírico ao lírico e engata freio de mão no entusiasmo que costuma modular a apresentação oficial do Modernismo.

Tanto em *Posições e tarefas* (de 44) quanto no manuscrito, Astrojildo privilegia o Gregório de Matos satírico sobre o lírico, fazendo uma leitura política da sátira gregoriana, teorizando em 44 que "a sátira é por excelência a arma da inteligência desarmada. Desarmada mas corajosa, intrépida, insubmissa" (p. 261) e escudando em tal juízo a opinião favorável que, sobre Gregório, desfia mais alongadamente, no ensaio inédito:

"(...) da sátira serviu-se, toda a vida, como um instrumento poderoso de combate aos desmandos e imoralidades do seu tempo, em Coimbra, em Lisboa e, mais ainda, na Bahia. Espírito desabrido e corajoso, suas sátiras castigavam sem piedade os potentados que abusavam do poder, os prevaricadores de toda a espécie, os fidalgotes cheios só de prosápia, os magistrados pedantes, os clérigos corruptos".

Ainda no ensaio inédito, a atenção com que Astrojildo se debruça sobre Gregório sublinha aspectos -digamos, *técnicos*- de sua obra: rebate as acusações de plagiário argumentando, em surpreendente acento moderno, com a relatividade da noção de plágio, e com a instabilidade e precariedade das condições de circulação do desbocado poeta baiano, confiada a manuscritos e só reunida em livro a partir de 1882 em edição pouco cuidadosa.

"(...) o critério de apreciação aplicado aos plágios e imitações tem variado muito com o tempo, e no caso de Gregório era um critério extremamente clássico. Em segundo lugar, no caso especial do poeta baiano, há uma consideração decisiva a se fazer e é que a sua obra não só não foi publicada no tempo do autor (a 1ª edição, incompleta, data de 1882), como nem existe dela qualquer cópia de seu próprio punho. Os códices conhecidos uma meia dúzia (sic), no Brasil e em Portugal são devidos a copistas diversos, nem todos contemporâneos. O que é provável é que nesses códices -em que aliás se verificam não poucas discrepâncias de uns para outros- se hajam interpolado numerosas peças que não foram escritas por Gregório de Matos (...)"

A argumentação acima, que com certeza responde a um certo juízo crítico ao qual Astrojildo quer contrapor-se, reforça a valoração positiva com que Astrojildo faz reverter, com maior fôlego, a tradição histórico-crítica. A visão extremamente favorável com que a face satírica do poeta é comentada, dá seqüência à ênfase com que no ensaio de 44 *Posições e tarefas...* Astrojildo aponta Gregório como fundador da tradição engajada da literatura brasileira, tradição esta à qual Astrojildo, no ensaio de 44, vai filiar o movimento modernista de 1922 (cf. p. 261).

Também relativamente à buliçosa Semana de 22, no ensaio inédito, o termômetro crítico de Astrojildo diverge. As ressalvas com que o crítico agora analisa a Semana de Arte Moderna afastam seu texto, tanto da tradição crítico-históricográfica ( que, sobretudo na sua vertente clássica -paulista?- tende a ver o movimento da Paulicéia como ruptura) quanto de suas próprias posições no ensaio de 44.

No texto de 44, o crítico não faz reparos à Semana de Arte Moderna, rasgando elogios entusiasmados ao evento e seus desdobramentos: "(...) não será difícil verificar que o melhor da nossa atividade mental durante os três ou quatro últimos lustros leva a marca de 1922" (p. 284).

Já no segmento relativo ao Modernismo, no manuscrito - que, não custa lembrar, é acoplado ao texto, tendo anteriormente sido considerado inconveniente- altera-se a postura de Astrojildo: o desencanto com que ele agora encara a semana de 22 é do mesmo feitio da visão desencarnada com que menciona o levante do Forte de Copacabana eventos ambos que Astrojildo considera sinais não necessariamente animadores, mas com certeza interrelacionados, de um determinado momento/estágio da sociedade brasileira: "(...) a meu ver, a Semana de Arte Moderna foi uma repercussão, no domínio da Arte e da literatura, de causas sociais que deram origem tanto ao primeiro 5 de julho quanto a fundação do Partido Comunista".

Fique em surdina a eventual heresia de enlaçar no mesmo parágrafo a Semana de Arte Moderna e a fundação do Partido Comunista, a um tempo em que este último -apesar de Oswald de Andrade- não considerava em nada respeitável qualquer parentesco com os bulhentos moços da paulicéia de 22. E constate-se, apenas que a condenação de Astrojildo ao Modernismo brasileiro não destoia muito da posição oficial que, face a ele,

assumiu o Partido Comunista Brasileiro o qual, nesta condenação do que, depois, veio a tornar-se *vanguarda oficial* não diferiu muito da atitude de seus camaradas russos, face ao Modernismo deles:

"Quanto à 'semana de arte moderna', ela foi a demonstração, no terreno da cultura, das mesmas características do primeiro 5 de julho -um putch artístico e literário desencadeado pela pequena burguesia, açulada, no caso, notoriamente, por alguns mecenas de ambos os sexos, pertencentes às classes dominantes, homens e mulheres, fatigados e ávidos de novas sensações".

Mas tudo são conjecturas...

Certo mesmo ou, quem sabe, certo até certo ponto, é que o Astrojildo que rabiscou este ensaio no verso e margens de um poema eventualmente dedicado a Gregório Bezerra talvez encontre, neste quase fim de século XX, leitores mais afinados com seu texto.

Muito mais do que a queda de muros ou dissolução de partidos, o desenvolvimento contemporâneo de certas disciplinas voltadas para a linguagem, ao lado da pluralidade de caminhos abertos para a historiografia, alterando radicalmente o paradigma das ciências humanas, parecem patrocinar uma compreensão mais crítica e abrangente do papel da história da literatura tanto no interior da instituição literária, quanto no âmbito maior de outras histórias.

Em decorrência de tais movimentos epistemológicos, rediscute-se o cânon e, entre desconstruções de calibre diverso, assistimos à revisão de todas as histórias oficiais, inclusive a da literatura brasileira, e particularmente a do Modernismo paulista. Este episódio da vida cultural brasileira, aliás, ao lado de Gre-

gório de Matos, parece imantar os ânimos e atrair o empenho de construtores & desconstrutores mais renhidos da história literária brasileira.<sup>27</sup>

O que, evidentemente, aumenta o interesse pela publicação deste texto de Astrojildo.

Por ser inédito, esgarçado, rasurado, eventualmente incompleto ou inconcluso, mera reescritura ou, quem sabe, anotações pouco ruminadas para uma palestra, ele favorece, no estratégico desinteresse por respostas circunstancializadas, a ênfase nas interrogações que deixa no ar. Estas, sim, importantíssimas, pois eventualmente legítimas para muitos outros textos.

Tudo somado, este texto manuscrito deixa, ao longo de suas páginas, marcas específicas de um *intelectual militante*, no melhor sentido da expressão. O que, repetindo a epígrafe destas minhas maltraçadas e arrematando-as com um CQD, pinga-lhes ponto final.

Momento em que o Sherlock tira o boné, guarda a lente e enxuga a testa. E dando por cumprida sua missão, sai de cena de fininho, agradecendo muito a atenção que lhe dispensou o respeitável público.

---

<sup>27</sup> Relativamente ao Modernismo paulista, cf. Lúcia Helena, "Sobre a história da semana de 22", apud Mallard, L. et al., *História da Literatura: ensaios, cit.*, pp. 101-127.



**BIBLIOGRAFIA DE ASTROJILDO**

- URSS - Italia - Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Alba, 1935.
- Interpretações*, Rio de Janeiro, Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1944.
- Machado de Assis* (Ensaio e apontamentos avulsos), Rio de Janeiro, Livr. Editora São José, 1959.
- Formação do PCB* (Notas e documentos), Rio de Janeiro, Ed. Vitoria, 1962.
- Crítica impura* (Autores e problemas), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963.

**BIBLIOGRAFIA**

- Baccalini, Virgilio. *Astrojildo Pereira giovane libertario alle origini del movimento operaio brasiliano*, Milão, Edizioni Cens, 1984 (15899 Edgard Leuenroth).
- Barbosa, João Alexandre. "A impureza da crítica", in *Opus 60: ensaios de crítica*, São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1980, pp.101-106.
- Cabañas M., Teresa. *A história impura de Astrojildo Pereira* (IEL, UNICAMP, 1994, mimeo).
- Carone, Edgard. "Literatura e público", *Revista Novos Rumos*, ano 3, n° 8 e 9, pp.117-135.
- Carone, Edgard. "Literatura e público" (II), *Revista Novos Rumos*, ano 3, n° 10, 11 e 12, pp. 233-239.
- Dulles, J.W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

- Feijó, Martin Cezar. *Formação política de Astrojildo Pereira 1890- 1920*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, Col. Nossa Terra, 1990, 2ª ed. Inclui-se no livro ensaio biográfico de Nelson Werneck Sodré, "Meu amigo Astrojildo Pereira".
- Fernandes, Annie Gisele. *Vislumbrando instituições através da história literária*, (IEL, UNICAMP, 1994, mimeo).
- Ghisolfi, Alda. *Nos bastidores da história, a tentativa de uma historiografia de esquerda: a modalidade discursiva, o caráter intertextual e as alternativas ao projeto institucional de historiografia literária*, (IEL, UNICAMP, 1994, mimeo).
- Mallard, Letícia. "Nelson Werneck Sodré: a ruptura e o reflexo", apud Letícia Mallard et al., *História da literatura: ensaios*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1994, pp. 55-74.
- Marques, Wilton José. *A intenção e os fatos*, (IEL, UNICAMP, 1994, mimeo).
- Merkt, Mônica. *Anotações para uma leitura da História da literatura brasileira de Astrojildo Pereira*, (IEL, UNICAMP, 1994, mimeo).
- Oliveira, Ilka Maria de. *Astrojildo Pereira, nos bastidores da história literária*, (IEL, UNICAMP, 1994, mimeo).
- Rubim, Antonio Albino Canelas. *Partido Comunista, cultura e política cultural*, Tese de Doutorado, USP, 1986, (mimeo).
- Sodré, Nelson Werneck. "O post-modernismo", *Revista Novos Rumos*, ano I, nº 2, outubro de 1946, pp. 4-13.
- Villarraga E., Fernando. *As armadilhas da história: apontamentos sobre a História da literatura brasileira de Astrojildo Pereira*, (IEL, UNICAMP, 1994, mimeo).



## Documento<sup>1</sup>

### Arquivo Astrojildo Pereira (1890-1965)

No artigo de Lênin sobre Duas Culturas, datado de 1913, e no comentário que lhe fez recentemente o crítico soviético Rosental, encontrava-se uma crítica aprofundada do falso conceito de "unidade nacional" da cultura nas sociedades divididas em classes. Referindo-se particularmente às nações capitalistas, escreveu Lênin: "Em cada nação contemporânea há duas nações... Em cada cultura nacional há duas culturas nacionais".

---

<sup>1</sup> O que vai se ler é a transcrição de um manuscrito inédito de Astrojildo Pereira, recolhido ao Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB) em Milão sob a identificação ARCH A 2,3 (4), microfilmado e disponível no Arquivo do Estado (de São Paulo) sob a sigla MN3 4 5 6 microfilme 2.

A transcrição adota as seguintes convenções: a) segmentos rabiscados/rasurados no original microfilmado são transcritos entre colchetes e riscados; b) números romanos entre parêntesis, correspondem à paginação do manuscrito tal como ela se apresenta no microfilme; c) N. do A. indica notas de rodapé de Astrojildo Pereira, no que foi possível identificá-las no microfilme; d) N. do E indica notas de rodapé dos preparadores desta transcrição: algumas sinalizam problemas de transcrição do manuscrito ou variantes e foram preparadas por Alda Ghisolfi e Ilka Maria de Oliveira; outras referem-se a questões de literatura levantadas pelo manuscrito e são de responsabilidade de Marisa Lajolo; e) ortografia e acentuação foram atualizadas.

Estas duas culturas são a expressão, em termos de arte, literatura, filosofia, ciência, etc., de duas correntes de idéias antagônicas que se defrontam e se entrecrocaram na superestrutura da sociedade: a corrente progressista, revolucionária, e a corrente retrógrada, reacionária; aquela, representando o novo, que surge e se desenvolve, [~~no seio da sociedade em~~] e esta, representando o velho

## (II)

que luta por conservar o seu domínio e sobreviver. Com a aplicação deste critério ao estudo da história da literatura brasileira, podemos não só definir as duas linhas contraditórias que demarcam o nosso desenvolvimento cultural, mas também, obviamente, avaliar o verdadeiro sentido de cada obra e situar a posição real de cada autor - de Gregório de Matos e Botelho de Oliveira a Jorge Amado e Otávio de Faria. Poetas e prosadores, romancistas e críticos, filósofos e publicistas, conscientemente ou não, coerentemente ou não, aparecem seguindo uma ou outra linha, e quase sempre oscilando entre uma e outra, ou desviando-se e passando abertamente de uma linha para outra.

## (III)

É o que tentarei indicar neste trabalho. Digo apenas "indicar", não por modéstia, mas principalmente por impossibilidade material de proceder a um estudo aprofundado e direto da matéria. Não pude sequer ler ou reler certos autores dos mais importantes, valendo-me sobretudo de alguns historiadores e um pouco, também da minha própria memória, que aliás não é das melhores.

Devo começar a propor a seguinte divisão por períodos, a partir de meados do século XVII até ao fim da terceira ~~primeira~~

~~segunda guerra mundial ou pouco depois, até à semana de arte moderna-exclusive]~~: década do nosso Século, isto é, até 1930; 1) segunda metade do século XVII; 2) segunda metade do século XVIII, Inconfidência Mineira; 3) lutas pela Independência, Regência; 4) Romantismo 1840-1870; 5) Escola

#### (IV)

do Recife, propaganda republicana, abolicionismo, 1870-[1888] 1889; 6) proclamação da República, reação espiritualista na filosofia e na poesia, começo do século XX até 1914;... 7) primeira guerra mundial até 1930... Não se trata aqui de uma divisão por períodos históricos rigorosamente delimitados, mas por etapas ou fases importantes da nossa história, a que correspondem ~~[outros períodos]~~ certas etapas, ou fases da história da cultura brasileira. Deixo de lado o século e meio anterior à segunda metade do século XVII: nada apresentam os 150 anos posteriores à descoberta que nos possa interessar diretamente; deixo também de lado toda a primeira metade do século XVIII, cuja importância é a bem dizer muito reduzida; e não vou além de [1922] 1930, por escapar isso ao plano previamente traçado

#### (V)

dos nossos trabalhos.

Permitam-me ainda algumas observações de ordem geral, úteis para a boa compreensão da exposição que se segue.

Primeira observação. A linha ideológica manifesta-se mais claramente e mais depressa na poesia, e ainda mais claramente porém menos depressa na filosofia. O que vem a significar, evidentemente, maior soma de elementos conscientes na filosofia, e mais elementos instintivos na poesia.

Segunda observação. A maioria absoluta dos escritores de todos os gêneros pertence, por sua origem de classe: a) no período colonial, até o fim do século XVIII, às camadas liberais, proprietários progressistas, burguesia comercial, magistratura; b) a partir do começo do século XIX, principalmente à pequena burguesia. Não se encontra nenhum

### (VI)

escritor escravo (~~se existiram, não são conhecidos nem registrados pelos historiadores~~) e são raríssimos os descendentes diretos de escravos, mesmo nas vésperas da abolição.

Terceira observação. A regra geral é a flutuação ideológica nas obras da maioria dos escritores. Muito comum também é a passagem -quase sempre gradual, mas às vezes repentina- de posições mais ou menos progressistas a posições contrárias; em geral, quando jovens, os escritores são mais ou menos progressistas, mas à medida que adquirem renome, glória, posições (na política, na burocracia, na magistratura, etc.), vão se acomodando, tornando-se "a-políticos", quando não abertamente conservadores e reacionários. (Isto aliás é coisa velha, e não só no Brasil). Para citar dois casos mais famosos, podemos lembrar os nomes de Puchkin e de H. Heine.<sup>2</sup> [~~Isto significa que~~] Disto resulta que é quase sempre

### (VII)

[~~muito difícil julgar~~] impossível estabelecer um julgamento em bloco sobre a obra de um escritor; deveremos, antes, julgá-las

---

<sup>2</sup> N do E: Puchkin (1799- 1837), escritor russo e Heine (1797-1856), escritor alemão, são aqui mencionados, provavelmente em virtude da oscilação de suas posições ideológicas e de suas relações com o poder.

parceladamente, buscando o que é positivo e o que é negativo em cada um.

### 1) Segunda Metade do Século XVII

A cultura peninsular (portuguesa e espanhola) é dominada pela Inquisição, pela censura, pelo monopólio do ensino exercido pelos jesuítas. Em Portugal, no Século XVII, só existe Literatura Monástica e poesia mística, e a cultura portuguesa apresenta ainda "uma feição medieval" (Saraiva). Com a Restauração (1640), Portugal liberta-se do domínio castelhano, mas, paradoxalmente, a literatura portuguesa é invadida e dominada pelo gongorismo. Escreve o historiador J. A. Saraiva: "...o escritor não pretende exprimir os seus sofrimentos ou alegrias de homem, nem pintar o mundo que o rodeia: a literatura não é a expres

#### (VIII)

são da realidade, mas sua transmutação num outro mundo completamente imaginário, todo feito de coisas preciosas e reluzentes, como sejam pedrarias, raios de sol, aves exóticas, flores raras, cristais puríssimos".

É o tempo em que florescem as Academias dos Generosos, dos Singulares...<sup>3</sup> e outras do mesmo gênero, onde o pedantismo gongórico, formalista e conceituoso reduz a obra literária a mero exercício verbal, inconseqüente e vazio.

Se isto era assim na Metrópole, imagine-se a que ponto chegaria o atraso nas capitanias do Brasil. Mas o caso é que a

---

<sup>3</sup> N do E: Academias são associações que, tanto na Europa como no Brasil, ao longo dos séculos XVII e XVIII reuniam intelectuais em torno das Letras.



própria situação de inferioridade, maior atraso e maior opressão, em que o regime feudal das capitanias nos conservava, ia produzindo descontentamentos

### (IX)

entre certas camadas de elementos nativos, na maioria descendentes de portugueses que faziam fortuna na exploração e no comércio das riquezas naturais do país. Podemos ver nesses descontentamentos os primeiros "germes" que entrariam na formação do "nacional", naturalmente sob formas ainda primitivas e elementares de autonomismo local.

Concretamente, tais descontentamentos se manifestam nas lutas contra os monopólios exercidos pela Metrópole. A rebelião de Bekman, no Maranhão, em 1684, é típica dessa época. Bekman, chefe da rebelião, era grande proprietário, e formulou as suas reivindicações nos seguintes termos: "A duas coisas devemos por termo - aos jesuítas e ao monopólio, a fim de que tenhamos as mãos livres quanto ao comércio e quanto aos índios".

### (X)

Convém observar que a luta contra os jesuítas e a reclamação de "mãos livres" quanto aos índios objetivavam, nem mais nem menos, o propósito de poder "livremente" escravizar os índios. Como se sabe (mas não tem sido explicado devidamente) apenas os jesuítas podiam "escravizá-los" - fazendo-o, porém, debaixo do disfarce das missões apostólicas e reduções à moda paraguaia. Ainda com relação ao movimento chefiado por Bekman, é interessante recordar que, da junta então formada pelos representantes, dos 3 estados, faziam parte dois "oficiais mecânicos" (artesãos), cujos nomes devemos guardar: Francisco

Deiró e Belchior Gonçalves. [~~Talvez este último, quem sabe ?  
teria sido um ascendente do Floriano... mas o certo é que~~]  
Parece-me impor

(XI)

tante consignar que foram os dois, provavelmente, os primeiros operários, trabalhadores manuais, que no Brasil fizeram parte de uma junta de governo revolucionário.

Nessa época viveu e morreu Gregório de Matos Guerra, cuja glória de primeiro grande nome de nossa literatura é indisputável. Sem embargo disso, poderíamos antes lembrar o nome de Frei Vicente do Salvador, autor da História da Custódia do Brasil. Frei Vicente do Salvador nasceu na Bahia em 1564 e viveu cerca de 75 anos. Estudou em Coimbra e fez-se frade franciscano. Em sua prosa já se encontra uma certa diferenciação na maneira de dizer, relativamente ao português de Portugal. Será exagerada,

(XII)

mas não totalmente destituída de fundamento, a opinião de Ronald de Carvalho: "Frei Vicente do Salvador, escreveu ele, representa a reação contra a tendência dominante: Brasil significa para ele, mais que expressão geográfica, expressão histórica e social". Seja como for, devemos reconhecer na História da Custódia do Brasil algo de "novo" na escrita do tempo em língua portuguesa, e é claro que esse algo de novo na forma correspondia naturalmente a algo de novo também no conteúdo. Neste sentido é que se torna justo conferir ao frade bahiano um papel progressista de alguma importância antes mesmo de Gregório de Matos.

Gregório de Matos Guerra nasceu na Bahia em 1633 e morreu no Recife em 1696. Seu pai era um fidalgo português casado com uma senhora bahiana, filha de abastados fazendeiros.

### (XIII)

Estudou em Coimbra, e depois de formado em leis fez-se advogado em Lisboa até 1879, quando regressou à Bahia, já com 46 anos de idade. Desde os bancos da Universidade demonstrou, por obras e atos, uma [~~espírito~~] extraordinária veia satírica, [~~combativo~~] e da sátira serviu-se, toda a vida, como um instrumento poderoso de combate aos desmandos e imoralidades do seu tempo, em Coimbra, em Lisboa e, mais ainda, na Bahia. Espírito desabrido e corajoso, [~~não poupou~~] suas sátiras castigavam sem piedade os potentados que abusavam do poder, os prevaricadores de toda a espécie, os fidalgotes cheios só de prosápia, os magistrados pedantes, os clérigos corruptos. Castigando os costumes, ele os registrava e descrevia nas suas sátiras (e também, neste particular [~~mostra composições~~] não só nas sátiras). Justa é aqui a observação de Ronald de Carvalho: "Talvez sem o querer, foi ele o nosso primeiro jornal, onde estão registrados os escândalos miúdos

### (XIV)

e grandes da época, os roubos, os crimes, os adultérios, e até as procissões, os aniversários e os nascimentos, que ele tão jubilosamente celebrou nos seus versos". Mais ainda, podemos acrescentar que em muitas de suas composições se encontram elementos informativos precisos relativamente à vida social, política e econômica do tempo: é o caso, por exemplo, dos [~~seus~~] versos [~~ensagrados-a~~] em que descrevem fatos e modos de vida por ele observados no recôncavo bahiano.

Mais uma vez tem sido Gregório de Matos acusado de plagiário e imitador inescrupuloso. Semelhante acusação está baseada em aparências superficiais e não resiste a uma análise séria. Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que [~~Gregório de Matos~~] o critério de apreciação aplicado aos plágios e imitações tem variado muito com o tempo, e no tempo de Gregório era um critério extremamente elástico. Em segundo lugar, no caso

**(XV)**

especial do poeta bahiano, há uma consideração decisiva a se fazer - e é que a sua obra não só não foi publicada no tempo do autor (a 1ª edição, incompleta, data de 1882), como nem existe dela qualquer cópia de seu próprio punho. Os códices conhecidos uma meia dúzia, no Brasil e em Portugal- são devidos a copistas diversos, nem todos contemporâneos. O que é provável é que nesses códices -em que aliás se verificam não poucas discrepâncias de uns para outros- se hajam interpolado numerosas peças que não foram escritas por Gregório de Matos. Tanto mais que os volumes que lhe são atribuídos -6 na edição da Academia Brasileira de 1923-1933- não só não foram organizados com o necessário rigor científico para uma edição crítica, mas apresentam uma quantidade enorme de peças,

**(XVI)**

e esta abundância parece desde logo excessiva, sobretudo se considerarmos que não poucos dos versos do autor se teriam extraviado e perdido. Podemos admitir, por conseqüência, que boa parte dos versos que lhe são atribuídos de fato não lhe pertence; carreguemos a mão e digamos que um terço dos 6 volumes publicados compõe-se de prováveis plágios e imitações

grosseiras –o que sobra e é autêntico basta largamente para manter e consolidar a sua glória de primeiro grande escritor e poeta brasileiro, criador da poesia nacional, fundador da nossa literatura. A sua poesia, a que lhe é própria e não lhe poderá ser negada jamais, essa é muito dele e muito nossa, pois sem<sup>4</sup> as suas raízes na realidade viva do meio e do tempo em que ele viveu. E é

### (XVII)

isto que lhe empresta a importância que tem e lhe confere os títulos de glória que ninguém lhe poderá subtrair.

Gregório de Matos Guerra foi o mais alto representante das camadas mais liberais e progressistas não só do povo da Bahia, mas também dos povos que viviam nas diversas capitânias da colônia e que começavam a lutar contra a opressão metropolitana, criando os primeiros germes de formação da nacionalidade.

A posição de Gregório de Matos em nossa literatura [~~assume apresenta-se~~] assume ainda maior relevo e importância se a compararmos com a posição dos poetas seus contemporâneos - figuras na época muito mais louvadas, mas hoje merecidamente apagadas e esquecidas. É o caso de um Botelho de Oliveira, autor da Música do Parnaso. Filho de um capitão de infantaria, fidalgo da casa de S.M.,

### (XVIII)

nasceu na Bahia em 1637 e faleceu em 1711. Estudou em Coimbra, e era amigo de Gregório, mas essa amizade não durou muito. Formado em leis, veio para a Bahia e aí exerceu a advocacia, foi vereador e capitão-mór de comarca. Botelho de

---

<sup>4</sup> N do E: aqui, provavelmente, a palavra é *tem*.

Oliveira era um poeta português pelo pensamento e pelos sentimentos, sem embargo de certos temas locais, a que dava um tratamento formal, marcado pelos piores processos de gongorismo e do marinismo. E era, com isso tudo, muito logicamente, um áulico, um fidalgote enfatuado, daqueles que Gregório sabia zurzir com mão de mestre.

Entre a morte de Gregório de Matos e o aparecimento dos poetas que formariam a chamada Escola Mineira, decorreu cerca de meio século. É o período brasileiro das Academias: dos *Esquecidos*, na Bahia, fundada em 1724 sob os auspí

### (XIX)

cios do vice-rei; dos *Felizes*, no Rio, 1736; dos *Selectos*, também no Rio, 1752; dos *Renascidos*, na Bahia, igualmente em 1752. Eram grupos de áulicos, protegidos dos poderosos, atentos principalmente ao culto da forma pela forma. Desse tempo é Rocha Pita, historiador delirante, criador do gênero "porque-me-ufano-do-meu-país", que de vez em quando reaparece como epidemia. Outro nome pouco menos que esquecido é o moralista eclesiástico Nuno Marques Pereira (1652-1728), autor de uma xaropada difícil de se tragar, o Peregrino da América.

Realmente importantes nesse período foram Antonio José, Matias Aires e sua irmã Teresa Margarida, Alexandre de Gusmão, todos nascidos no Brasil e cujas obras literárias teríamos orgulho em incorporar ao nosso patrimônio literário. Mas

### (XX)

esses autores são brasileiros apenas porque nasceram [~~no Brasil~~] em terras do Brasil. Viveram em Portugal e em Portugal realizaram a sua obra, que é obra puramente portuguesa pela inspiração e pelo caráter. Se adotássemos a rigor o critério da

terra do nascimento, perderíamos Tomás Antonio Gonzaga, nascido no Porto, e ainda outros, mais tarde, como por exemplo José Bonifácio o moço, que nasceu em Bordeaux. Discordo, neste ponto, do critério adotado por D. J. em relação a A. José<sup>5</sup>.

O fato é que essa primeira metade do Século XVIII não produziu nenhuma obra realmente importante, como contribuição positiva ao desenvolvimento de nossa cultura. No entanto, o começo da centúria assinalou-se por algumas lutas agudas entre as nascentes forças locais em rebelião e as forças que representavam os interesses egoísticos da Metrópole. A guerra dos mascates, em Pernambuco, data de

### (XXI)

1710-11, e a dos emboabas e paulistas, em Minas, desenrolou-se em 1720. Também a luta contra os franceses, no Rio, data de 1710-11.

~~[Mas a história camin]~~ Mas há um sopro de renovação que percorre a Europa, e nem mesmo Portugal, sempre atrelado ao carro do atraso medieval e clerical, ~~[pode]~~ logra escapar ao influxo das novas idéias. E neste ponto é interessante observar que o Brasil precisamente muito contribuiu, no começo do Século, para levar à Metrópole certos elementos ~~[que se destinariam a produzir]~~ materiais que resultariam uma situação favorável ao recebimento e à adaptação de tais idéias. O historiador José Antônio Saraiva mostra como, sob o reinado de D. João V (1706-50), se modificava a fisionomia social portuguesa, em consequência direta da descoberta das minas de ouro

---

<sup>5</sup> N do E: trata-se provavelmente de Antonio José da Silva, (1705-1739), escritor nascido no Brasil mas que, por ter vivido a partir dos três anos de idade em Portugal, é considerado autor português.

**(XXII)**

no Brasil e sua exploração por monopólio de Estado. A corte de Lisboa revive os seus momentos de esplendor e a burguesia nacional cresce e enriquece rapidamente. Diminui a influência do clero, de que resulta a perda, pelos jesuítas, do monopólio do ensino.

O iluminismo penetra em Portugal, ora através de escritores franceses que visitam o Reino (e um deles ali permaneceu em definitivo, o padre Bluteau), ora através de escritores portugueses que visitam a França, a Itália, etc. Dois nomes importantes se impõem então - [~~os professores~~] Ribeiro Sanches e sobretudo Luís Antonio Verney. Este último, que Saraiva o considera o maior prosador português do Século XVIII, e sua obra principal, Verdadeiro Método de Ensinar, publicada em 1746, contribuiu, mais que outra qualquer, para difundir em língua portuguesa os princípios da filosofia moderna.

**(XXIII)****2) Segunda Metade do Século XVIII**

Justo na metade do século, 1750, subiu D. José I ao trono de Portugal, e com ele, como primeiro ministro, o marquês de Pombal. Pombal era o tipo do "déspota ilustrado", que os filósofos do iluminismo preconizavam como necessário à realização das reformas políticas e sociais em vista. Segundo o nosso historiador João Ribeiro, "a ele acurvaram-se a nobreza e o clero, os dois grandes esteios do espírito conservador, que o grande ministro abateu em proveito das reformas que ousou instituir em sua pátria". Já antes, como vimos, haviam os jesuítas perdido o monopólio do ensino; Pombal foi além e em 1759, expulsou a Companhia do Reino e das Colônias. Liquidou também a Inquisição. Eram medidas de



**(XXIV)**

caráter progressista, que vinham beneficiar também o Brasil. Mas além dessas medidas de ordem geral, outras fez Pombal aplicar às capitanias deste lado do Atlântico - é claro que tendo sempre em mira reforçar o poder da coroa portuguesa, mas algumas dessas medidas produziam também resultados favoráveis ao nosso progresso. A melhor prova disso vamos encontrá-la precisamente nos domínios da cultura.

O já citado Saraiva escreve, a este respeito: "Um dos fatos mais significativos das novas condições sociais e econômicas da literatura é o florescimento na distante colônia brasileira, longe da corte, de uma literatura volumosa e de grande interesse". O mesmo autor mostra ainda como "o ambiente social do Brasil, com os problemas decorrentes da escravatura, ou da caça ao índio, e dos interesses dos produtores brasileiros, em contradi

**(XXV)**

ção com os do comércio da metrópole, imprime à literatura brasileira características peculiares".

Paralelamente a essa renovação das condições sociais, fazia-se também sentir entre nós a influência do iluminismo, fosse através de Coimbra, onde iam estudar os filhos intelectualmente mais dotados das famílias abastadas, constituídas na Colônia por portugueses ou descendentes de portugueses, fosse mesmo diretamente da França, pois alguns jovens brasileiros estudavam nas universidades francesas. É coisa sabida que nas bibliotecas pertencentes aos inconfidentes mineiros encontravam-se numerosas obras dos enciclopedistas e dos filósofos do século das luzes. ~~[Um dos livros mais frequentes nessas bibliotecas era o~~

~~dos Direitos dos Cidadão, de Mably, o famoso Código da Nobreza de Mably].~~

Nasceu em tais condições o grupo de poetas a que mais tarde os historiadores chamariam de Escola Mineira. [~~Eram quase todos poetas que~~] É o primeiro grupo literário real

### (XXVI)

mente importante da nossa história cultural, não só pela obra que os seus componentes realizaram como igualmente pelo papel político que representaram.

Eis alguns dados relativos às principais figuras do grupo e às suas obras, necessários à compreensão da posição de cada um. Santa Rita Durão (1717/20-1784) Minas. Filho de um sargento-mór. Estudou teologia em Coimbra, fez-se frade agostiniano, e exerceu algum tempo o cargo de reitor da velha Universidade reformada por Pombal. Obra principal - o poema Caramuru. Ronald de Carvalho assim caracteriza este poema: "Quanto à sua concepção, o poema pode dividir-se em duas partes: uma real, que trata do naufrágio de Diogo Álvares Correia, dos seus sucessos e dos seus amores, e outra imaginária, que se refere à visão de Paraguassu, e onde surge, em larga e movimentada cena, toda a evolução política e social do Brasil". Não tive nenhuma possibilidade de reler agora o Cara

### (XXVII)

uru, para poder avaliar até que ponto corresponde ele a semelhante juízo do historiador.

[~~Claudio Manuel da~~]

José Basílio da Gama (1741-1795) Minas. Filho de "família limpa e considerada". Fez os primeiros estudos com os jesuítas no Rio. Com a expulsão da Companhia, José Basílio seguiu para

Portugal, e esteve também na Itália. Seu poema Uruguai data de 1769 e revela já um profundo sentimento da terra americana. Partidário de Portugal, ataca os jesuítas com veemência, em seu poema.

Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) Minas. Magistrado, homem de prol, participou da conspiração de Tiradentes, foi preso e suicidou-se (ou foi "suicidado") nos calabouços da ilha das Cobras. Apegava-se, como poeta, às velhas formas clássicas, e seus sonetos são neste sentido muito apreciados. Descreveu as paisagens locais com correção e come

### (XXVIII)

dimento, e nisto cifra-se o sentido anti-lusitano da sua obra, inferior, sob este aspecto, à dos seus colegas.

Alvarenga Peixoto (Rio 1744 - Angola 1793). Estudou em Coimbra, onde se formou em leis. Magistrado, depois dedicou-se à exploração de minas. Homem rico. Pouco restou de suas obras, e este pouco, na verdade, eivado de aulicismo. Mas esteve implicado na Inconfidência, morrendo em Angola, para onde fora deportado.

Tomás Antonio Gonzaga (Porto 1744 - Angola 1807/9). Pai brasileiro, desembargador, mãe de origem inglesa. Formado em leis, em Coimbra. Magistrado em Portugal e no Brasil, para onde veio em 1759. É um dos nossos melhores poetas líricos de todos os tempos, já bem brasileiro, pelo conteúdo e pelas formas de expressão, sem os abusos de preciosismo dos árcades. Gonzaga, além de poeta, é o único provador de vulto que o grupo mineiro produziu, tendo escrito um considerável Tratado

**(XXIX)**

de Direito Natural. Não li este Tratado, aliás o primeiro, segundo o próprio autor, que se elaborou em língua portuguesa sobre o assunto. Um crítico católico diz dele que é obra híbrida, pois o autor professa as doutrinas que aprendeu com os jesuítas, menos aqueles pontos que podiam indispor-lo com Pombal. Esta é a opinião do escritor católico que somos levados a aceitar um pouco pelo avesso, em louvor de Gonzaga, tanto mais que o mesmo crítico reconhece na obra a influência do iluminismo.

Resta-nos falar das Cartas Chilenas. Eu sou dos que se inclinam a aceitar Gonzaga como seu redator, se não único, principal. Mas isto afinal vem a ser secundário. De Gonzaga, ou de algum dos outros e de mais de um em colaboração, o certo é que as Cartas Chilenas

**(XXX)**

constituem um documento de primeira ordem, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista literário. Como sátira, é sem dúvida o que possuímos de mais importante em toda a nossa literatura, e há quem opine que em língua portuguesa nada existe no gênero que lhe seja superior. Pode-se dizer que as Cartas Chilenas são uma espécie de manifesto político da Inconfidência Mineira, e sua importância, neste particular, reside sobretudo no que elas contêm de "revelações políticas", no sentido a que se refere Lênin no concernente ao papel da imprensa revolucionária.

Isto não significa, de modo algum, que devemos considerar as Cartas Chilenas como a obra literária mais importante da Escola Mineira. As Liras do próprio Gonzaga, o Caramurú de Santa Rita Durão,

**(XXXI)**

o Uruguai de José Basílio da Gama são obras de igual senão maior envergadura literária e artística. Como as Cartas Chilenas, elas enriquecem o nosso patrimônio cultural, e representavam, no seu tempo, notável papel como contribuição espiritual à formação e ao progresso da nacionalidade.

**3) Lutas pela Independência até o Fim da Regência**

Amadureciam as condições favoráveis à independência do país, e a repressão feroz contra os inconfidentes mineiros apenas serviu para exarcebar o ânimo dos revolucionários fazendo engrossar as suas fileiras e alargando mesmo a base da luta. A revolução francesa viria

**(XXXII)**

por sua vez, como se compreende facilmente, incentivar de maneira aguda a agitação nos meios intelectuais. Os estudantes brasileiros que vinham de Portugal ou da França continuavam e ampliavam a obra dos seus predecessores da Inconfidência. Em Coimbra haviam estudado Silva Alvarenga, Mariano da Fonseca, Alexandre Rodrigues Ferreira, Veloso de Oliveira, Morais Silva, Hipólito da Costa, Cipriano Barata, Souza Caldas e muitos outros, inclusive José da Silva Lisboa, que era aliás de uma geração anterior, como era também o caso de José Bonifácio.

[~~Até-então~~] A influência da revolução francesa entre os intelectuais levou alguns destes a encarar, pela primeira vez, o problema da escravidão negra. Partiu de um padre bahiano, no fim do século XVIII, o primeiro brado de um brasileiro de

**(XXXIII)**

cor branca contra a escravidão. Temos uma prova de que a luta contra a escravidão crescia no fato de um bispo reacionário como Azeredo Coutinho ter publicado um opúsculo, em 1808, para "justificar" a dupla escravidão dos índios e dos negros, e isto, conforme João Ribeiro, "como oposição à senha dos novos filósofos". Pela primeira vez, igualmente, vemos aparecer entre os escritores brasileiros um mulato, homem pobre, filho de artesão, o poeta mineiro Silva Alvarenga. Contemporâneo de Gonzaga e Alvarenga Peixoto, conseguira também estudar em Coimbra, mas não consta que tenha participado da Inconfidência. Deixou fama na velha Universidade por suas sátiras contra certos figurões enfatuados e retrógrados. Regressou ao Brasil em 1777, fixando-se no Rio, como professor de retórica. Foi um dos fundadores da Sociedade Literária, [~~que se~~] criada sob os auspícios do vice-rei, mas que se converteria num centro de agitação re

**(XXXIV)**

volucionária. [~~Denunciado por delação o~~] Em 1794, o conde de Rezende, [~~então vice-rei~~] mandou fechar a Sociedade e prender os seus membros, entre os quais Silva Alvarenga e Mariano da Fonseca, jovem recém-chegado de Coimbra, filho de um comerciante carioca e que seria mais tarde o marquês de Maricá. Os presos eram acusados de idéias republicanas, leitores de livros franceses, notadamente Mably<sup>6</sup>. O mais interessante a se observar neste caso da Sociedade Literária é que de sua atividade revolucionária participavam não só intelectuais, professores, poetas, médicos, advogados, mas também oficiais mecânicos,

---

<sup>6</sup> N do E: conferir trecho suprimido da página XXV.

trabalhadores manuais, marceneiros, sapateiros, ourives, entalhadores, torneiros, gravadores, alfaiates. (O. T. de S.)<sup>7</sup>. A mesma coisa se verificaria pouco depois na Bahia, e até de maneira mais radical, pois entre os chefes do movimento de 1798, que ficou conhecido como a "revolução dos alfaiates", figuravam trabalhadores

### (XXXV)

manuais, soldados, gente de cor, [~~ao lado de Cipriano Barata e outros intelectuais~~]

Todo o período das lutas pela Independência até ao fim da Regência -cerca de meio século- se desenvolve através de acontecimentos decisivos para a formação da pátria brasileira independente. A simples enumeração dos fatos que marcam suas fases culminantes bastam (sic!) para caracterizar a natureza e o alcance das lutas históricas de então: além da agitação da Sociedade Literária e da "revolução dos alfaiates", aconteceu a vinda da côrte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1908, [~~a abertura dos portos brasileiros ao comércio livre com o estrangeiro (coisa aliás do interesse mais do inglês que dos portugueses)~~] a revolução pernambucana de 1817, a Independência em 1822, a Constituinte de 1823, a Confederação de Equador em 1824, a abdicação de D. Pedro I em 1931 (sic), a Regência, o ato adicional em 1834, os levantes de negros na Bahia em 1835, a revolução farroupilha, que

---

<sup>7</sup> N do E: trata-se, provavelmente, do historiador brasileiro Otávio Tarquínio de Souza.

**(XXXVI)**

duraria 10 anos a partir de 1835, a Cabanagem em 1835-6, a Sabinada em 1837, a Balaiada em 1838, a Maioridade de Pedro II em 1840.

[~~As análises feitas por Prestes.~~] Procedendo a uma análise rigorosa das lutas de classes, que condicionaram o movimento de emancipação nacional durante esse largo período, Prestes nos mostra o seu sentido [~~histórico~~] com uma visão da realidade histórica que não se encontra, [~~já se vê naturalmente,~~] nas histórias oficiais.

Prestes delimita assim as 4 forças sociais principais, existentes nas diversas regiões do país:

"A - Reacionários absolutistas que querem conservar ao máximo;

B - Ricos, senhores de escravos, mas progressistas, liberais (governo autônomo, mas forte, que lhes garanta os privilégios e a escravidão). A burguesia comercial, não interessada no monopólio português, representa a força motriz principal dos movimentos de

**(XXXVII)**

emancipação e constitui a ala esquerda mais radical desta camada social;

C - Pobres - brancos, mulatos, negros forros, etc. (contra os privilégios, pela igualdade, democracia, etc. Mas escravidão também, da qual só discorda a minoria mais radical, esquerdista);

D - Escravos (que lutam pela abolição da escravidão)."

Esta delimitação de classes, suas contradições, suas lutas por objetivos comuns, seus entrecuchos e diferenciações, nos fornece o elemento essencial à compreensão da dinâmica das lutas pela independência do país. E é encarada deste ponto de vista



científico que poderemos compreender o conteúdo histórico da proclamação da Independência, em 1822, e o desenvolvimento da situação política do país até o fim da Regência.

Em 1822, diz Prestes, os conservadores e reacionários absolutistas (classe A), colocados diante

### (XXXVIII)

da inevitabilidade da ruptura com a Metrópole e aproveitando o descontentamento do Príncipe para com as Côrtes de Lisboa, enganam e arrastam as classes B (ricos, senhores de escravos, liberais, burguesia comercial) e C (camadas pobres, brancos, mulatos, negros forros), proclamando a Independência, -e isto é que é importante acentuar- conservando em toda a sua integridade a ordem colonial. Quer dizer: o 7 de Setembro resultou numa formidável escamoteação.

~~[Prestes continua: entre os conservadores reacionários e o Príncipe (com os seus áulicos) havia também grandes equívocos. Ao mesmo tempo]~~ Mas as classes B e C mostravam sua força, tentando realizar alguns dos seus objetivos. Desencadeia-se então a reação do Príncipe (dissolução da Constituinte de 23, a outorga da Carta de 24) com

### (XXXIX)

o apoio dos elementos mais reacionários da classe A. Porém, entre os conservadores e reacionários da classe A e o Príncipe havia também grandes equívocos, e daí que, no processo revolucionário, a ala esquerda desses conservadores se junta à ala direita da classe B (especialmente senhores de escravos), arrastam a burguesia comercial, intelectuais, padres progressistas, democratas (que formam a ala esquerda de B) e bem assim a gente pobre que constitui a classe C - expulsam o Príncipe, em 7

de abril de 31, e tomam o poder com a Regência. Daí por diante as lutas políticas são travadas entre as duas alas de B enquanto C lança-se aos movimentos revolucionários como a Balaiada e a Sabinada.

**(XL)**

O Ato Adicional de 1834 foi uma nova escamoteação, resultando de um golpe preparado pelos elementos reacionários e conservadores da aliança esquerda de A - direita de B.

Prestes caracteriza nos termos seguintes a posição dos elementos de esquerda da classe B: [burguesia] "A burguesia comercial, com os padres e doutores que participam de sua ideologia, jamais se lembrou, nos movimentos que dirigiu, de abolir a escravidão negra - queria a autonomia local, a abolição dos impostos do Centro, mas considerava a escravidão uma coisa natural". Por isso, continua Prestes, quando as classes pobres (classe C) mobilizavam os negros em pé de igualdade, como homens livres (última fase da Cabanagem, Balaiada), em geral os ricos da classe B, "mesmo os seus elementos mais radicais, se sepa

**(XLI)**

rava do movimento, quando não se passava ostensivamente para a reação..."

Alonguei-me nestas citações do trabalho de Prestes porque elas nos fornecem a chave para a compreensão da nossa história não só durante o período estudado como também em relação ao passado colonial e ao desenvolvimento histórico posterior a 1840. E é claro que só podemos compreender o sentido da nossa história [literária] cultural estudando-a nessa base, e assim

podemos definir a linha progressista e a linha reacionária da nossa literatura.

Com relação propriamente ao período de quase meio século que abrange as lutas pela Independência até ao fim da Regência, é fácil verificar que ele não produziu nenhum grande poeta que se possa comparar a um Durão, José Basílio ou Gonzaga; e os prosadores mais importantes do

### (XLII)

tempo foram os publicistas, panfletários e alguns economistas e eruditos. Entre os poetas, além do já falado Silva Alvarenga, podemos citar Sousa Caldas, José Eloy Ottoni, Caldas Barbosa, Natividade Saldanha, todos medíocres, sendo que este último, preso como implicado na revolução pernambucana de 1817, exilou-se na Venezuela, onde morreu na mais extrema miséria. Entre os publicistas e panfletários, devemos mencionar Hipólito da Costa (exilado em Londres, liberal moderado), José de Araújo Guimarães (fundador da revista O Patriota, 1808), Frei Caneca e Cipriano Barata (ambos encarnando as aspirações mais avançadas das camadas liberais), Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa (radicais na mocidade, acomodados com a idade e as posições que vieram a ocupar), mais Evaristo da Veiga (moderado, conservador), Odorico Mendes (liberal avançado, exilando-se

### (XLIII)

mais tarde para a Europa, onde se dedicou por inteiro à tradução de Homero, Virgílio, etc.). Entre os economistas e eruditos, destacaram-se os reacionários bispo Azeredo Coutinho e José da Silva Lisboa, mais tarde Visconde de Cairú; José Bonifácio, chefe político da escamoteação reacionária de [192] 1822, pode

emparelhar-se a ambos. Citemos ainda o fluminense Antônio Morais Silva, homem de posses, autor de um dicionário da língua portuguesa que ainda hoje faz autoridade na matéria, mas que não representou nenhum papel político digno de nota.

Abreu e Lima?<sup>8</sup>

#### (XLIV)

#### 4) Romantismo - 1840-1870

Com a maioria de Pedro II, em 1840, resultado lógico do Ato Adicional, consolidou-se a reação na base de um compromisso [que] visando ao fortalecimento do poder central - o que significava, em termos de classe, o fortalecimento e a consolidação do poder nas mãos dos senhores de escravos. Formalmente, esse compromisso entre os conservadores mais reacionários e os ricos liberais deve a sua expressão política uma formação de um arremedo de monarquia constitucional e parlamentar. Dois partidos se organizaram, à imitação da Inglaterra - o Conservador e o Liberal, que se reveariam no poder e travavam nas Câmaras grandes e solenes debates oratórios. Isto durou assim, sem maiores tropeços, por quase trinta anos até a guerra do Paraguai. Os restos da rebelião farroupilha, os motins liberais

#### (XLV)

de 1842 em São Paulo e Minas, e um pouco mais tarde a rebelião praieira em Pernambuco foram liquidados sem grandes

---

<sup>8</sup> N do E: Abreu e Lima será discutido numa passagem posterior deste texto de Astrojildo.

dificuldades. Seguiu-se um largo período de relativa paz, aceita mais ou menos passivamente pelo país cansado de tantos anos de agitações, equívocos e compromissos sem princípio. A lavoura do café - isto é, as grandes fazendas do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, dominou completamente a economia nacional, na base da exploração extensiva e intensiva do braço escravo. Mas a riqueza acumulada pelos grandes fazendeiros e comerciantes (de café e de escravos) exigiam outras aplicações, o que se tornou de mais em mais fremente sobretudo a partir de 1850, com a lei Eusébio de [proibição] liquidação do tráfico de escravos -a qual, como se sabe, resultou de pressão exterior exercida pela Inglaterra. Uma onda de progresso começou a invadir o país, sobretudo nas províncias mais próximas da Côrte central. As pri

#### (XLVI)

meiras estradas de ferro foram construídas, para servir ao escoamento da crescente produção cafeeira; a navegação desenvolvia-se; o comércio externo e interno crescia de ano para ano; os bancos aumentavam o volume dos negócios. Apareceu Mauá- impulsionado por capitais ingleses.

Este período de 1840-1870 tem igualmente grande importância do ponto de vista cultural, pois é o período em que a nossa literatura se afirma com características nacionais, registrando o aparecimento de poetas e prosadores do porte de Gonçalves Dias e José de Alencar, Manuel Antonio de Almeida e Castro Alves. É o período do romantismo em nossa história literária, o período de luta pela emancipação da nossa literatura<sup>9</sup>, até então quase que apenas uma secção da literatura portuguesa.

---

<sup>9</sup> N do E: transcrição anterior do manuscrito de Astrojildo feita pelo Arquivo de Estado registra, como seqüência desta frase, o texto *Luta que se exprimiu no terreno polêmico, principalmente por José de Alencar, nos prefácios de seus*

Formalmente, o romantismo brasileiro recebeu o seu batismo histórico em 1836, data da publicação dos Suspiros Poéticos de Gonçalves de Magalhães e da Revista Niteroi em Paris,

### (XLVII)

redigida pelo mesmo Gonçalves de Magalhães em companhia de Araújo Porto Alegre e Sales Torres Homem. A realidade, porém, é que só anos mais tarde começaram a aparecer as obras mais típicas do nosso romantismo, quer na poesia, quer na prosa.

Como se sabe, o romantismo se caracteriza, de um modo geral, como uma escola artística e literária que busca romper com as formas e fórmulas de expressão clássicas do passado -e neste sentido, encarado em seu conjunto, ele representa um progresso, correspondendo a busca de novas formas e fórmulas capazes de exprimir o que há de novo no conteúdo das transformações sociais operadas no mundo moderno. E é porque estas transformações se operam de maneira diferente em cada país e dentro de cada país sujeitas às flutuações resultantes da própria luta entre o "novo" e o "velho", justamente

### (XLVIII)

por isso o romantismo apresenta características não só diferentes de país para país como também diferentes e não raro contraditórias mesmo dentro dos limites deste ou daquele país.

No Brasil, o romantismo, em seu conjunto, correspondeu ao período de consolidação do poder central, com o seu governo

---

*romances, e por Gonçalves Dias, sobretudo nas Sextilhas de Frei Antão. O microfilme a que tivemos acesso, no entanto, nada registra, o que nos faz supor que o texto acrescentado se encontrava no verso de alguma página não microfilmada.*

monárquico e parlamentar resultante do compromisso político firmado sob o signo da maioria de Pedro II. Ao mesmo tempo, como já vimos, o nosso romantismo representou um movimento literário de ruptura definitiva com a literatura portuguesa, e neste sentido é que foi um movimento de emancipação nacional da nossa literatura. Sem dúvida, foi um movimento que se processou sob a influência de outras literaturas -inglesa e sobretudo francesa- mas isto já é outro aspecto da questão, facilmente compreensível, e que não cabe aqui aprofundar.

A maior figura do nosso romantismo foi José de Alencar (1829-77). Com ele se processou uma verdadeira revolução nacionalista na técnica de

## (XII)

expressão da prosa em língua portuguesa escrita no Brasil. Alencar era um homem de extraordinária vitalidade, escritor fecundo e variado -romancista, poeta, teatrológico, crítico literário, polemista, jornalista, jurista, orador parlamentar, e em toda a parte deixou a marca de uma inteligência poderosa e combativa. Viveu pouco, apenas 46 anos, deixando no entanto uma enorme bagagem literária; mas é principalmente como romancista que a sua obra se impõe. Socialmente, era um homem das classes dominantes, liberal e progressista até certo ponto (isto se vê na sua obra de jurista e constitucionalista), mas defensor acérrimo do regime escravocrata existente. Em seus romances, pode-se dizer que esta contradição aparece através da própria idealização das personagens e situações criadas, tudo se movendo segundo a vontade e o pensamento do autor. Mas uma linha constante existe em toda a obra de José de Alencar- aquela que exprime o sentimento nati-

vista da defesa dos elementos culturais da nacionalidade em formação, e neste sentido não

(L)

há dúvida que José de Alencar, [~~na avaliação de~~] encarado no conjunto de sua obra, [~~e dentro do seu tempo~~] como realização literária corresponde a um dado período da nossa história, pode ser considerado um autor [~~progressista~~] relativamente progressista.

Vejamos alguns dos outros romancistas mais significativos da época.

Manuel Joaquim de Macedo<sup>10</sup> (1820-1882) é um romancista fácil, popular, fixador de costumes rurais e urbanos das classes médias, e nisto precisamente é que reside o seu mérito<sup>11</sup>. Como a ação dos seus romances decorre em momentos diversos, que abrangem um largo período de mais de 30 anos, é possível através deles acompanhar as mudanças que se iam verificando nos costumes e no ambiente da sociedade fluminense durante boa parte do segundo reinado.

(LI)

Manuel Antônio de Almeida (1830-1861), que morreu prematuramente, é o autor de um único romance -as Memórias de um Sargento de Milícias. Manuel Antônio era um jovem

---

<sup>10</sup> N do E: aqui, provavelmente, Astrojildo foi traído pela memória: o nome do romancista é Joaquim Manuel de Macedo.

<sup>11</sup> N do E: na já mencionada transcrição do manuscrito, segue-se aqui o seguinte texto, encontrado no verso do manuscrito, mas não microfilmado: *Médico, professor [oficial-de] do colégio Pedro II, secretário do Instituto Histórico, homem pacato, bonachão, a sua ideologia exprime o conformismo cômodo e aliás modesto em que sempre viveu.*



jornalista, formado em medicina, de ascendência pequeno-burguesa. Seu romance, [~~que hoje aliás~~] a bem dizer, foge aos moldes do romantismo, pelo realismo de suas cenas, [~~é um espelho-fiel~~] em que são descritos com humor picaresco os costumes carioca do começo do século, ao tempo do senhor D. João VI e sua nobreza de parasitas e salafários fugidos de Lisboa à aproximação das tropas de Napoleão. Sua importância é grande não apenas no período romântico, mas em todo o conjunto de nossa história literária.

Bernardo Guimarães (1827-1885), romancista mineiro. Sua obra, opina Ronald de Carvalho, se preocupa de preferência com a gente do campo, tropeiros, negros, ou então com as intrigas da sociedade colonial. Seu romance mais popular, A Escrava Isaura, escrito na pior maneira romântica, é obra de combate à escravidão, creio que o único romance da época que possui esta intenção declarada, mas a "escrava" Isaura, heroína do livro, vítima indefesa da maldade sem limites de seu senhor e dono, é uma pura idealização, [~~quase branca, fina, educada, enfim, tudo menos o tipo de escrava~~] não só com a alma branca mas até a pele... Seja

## (LII)

como for, A Escrava Isaura é ainda hoje dos mais populares romances da nossa literatura – e por alguma coisa alcançou e mantém esse favor da massa de leitores e sobretudo leitoras.

[~~O grupo de~~] Dois outros romancistas podem ser incluídos nesse grupo do período romântico, se bem que a maior parte da sua obra date de anos posteriores a 1870: Franklin Távora (1842-1888) e Visconde de Taunay (1843-1899). Aquele era um escritor pequeno-burguês conformado e sentimentalóide, descrevendo tipos e cenas do sertão; este último um sentimentalóide

aristocrata, descrevendo tipos e cenas da roça. Franklin Távora um pouco mais cru, mais rude, menos artista, e Taunay todo medida, comedimento, mais artifício. Távora mais diretamente ligado ao povo; ~~este~~ no entanto a Inocência de Taunay é um livro bem mais popular do que os do escritor cearense.

O grupo de poetas do romantismo é mais numeroso e a certos respeitos mais importante.

Gonçalves de Magalhães (1811-1882), cronologicamente o primeiro dos poetas românticos, era homem de ascendência fidalga, ingressou cedo na diplo

### (LIII)

macia, foi parlamentar, ocupou posições de relevo na administração. Foi também o "filosófo" do nosso romantismo, como veremos adiante. Mas nele tudo nos aparece hoje medíocre, raso, impopular, objeto só de estudo por parte de eruditos.

Araújo Porto-Alegre (1806-1879), de origem pequeno-burguesa, poeta e pintor. Ingressou também na diplomacia e desempenhou vários cargos na Europa. Além de estudos em prosa dedicados a assuntos de arte, publicou o poema Colombo, demasiado ambicioso, e Brasilianas, poemas de inspiração nativista. Podemos encontrar nele páginas e trechos de boa poesia, mas no conjunto é medíocre. Ideologicamente vacilante e contraditório.

Gonçalves Dias (1823-1864), filho natural de negociante português com uma cafuza maranhense. Estudou em Coimbra, e de volta ao Brasil dedicou-se ao jornalismo, foi funcionário, e por fim professor do Pedro II. Morreu prematuramente, num naufrágio, como Manuel Antônio de Almeida, e deixou obra de vulto na poesia, no teatro e certos estudos de natureza científica. Representa na poesia do romantismo

**(LIV)**

um papel semelhante ao de Alencar no romance, mas, ideologicamente, sem as violentas contradições deste último. É mais homogêneo, de um modo geral mais sólido, mais substancioso, mas por outro lado muito menos polêmico. Mesmo levando-se em conta o seu indianismo idealista, Gonçalves Dias foi na poesia um alto intérprete do sentimento nacional brasileiro e o conjunto de sua obra constitui sem dúvida um patrimônio cultural que devemos reivindicar como um patrimônio do nosso povo.

Álvares de Azevedo (1831-1852), morrendo com apenas 21 anos, não teve tempo de amadurecer. Sob a influência de certas correntes dissolventes de um romantismo desvairado, sua obra é uma coleção de delírios verbais, veículo de uma arte pessimista e falsa, sem consistência nenhuma.

Junqueira Freire (1832-1855), frade, sentimentalão, morreu aos 23 anos do mesmo mal que parecia devastar os poetas românticos dessa época, quase todos dominados pelo desânimo e o pessimismo.

Casemiro de Abreu (1837-1860), outro jovem infeliz, choramingão e vencido aos 23 anos. Mas Casemiro, apesar de tudo, apresentou no seu lirismo

**(LV)**

umãs certas notas ingênuas e puras, que falam à índole sentimental da juventude e lhe emprestam um prestígio popular que se renova de geração em geração de leitores.

Laurindo Rabelo (1826-1864), de origem pequeno-burguesa, homem pobre, boêmio infeliz, dominado pelo mesmo pessimismo fatal dos três anteriores, apesar de sua índole mais

propensa a buscar inspirações nas fontes populares. Mas era um poeta secundário.

Fagundes Varela (1841-1875), outro pessimista infeliz, temperamento boêmio erradio, mas poeta de incontestável talento, deixou em sua obra algumas composições descritivas e elegíacas que honram a poesia brasileira. Escreveu também poesias contra a escravidão.<sup>12</sup> É sem dúvida, depois de Gonçalves Dias, e antes de Castro Alves, o que demonstra maior e mais humana densidade poética.

Escreve Rosental que "a arte só pode ter um profundo conteúdo ideológico quando está intimamente ligada à vida da sociedade

#### (LVI)

*e reflete grandes acontecimentos sociais, movimentos populares e aspectos essenciais da vida do povo.*" Isto explica a diferença existente entre os poetas anteriores inclusive Gonçalves Dias, e Castro Alves. *Fim.*<sup>13</sup> Neste conceito do crítico soviético encontramos cabal explicação para o salto que representa a poesia de Castro Alves em relação aos poetas anteriores. Castro Alves nasceu em 1847 e morreu também muito moço, em 1871. Apareceu e começou a impor-se, desde os bancos acadêmicos, já no fim do período que estamos examinando, justamente [nos quinquênios] durante os anos da guerra do Paraguai, 1865-70. O conflito externo, prolongando por todo um quinquênio, abalou o

---

<sup>12</sup> N do E: no verso da página microfilmada, a indicação de que a esta frase se acrescenta o trecho: *e publicou mesmo, em 1863, um poema político de combate, por ocasião da chamada questão Christie.*

<sup>13</sup> N do E: nem sempre é fácil estabelecer a seqüência dos fragmentos do texto de Astrojildo, as linhas em itálico do início da página 56, por exemplo, poderiam ser diferentemente montadas; por isso o itálico de nossa transcrição.

país de alto a baixo, e uma de suas conseqüências mais agudas consistiu precisamente em pôr na ordem do dia a questão da escravidão. A voz de Castro Alves alteou-se nesse momento com a própria voz da revolta nacional contra a ignomínia do cativo. Pode-se dizer que nunca até então - nem depois até hoje- a voz de um poeta reboou neste país em tamanha consonância

### (LVII)

e reflete grandes acontecimentos sociais, movimentos populares e aspectos essenciais da vida do povo."<sup>14</sup> Isto explica a diferença existente entre os poetas anteriores, inclusive Gonçalves Dias, e Castro Alves com o sentimento -e o interesse- da nação brasileira. A poesia de Castro Alves realizou, pela primeira vez em nossa história literária, a condição definida pelo crítico Rosental para revelar-se como uma arte de profundo conteúdo ideológico. Eu acrescentaria aqui que só em nossos dias apareceu alguém cuja voz reflete com eloqüência sem par, os mais profundos anseios do povo brasileiro. É a voz de um poeta de novo tipo, que não se exprime em verso ou em prosa de ficção, mas em prosa política e científica, carregada de conteúdo revolucionário - a voz de Luiz Carlos Prestes. É a "voz de ferro" do poema profético de Castro Alves:

Voz de ferro! levanta as almas grandes  
Do sul ao norte... do oceano aos Andes!...

---

<sup>14</sup> N do E: observe-se a identidade de início desta e da página anterior, o que sugere algum tipo de empastelamento na microfilmagem .

**(LVIII)**

É necessário mencionar igualmente alguns dos publicistas<sup>15</sup>, historiadores, eruditos e até -pois que existiram- "filósofos" (com aspas) do período que vai de 1840 a 1870.

Entre os publicistas destaca-se Borges da Fonseca, que vinha do período anterior das lutas da Independência e da Regência, mas cuja atividade de [lutador] agitador estendeu-se até muito depois de 1840. É um nome em geral menosprezado ou amesquinhado pelos historiadores e críticos oficiais -justamente porque refletia o pensamento mais avançado e mais combativo da época. Leitor de publicações fourieristas, já quarentão, chegou a dar ao manifesto-programa da rebelião praieira umas tintas sociais de evidente inspiração das doutrinas de Fourier, que ele conhecia através das publicações que lhe fornecia o [engenheiro] fourierista francês residente em Recife de 1840 a 1846, o engenheiro Vauthier.

**(LIX)**

Outro publicista interessante da época, o pernambucano Antônio Pedro de Figueiredo, redator da revista O Progresso, não foi estranho, também ele, à influência dos livros e jornais franceses que o engenheiro Vauthier distribuía metodicamente no Recife e noutras cidades do Brasil. (Digamos, entre parêntese, que Vauthier participaria, em 1871, da Comuna de Paris - coisa que o Sr. Gilberto Freyre não diz nos livros consagrados ao engenheiro francês).

Abreu e Lima (1796-1869), o famoso General das Massas, vinha também das lutas da Regência, mas viveu ainda muitos anos, sempre combativo, a cada passo metido em ruidosas polémicas políticas e religiosas. Era homem contraditório, mas se

---

<sup>15</sup> N do E: vale a pena observar, a partir daqui o uso abundante da expressão *publicista*, com o sentido de jornalista, escritor político.

balancearmos a sua atividade de publicista encontraremos um bonito saldo a seu favor, nem devemos esquecer que ele, filho [do padre Re] de um mártir da revolução pernambucana de 1817, já vingara largamente a

(LX)

morte do pai, combatendo, ao lado de Bolívar, pela [Hibe] Independência de países irmãos do continente.

José Maria do Amaral (1813-1885) viveu igualmente longos anos e foi no seu tempo um jornalista e poeta dos mais importantes. Está hoje esquecido, mas não será demais supor que esse esquecimento se deva ao fato, na verdade singular, de se haver ele radicalizado com o correr da idade, afirmando os seus biógrafos que era um monarquista conservador no início da sua carreira, tornando-se mais tarde republicano radical, com indicações para o socialismo. O contrário exatamente de Sales Torres Homem, o companheiro de Gonçalves de Magalhães na revista Niterói, em 1836, e autor do famoso panfleto político de oposição [à] Libelo do Povo (184...?),<sup>16</sup> o qual acabou visconde, ministro e sustentáculo do trono. Outro famoso jornalista da época, mas esse conservador e reacionário dos quatro costados, foi [José] Justiniano José da Rocha.

Um liberal típico, moderado e honesto,

(LXI)

era sem dúvida o maranhense João Francisco Lisboa, (1812-1863) reconhecido como um prosador de primeira ordem. Foi ao

---

<sup>16</sup> N do E: Antonio Candido registra em 1848 *O libelo do povo*, texto que verbera a política conservadora, de autoria de Torres Homem, sob pseudônimo de Timandro. (cf. Antonio Cândido A formação da literatura brasileira, São Paulo, Livr. Martins Editora, 2º vol., pp. 53-54.

mesmo tempo um publicista dos mais dotados e um historiador, um erudito de boa formação clássica. Eruditos foram também, cada qual na sua especialidade, o geógrafo e filólogo Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), o historiador e pesquisador Varnhagen (1816-1878), e ainda Melo Moraes pai (1816-1873), Pereira da Silva (1817-1898), Joaquim Norberto (1820-1891), também historiadores e pesquisadores de mérito variável. Varnhagem e Pereira da Silva, conservadores, ideólogos cem por cento das classes dominantes; Joaquim Caetano, homem de sólidos conhecimentos, modesto e simpático; Melo Moraes pai, meio trapalhão, não merecendo grande crédito como historiador, mas, se não me engano, também algum tanto influenciado pelas doutrinas de Fourier;<sup>17</sup> Joaquim Norberto, pesquisador laborioso, enterrado no Instituto Histórico, isto é, empalhado em vida.

## (LXII)

Vejam, para terminar este capítulo, os "filósofos" com aspas -Frei Francisco de Montalverne e o já falado Gonçalves de Magalhães, discípulo do frade. Na verdade, não mereceu ocupar muito espaço.

Montalverne, nascido no Rio de Janeiro em 1785 e aí falecido em 1869, religioso capuchinho, foi, na opinião de um crítico católico "o mestre da geração eclética que manteve num doce torpor as inteligências até a comoção geral produzida pela guerra do Paraguai". Seu Compêndio da Filosofia, contendo as lições que professou dezenas de anos, apareceu em livro no ano

---

<sup>17</sup> N do A: faço esta conjectura por indução. Melo Moraes pai era médico, adepto e propagandista da homeopatia e a homeopatia foi divulgada no Brasil precisamente por um fourierista, o médico francês Dr. Mure, que estabeleceu em Santa Catarina falanstérios com famílias francesas, coisa que aliás deu em droga.



de 1859 e é coisa que hoje ninguém lê, nem consulta, a não ser por obrigação de ofício. Pelo que dizem alguns críticos mais ou menos dignos de fé, o frade adotava uma filosofia que vinha do sensualismo de Condillac e desembocava largamente farto e cômodo no ecletismo de Cousin. Dizem também que Montalverne era o maior orador sacro do romantismo; o que sabemos dele, neste particular, é o trecho

### (LXIII)

antológico do sermão de São Pedro de Alcântara, proferido em louvor de S.M., e que começa com a invocação "É Tarde! É muito tarde!" - e era tarde porque, tendo cegado, o orador passara dezoito anos sem pregar. Dizem ainda que ele era um poço de presunção e vaidade.

Seu discípulo predileto, o poeta Gonçalves de Magalhães, é considerado um continuador da obra filosófica de Montalverne. Publicou dois livros de filosofia -A Alma e o Cérebro, e Fatos do Espírito Humano. O crítico católico a que tenho me apegado neste ponto -o mexicano Robledo, que escreveu um livro sobre A Filosofia no Brasil- opina que Magalhães é "a figura mais representativa do ecletismo espiritualista brasileiro". Junte-se a isto a sua prosápia de fidalgo luso-brasileiro, os cargos diplomáticos que desempenhou no estrangeiro, as posições políticas e administrativas que ocupou, o título de Visconde de Araguaia e ainda a glória de poeta fundador do romantismo em nossa literatura -e aí teremos os elementos necessários

### (LXIV)

para uma avaliação aproximada do que significa a sua filosofia, sem o penoso trabalho de ler os seus calhamaços.

## 5) Escola do Recife, Abolição, República

Num ensaio muito interessante de G. Berti sobre a Origem Política do Romantismo, que li há pouco na revista marxista italiana Società, observa o ensaísta que "il passaggio dalla filosofia illuministica alla filosofia idealistica e romantica é già avvenuto con Leibniz. Con Leibniz comincia quel Terrore ideale al quale la cultura tedesca doveva clare l'impronta, e che percorrerà indisturbato un lungo cammino sino a quando Hegel scaturirà la sinistra hegeliana: sino a Feuerbach, cioè, sino a Marx".

O nosso atraso em matéria de filosofia é uma expressão inequívoca nos domínios da cultura, do nosso atraso econômico, político e social. Assim é

### (LXV)

que depois de certa influência benéfica da filosofia materialista do século XVIII, que iluminou os movimentos revolucionários da Inconfidência e da Independência, recaímos com a escamoteação política de 1822, no espiritualismo reacionário feudal-clerical, e só por volta de 1870 começamos a [~~sair do torpor em que se refere o crítico mexicano~~] livrar-nos dos entorpecentes ecléticos. Sabe-se que o positivismo de Comte "significava um retrocesso em comparação com a filosofia da burguesia progressista, com o materialismo francês do século XVIII e com a dialética de Hegel". (H.de F.) Pois bem, no Brasil, o aparecimento do positivismo de Comte, na década de 70, representou um progresso e não pequeno progresso em relação a Montalverne e Magalhães, que dominavam o cenário soberanamente. Hegel só depois de 70 começou a ser conhecido. Feuerbach, muito vagamente, através de Tobias Barreto. De Marx e de Engels,

cuja primeira obra datava de 1847 e mesmo antes, parece que nunca se ouviu falar. O máximo a que chegáramos aqui, e já o vimos anteriormente, foi a umas tinturas

### (LXVa)

de fourierismo e de falansterismo. Mas enfim, na década de 70 a 80 tomaram as coisas novo rumo, com uma tentativa mais séria de renovação do nosso pensamento num sentido materialista.

Esgotado o romantismo, escreveu José Veríssimo... "entram fluir (sic) a mente brasileira outras correntes de pensamentos, outros critérios e até outras modas estéticas européias de além Pirineus oriundas das novas correntes espirituais, o positivismo em geral ou o novo espírito científico, o evolucionismo inglês, o materialismo de Haeckel, Moleschott, Büchner, o comtismo, a crítica de Strauss, Renan ou Taine, o socialismo integral de Proudhon, o socialismo literário de Hugo, de Quinet, de Michelet".

Veríssimo nos mostra alguns dos frutos produzidos por essa renovação de idéias:

### (LXVI)

Na mesma década (70...) entrou a instrução pública a ocupar mais seriamente a atenção dos governos e do público. A Tipografia Nacional tirava em volume as traduções dos livros de Hippeau sobre o ensino público nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Prússia. Reformava-se, procurando-se desenvolvê-lo, o Colégio de D. Pedro II, único foco de estudos clássicos que possuíamos, hoje quase extinto. Criavam-se conferências e cursos públicos, onde se começaram a agitar as novas idéias filosóficas, científicas e literárias. Remodelava-se o antigo curso da Escola Central, organizando-se a Escola Politécnica, acrescentando-se-

Ihe aos cursos profissionais as duas importantes secções de ciências físicas e naturais e ciências físicas e matemáticas. Para reger novas cadeiras vieram da Europa professores especiais, como o físico Guignet(?), o fisiologista Conty, o mineralogista e geólogo Gorceix, logo depois incumbido da fundação e direção da Escola de Minas de Ouro Preto, nesse tempo criada. Também o ensino médico foi reformado, acrescido de matérias e cadeiras novas. A reforma que igualmente sofreram o Museu e a Biblioteca Nacional determinou maior atividade e mais útil efeito destas velhas e paradas instituições. O Museu começou a publicar os seus interessantes Arquivos em cujos três primeiros volumes (1876-1878) se encontram trabalhos originais de antropologia, fisiologia, arqueologia e etnografia e história natural de sabedores brasileiros, Lacerda, Rodrigues Peixoto, Ladislau Neto, Ferreira

### (LXVII)

Pena, e estrangeiros ao serviço do Brasil, Hartt, Orville Derly, Fritz Muller e outros. Simultaneamente com os Arquivos do Museu vêm a lume os Anais da Biblioteca Nacional, ricos de informações bibliográficas, de eruditas memórias e monografias interessantes para a nossa história literária e geral. Nos Ensaio de Ciência (1873), Batista Caetano de Almeida Nogueira funda o estudo das línguas indígenas brasileiras segundo os novos métodos da ciência da linguagem, recriada pelos alemães, tirando-o do fantasioso empirismo em que até então andou.

(E mais:)

~~[Estudos da História do Brasil no século XVI]~~

~~[(1880) de Capistrano de Abreu]~~

~~[José de Alencar (1882, mas redigido antes) de Araripe Jr.]~~

~~[grupo do Ceará]~~

~~[Três Filosofias (1874) de Pereira Barreto]~~

~~[O Papa e o Coneílio, tradução e prefácio de Rui Barbosa (1877)]~~

### (LXVIII)

Acontecimentos de ordem política e social condicionaram esse movimento de renovação cultural: a guerra do Paraguai, o problema da escravidão, a questão religiosa, o manifesto republicano de 1870, e ainda a repercussão entre nós de acontecimentos internacionais - a revolução republicana espanhola de 1868, a guerra franco-prussiana e a conseqüente queda do império de Napoleão III (e o estupor produzido pela Comuna de Paris em 1871). Tais acontecimentos eram por sua vez condicionados e impulsionados por fatores estruturais mais profundos. A lavoura do café expandia-se, caminhando do vale do Paraíba em direção a novas terras paulistas. Com a abolição do tráfico de escravos, em 1850, acentuava-se de ano para ano a escassez de braços. Por outro lado, alguns fazendeiros mais inteligentes começavam a compreender [que] a necessidade da importação de "braços livres", isto é, da imigração branca. Mas isto - como ficou comprovado por algumas experiências feitas em S. Paulo - era incompatível com a permanência do [braço] trabalho

### (LXIX)

escravo, e daí que o movimento abolicionista começasse a ganhar a adesão de certas camadas mais esclarecidas das próprias classes dominantes. [~~Intensifica-se, por outro lado o movimento de rebelião de escravos que fugiam das fazendas em grupos cada vez mais numerosos~~]. Acrescente-se a isso o fato da aplicação de capitais em outros ramos da economia nacional - sobretudo nos transportes ferroviários e marítimos, nos serviços públicos etc.

Nem nos esqueçamos de que a década de 70 marca precisamente, no cenário mundial, o aparecimento do capital financeiro de caráter monopolista e imperialista, e que este capital, de origem principalmente inglesa, buscava no Brasil um dos seus campos de exploração mais cobiçados. Coisa esta da maior importância, pois levava a um amordaçamento da burguesia nacional em crescimento, presa assim aos interesses estrangeiros contrários ao progresso do país.

Justamente nesses anos de 70 e poucos apareceram os primeiros escritos de Tobias Barreto (1839-1889) e Sílvio Romero (1851-1914); [~~Tobias publicou em 70 uma série de artigos sob o título "A religião perante a psicologia"~~] que iniciavam o movimento que

### (LXX)

tomaria o nome de Escola do Recife e que tamanha influência viria a exercer, durante mais de 20 anos, no desenvolvimento da nossa cultura. Em 1878 publicava Sílvio A Filosofia no Brasil, balanço crítico da atividade filosófica até então verificada no país, emperrada sempre sob a pesada pressão clerical-espiritualista, e no qual abria certas perspectivas de desenvolvimento sobre terreno mais sólido e mais amplo. Tobias por seu lado iniciou intensa campanha através da imprensa e mais tarde da cátedra da Faculdade de Direito de Recife, combatendo com virulência o dessorado espiritualismo ainda dominante no pensamento brasileiro. Ambos foram escritores fecundos, inquietos, versáteis, e sua obra é numerosa e variada, sobretudo a de Sílvio Romero, que aliás viveu muito mais. Tobias se dedicou de preferência à crítica filosófica, religiosa, jurídica e literária, e Sílvio, além desses ramos de atividade, abordou também a sociologia, a

etnografia, o folclore, [a-política], a economia, a filosofia política, etc.

### (LXXI)

Imbuídos de cultura germânica, realizaram uma tarefa sobretudo polêmica, seguindo rumos variáveis e contraditórios, inconseqüentes no seu materialismo, mas em todo caso contra o ultramontanismo reinante até então. Tobias chegou até Haekel e depois caiu até um vago Noiré, e Sílvio acabou ancorando nas águas de Spencer, com incursões finais pela suposta ciência social de Le Play, Demoullins e outros corifeus da École des Roches. Fosse como fosse, o certo é que a chamada Escola do Recife exerceu benéfica influência na mentalidade brasileira de após 1870. Citemos os nomes de alguns discípulos e amigos de Tobias e Sílvio: Clóvis Bevilacqua, Artur Orlando, Martins Junior, Fausto Cardoso, Sousa Bandeira, Gumercindo Lessa, Graça Aranha, homens que vieram a adquirir renome na jurisprudência, na crítica e na literatura propriamente dita.

Devo citar neste ponto um livro singular, de que ninguém fala - eu só o conheço de vista e por ler um excerto na antologia de João Ribeiro Autores Contemporâneos -e que José Veríssimo registra, na sua H. da L.B., como sendo "o primeiro da doutrina darwinista, senão materialista, escrito no Brasil"- O Fim da Criação, publicado em 1875. O autor era um velho diplomata, Araújo Ribeiro, Visconde do Rio Grande...

Paralelamente -e ora em luta, ora em combio (sic)- com a Escola do Recife, desenvolveu-se entre nós o positivismo, quer o ortodoxo dos sectários de Comte, quer o dos heterodoxos que acompanharam a Littré ou Lafitte. A primeira obra de certa importância neste sentido aqui aparecida, foi o primeiro volume datado de 1874, das Três Filosofias, de Pereira Barreto, filho de

fazendeiros do vale do Paraíba que estudou medicina na Bélgica. Miguel Lemos fundaria o Apostolado Positivista em 1881, depois de alguns anos de permanência em Paris. Encontrou

### **(LXXII)**

em Teixeira Mendes um companheiro com alma de apóstolo, que não só o secundou como, após a sua morte, continuou com inextinguível dedicação a pregação do comtismo ortodoxo, isto até um tempo relativamente próximo dos nossos dias. Sabe-se da considerável influência, política, moral, filosófica e mesmo literária, exercida em nosso país pelo Apostolado Positivista, sobretudo na propaganda e organização da República.

Escreveu José Veríssimo: "Antes da República, ou por espírito de oposição ao império católico, ou por influência desse pensamento moderno, eram os intelectuais brasileiros quase todos livre-pensadores, ou pelo menos espíritos de um larguíssimo liberalismo, que roçava pelo livre pensamento". Veríssimo não se refere apenas à influência da Escola do Recife, que ele aliás não aceita como tal, ou do positivismo; mas é inegável a contribuição de ambos os movimentos

### **(LXXIII)**

ao impulso progressista experimentado pela intelectualidade brasileira a partir de 1870 e que perdurou durante muitos anos ainda depois da República. Entretanto é preciso considerar, por outro lado, que o espiritualismo, combatido e batido nos seus redutos ultramontanos, não se deu por inteiramente vencido e reagiu sob formas [~~mais~~suaves] disfarçadas de pessimismo a Schopenhauer e de cepticismo a Renan. A influência dissolvente dessas formas sutis de reação - tanto mais atrativas quanto se tratava no caso de Schopenhauer e de Renan, de dois grandes



escritores - produziu os seus efeitos corrosivos sobre boa parte dos [intelectualidade] intelectuais de então, inclusive sobre [aqueles imbuídos de espi] aqueles que se haviam formado ao influxo das concepções materialistas, coisa aliás facilmente compreensível quando consideramos que tais concepções eram ditadas por um materialismo vulgar, mecanicista a Buchner, não tendo passado jamais do naturalismo além de Darwin

#### (LXXIV)

ou de Haekel, ou do confuso ateísmo de Comte e seus epígonos.<sup>18</sup> O materialismo dialético era desconhecido, nem existia ainda no país uma classe operária cujo volume já pudesse constituir uma base social capaz de condicionar alguma atividade intelectual inspirada nas concepções filosóficas de Marx e Engels.

Como quer que fosse, o certo é que a maioria absoluta dos escritores desse tempo, sobretudo os mais jovens, estava impregnada de "um estado de espírito" que o Sr. Tristão de Ataíde, em artigo recente, qualificou de "nitidamente negativista, em matéria religiosa e naturalista, em matéria filosófica". Poetas, romancistas, jornalistas, publicistas, filósofos (como acabamos de ver), afinavam mais ou menos pelo mesmo diapásão, e quase todos participavam, de uma forma ou de outra, da campanha, abolicionista e da propaganda republicana. Mas é interessante observar que havia alguns abolicionistas e dos mais importantes, como Nabuco e Rebouças, [~~ambos aliás católicos~~], que eram católicos e monarquistas, assim como havia republicanos sem entusiasmo pela abolição, se é que não (sic!) fossem infensos à campanha. Já se tem notado amiudadamente que o Manifesto republicano de 1870 não incluía no seu programa nenhum item

---

<sup>18</sup> N do A: citação de Cruz Costa?

**(LXXV)**

reclamando a abolição da escravidão (não tenho o texto à mão para proceder a uma verificação rigorosa). Sabe-se, [Aliás] que Tobias Barreto e Sílvio Romero não se empenharam [a-fundo] na campanha da abolição, e Tobias parecia mesmo indiferente à propaganda republicana. É claro que todas essas vacilações e contradições resultavam da própria mentalidade de classe desses escritores, quase tudo gente de pequena burguesia urbana e rural. A própria burguesia progressista, ou as camadas dela cujos interesses próprios de classe deviam empurrá-las pelo caminho do progresso, também elas estavam minadas de contradições e vacilações, em conseqüência não só de fatores de ordem interna (suas origens e ligações com os latifundiários e senhores de escravos), mas também de fatores externos - a pressão nascente e crescente do capital imperialista. Mauá é o exemplo típico disso. Na literatura, o caso mais típico dessa época e ainda depois é o de Sílvio Romero. Materialista, companheiro de Tobias na dura cam

**(LXXVI)**

panha ideológica que ambos encabeçaram contra as idéias conservadoras e ultramontanas reinantes até então sem contraste, homem de temperamento exuberante e polêmico, escritor honesto, sua obra é toda ela vincada por contradições às vezes chocantes. Chegando às vezes à beira do socialismo (há mesmo uma curiosa declaração dele neste sentido, datada de 1906 e reproduzida num dos últimos números de Literatura), há coisas nele, nos seus estudos econômicos e políticos (principalmente nos discursos parlamentares) que o aproximam das piores concepções reacionárias. E o fato de sua aceitação e adoção mais duradoura das concepções filosóficas e sociológicas de Spencer -o ideólogo por excelência da grande burguesia capitalista e imperialista-

define bem a sua posição, permanentemente sujeita a todas as pressões contraditórias de ordem externa e interna.

### (LXXVII)

A meditação sobre este período da nossa história cultural leva-nos a compreender em toda a sua profundidade o conceito de Rosental, quando escreve: "Toda ideologia que surge de uma etapa histórica dada é relativa porque se encontra limitada pela própria imperfeição do desenvolvimento histórico, pelo estado de insuficiência dos conhecimentos humanos, por seu conteúdo social e de classe, etc. Por sua vez, entretanto, essa ideologia pode conter alguns grãos de verdade absoluta já que consegue exprimir cabal e completamente alguns aspectos da realidade objetiva". Com este critério de relatividade, evidentemente, é que devemos proceder ao estudo crítico do movimento das idéias em nosso país, buscando em cada etapa do seu desenvolvimento os grãos de verdade que possam conter ainda que em escala diminuta.

### (LXXVIII)

Estou talvez estendendo-me demais, e por isso vou limitar-me, na caracterização individual dos escritores da época, às figuras mais importantes e representativas.

Começemos pelos publicistas.

Tavares Bastos. [~~Na-verd~~] Não conheço muito da sua obra e do pouco que conheço me ficou a impressão de que ele, muito mais que Tobias ou Sílvio, representa com mais coerência e conseqüência a ideologia das camadas mais progressistas da burguesia.

Quintino Bocaiúva e o velho Saldanha Marinho, fundadores do partido republicano. Saldanha notabilizou-se principalmen-

te durante a questão religiosa, com os seus artigos publicados sob o pseudônimo de Gaugamelli, depois enfeixados em livro. Declaro que não li esse livro, mas, pelo que se pode deduzir dos temas que o informam, trata-se de obra de combate ao clericalismo ultramontano. Quintino, homem de espírito comedido, sem audácias nem arrebatamentos, mas honesto e tenaz na defesa da sua posição republicana. Viveu muito, foi ministro do governo provisório, mau governador do Estado do Rio,

**(LXXIX)**

mais tarde senador, e morreu pobre e ateu, o que é uma boa recomendação. Mas foi sobretudo um jornalista, mais doutrinário do que combativo.

Lafayette Rodrigues Pereira, signatário do Manifesto republicano de 1870, jornalista brilhante, mais tarde jurista eminente - eminente para as classes dominantes, pois bem cedo desertou das fileiras republicanas, passando-se com armas e bagagens para a monarquia, da qual foi parlamentar, ministro e conselheiro.

Salvador e Lúcio de Mendonça, jornalistas republicanos desde os bancos acadêmicos, combativos, ardorosos, principalmente Lúcio, que depois na República chegaria a Ministro do Supremo Tribunal Federal, e não perderia nunca o seu feitio polêmico e desabusado. Dele há uma declaração, já no fim da vida, de viva simpatia pelas idéias socialistas (também publicada no mesmo número de Literatura). Quanto a Salvador, mais velho que o irmão, ainda antes de 1889 ingressara na carreira diplomática, daí por diante dedicando-se inteiramente

**(LXXX)**

às suas funções oficiais.

Júlio Ribeiro, gramático e também autor de um mau romance naturalista A Carne, tem importância sobretudo como polemista virulento, republicano exaltado, [ateu] anti-clerical, [materialista] homem desabusado e honesto.

Silva Jardim, jornalista e tribuno, destacou-se, nos últimos tempos da propaganda republicana, por sua tenacidade combativa, sua coragem, sua dedicação à causa. Era o chefe da ala esquerda dos republicanos, e morreu afastado e desgostoso, pouco tempo depois de 89, engulido pelo Vesúvio, como se sabe.

Lopes Trovão, médico, com prolongada residência em Paris, tornou-se um dos mais populares tribunos da propaganda, e como tal se colocou à frente das manifestações de rua, por exemplo, o motim da greve do vintém. Foi deputado à constituinte republicana, mantendo-se firme na sua posição - e por isso não conseguiu ser reeleito. Eu ainda o conheci, já velho, esquisitão, de sobrecasaca e cartola, ruivo e avermelhado como um galo de briga, freqüentador de cafés literários do começo do século, amigo dos jovens e boêmios de então.

### (LXXXI)

Da campanha abolicionista, sobretudo em sua última fase, participaram todos os escritores do tempo, com muito raras exceções. Era um movimento nacional, irresistível, e já nas vésperas do 13 de maio ninguém mais, a não ser alguns emperdenidos e estúpidos escravocratas, tinha coragem de defender o regime servil. Mas lembremos alguns dos [mais notáveis] publicistas que mais se destacaram na campanha.

Luís Gama (1830-1882), André Rebouças, José do Patrocínio. Três negros, ou semi-negros, os três maiores trabalhadores que a raça negra produziu na literatura e no jornalismo abolicionista. Luis Gama, filho de escrava com um português, vendido pelo pai

como escravo, aos 10 anos, revendido várias vezes. Alforriou-se, estudou, fez-se advogado, jornalista, poeta -é bem conhecida a sua famosa sátira A Bodorrada.<sup>19</sup> Combateu a escravidão não só pela pena, mas também pela ação prática, isto é, pela alforria, pela organização de luta e pela fuga de escravos.

### (LXXXII)

José do Patrocínio era filho de um padre com uma preta. Veio jovem para o Rio de Janeiro, fez o curso de farmácia, dedicando-se porém ao jornalismo, que era a sua vocação. Como jornalista e tribuno, notável foi a sua contribuição à campanha nos últimos anos. Os jornais que redigia se tornaram verdadeiros centros de ação abolicionista, reunindo os jovens poetas e escritores mais combativos do tempo. Patrocínio, que era o mais moço dos três, [~~morreu~~] veio a morrer em 1905 [~~viveu até 1905~~], pobre, [~~eserevendø~~] colaborando nos jornais para viver. Deixou também três romances, hoje raros: [~~e que não conheço~~] Pedro Hspanhol, Mota Coqueiro, A Seca do Ceará (?). Não conheço nenhum, mas creio que não tratam do problema da escravidão.

André Rebouças, filho do advogado e parlamentar negro Antonio Pereira Rebouças, [~~também negro, no entanto monarquista, mas apesar de negro defensor do regime monárquico~~], homem no entanto de índole moderada, amigo da ordem vigente, amigo pessoal do Imperador. André

### (LXXXIII)

Rebouças, engenheiro militar, tendo participado como tal da guerra do Paraguai, em seu início (e sobre o que observou por lá deixou páginas terríveis no seu Diário), pode-se dizer que foi o

---

<sup>19</sup> N do E: o título da composição é *A bodarrada*.

mais puro e mais clarividente apóstolo da campanha abolicionista. Ninguém o excedeu em dedicação, operosidade e sobretudo em profundidade na compreensão do problema da escravidão, ligando-o indissolivelmente ao problema da terra. Em artigos pela imprensa, durante anos, e em livros e ainda pela ação pessoal nas organizações abolicionistas de que participou e de que logo se tornou [~~a alma~~] o centro de atividade prática, André Rebouças combatia com igual energia a escravidão e o latifúndio, que ele considerava, com razão, como dois aspectos do mesmo problema econômico e social. Não era republicano, pelo contrário, combatendo os republicanos, [~~senhores de terra e de senhores de escravos~~] que eram advogados dos senhores de terras e de

#### (LXXXIV)

escravos, e afirmava que nem a abolição sem a república, por si sós, sem tocar no regime econômico dominante, poderiam resolver o problema da escravidão, que era um problema de trabalho, um problema de produção. Sua tese fundamental era esta: [~~não adianta~~] a abolição com a conservação do latifúndio significa uma liberdade formal, ilusória para os negros, e uma nova escravidão não só para os negros "libertos" como também para os colonos brancos que a imigração nos viesse a trazer. E foi isto realmente o que aconteceu.

Joaquim Nabuco, homem das classes dominantes, filho de um grande do Império, foi, como Rebouças, dos poucos que compreenderam melhor o problema da escravidão, encarando-o em conexão com o problema da terra, preconizando claramente a necessidade da reforma agrária. Era também monarquista e com o advento da República afastou-se da atividade política

propriamente dita (fora deputado em mais de uma legislatura) e consagrou-se de preferência aos trabalhos

### (LXXXV)

literários, deixando alguns livros que se contam entre os mais importantes da nossa literatura. Já no fim da vida ingressou na Diplomacia, tendo desempenhado os mais altos cargos da carreira em vários países da Europa e da América.

Outros jornalistas que devem ser citados: Joaquim Serra, Ferreira de Menezes, Ferreira de Araújo, todos três combatentes de primeira linha na histórica campanha. Ferreira de Araújo [~~fez do seu jornal~~] teve ainda o mérito de renovar o jornalismo da época, fazendo da Gazeta de Notícias uma [o~~r~~gão] folha de alta qualidade literária, cercado-se dos jovens de mais talento que iam aparecendo. Foi também pelas colunas da Gazeta que se divulgaram no Brasil entre outros os nomes de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, escritores portugueses, da nova geração, republicanos com tendências socialistas, e que tamanha influência viriam a exercer em nosso meio literário e artístico.

Rui Barbosa (1849-1923) representou importante papel, tanto na campanha abolicionista quanto na queda da monarquia. Grande talento

### (LXXXVI)

verbal, orador, escritor, polemista, enorme foi a sua influência no desenrolar dos acontecimentos de que resultaram a abolição da escravidão e a proclamação da república, como foi posteriormente uma das figuras centrais da vida política e cultural do país. Rui Barbosa pode ser apontado como o representante típico da burguesia liberal, progressista até certo ponto e na medida em que os interesses da burguesia coincidiam com os interesses



nacionais; mas preso sempre, com a sua classe, aos compromissos com os interesses egoísticos das camadas mais reacionárias das classes dominantes e bem assim com os interesses imperialistas britânicos.

Passemos agora aos romancistas mais significativos do período que estamos examinando e que na história literária é chamado naturalismo ou realismo, em oposição ao romantismo já esgotado.

Em primeiro lugar Machado de Assis (1839-1908). Sua obra é numerosa e variada: ficção, poesia, crítica literária, teatro, crônica, e não é fácil

### (LXXXVII)

juzá-la em seu conjunto, a fim de se proceder a um balanço crítico do ponto de vista que nos interessa. Machado de Assis era homem de origem pequeno-burguesa (seu pai era um artesão considerado, com o nome no Almanaque Laemmert), órfão desde cedo, um auto-didata sem nenhum curso além do primário. Seu aprendizado literário, feito na imprensa, foi longo e trabalhoso. Tentou primeiramente o teatro, mas não era essa a sua vocação. Como poeta, foi dos melhores do seu tempo, e é [talvez] em sua poesia da juventude que encontraremos os acentos mais visíveis de sua posição a favor das idéias liberais e progressistas, por exemplo, nas peças que dedicou à Polônia e ao México. Nas suas crônicas, que abrangem um período de quase quarenta anos de colaboração assídua na imprensa, pode-se também encontrar, sobretudo nos primeiros tempos, um lastro positivo a seu favor. A mesma coisa em geral nas suas críticas literárias e escritos afins, onde se revela uma ampla compreensão da missão social da literatura (ver por ex. o seu dis

**(LXXXVIII)**

curso na inauguração da estátua de José de Alencar). Mas o principal de sua obra é constituída pela ficção, contos e romances, e aqui precisamente o julgamento se torna mais difícil. Seu ceticismo, seu pessimismo se instilam insidiosamente em cada página, e a primeira reação que sentimos, vencida a fascinação irrestistível da composição literária, é de desgosto e quase desespero. Mas as releituras, feitas mais vagarosamente e submetidas a mais madura reflexão, nos levam a modificar parcialmente a impressão inicial e a encontrar em alguns dos seus contos e romances algo de mais essencial e duradouro: aquilo que um crítico apontou como a qualidade dominante na personalidade do Conselheiro Aires - "o sentimento de sua terra". Neste ponto eu continuo a sustentar que Machado de Assis, apesar das aparências que têm enganado muitos críticos, que refletem em sua obra, de maneira muito especial mas inequívoca, um momento importante da vida nacional, é um escritor genuinamente brasileiro. Sua própria formação básica [~~de~~-base], se bem que oferecendo, com o tempo e as acomodações sociais, alguns desenvolvimentos contra

**(LXXXIX)**

ditórios, manteve-se até ao fim de sua longa existência como uma expressão da mentalidade anti-romântica, naturalista, materialista, que predominava na época. Foi ateu na juventude e morreu ateu, amando a vida aqui neste mundo e descrendo de qualquer sobrevivência num outro mundo.

Poderia estender-me em outras considerações sobre Machado de Assis - inclusive para retificar juízos feitos há anos atrás mas seria alongar-me despropositadamente. Resumirei meu pensamento afirmando que em sua obra, avaliada criticamente,

em conjunto, podemos encontrar não poucos elementos que devemos incorporar ao nosso patrimônio cultural.

Inglês de Sousa (1853-1918), depois de publicar algumas obras de ficção, entre os anos de 76 a 92, abandonou de todo a literatura, consagrando-se à advocacia, em que foi luminar, a serviço, já se compreende, das classes dominantes. Seus contos e romances constituem apreciável contribuição ao período naturalista da nossa historia literária, e

### (XC)

neste sentido é possível também encontrar nos livros que escreveu aqueles "grãos da verdade" a que se refere Rosental.

A mesma coisa, com mais forte razão, relativamente a Aluísio Azevedo (1857-1913), que é o mais importante dos nossos romancistas naturalistas, muito embora apenas três ou quatro de seus volumes se salvem no conjunto dos numerosos livros que deixou. Seu irmão Artur Azevedo ( - 1908),<sup>20</sup> comediógrafo e contista, notabilizou-se principalmente como fiel e espirituoso fixador de costumes cariocas.

Raul Pompéia (1863-1895) publicou o seu livro principal Q Ateneu em 1888. Trata-se de uma crítica feroz aos internatos, e não faltam críticos que lhe concedam qualidades de obra prima, a meu ver com inteira justiça. Pompéia, temperamento doentio e exaltado, homem de caráter inamolgável, foi um extremo batalhador da causa abolicionista e da propaganda republicana, escrevendo abundantemente aos jornais, desde muito jovem, antes mesmo de começar o curso de Direito, feito em São Paulo e no Recife. Cita-se dele, como coisa de ruidosa repercussão na época, a sátira As Jóias da Coroa, publicada sem assinatura do autor, em 1883, na Gazeta de Notícias, sob a forma de folhetins. Depois da

---

<sup>20</sup>N do E: a data de nascimento de Artur Azevedo é 1855 .

república manteve-se, naturalmente, na ala esquerda dos republicanos, "jacobino", como se dizia então, florianista apaixonado durante a revolta. Suicidou-se em 95, no Dia de Natal, por motivo de mal entendido pundonor. Seu nome deve ser guardado entre o que de melhor produziu a nossa literatura em qualquer tempo.

Agora os poetas. Tobias Barreto e Sílvio Romero também poetaram, mas a sua poesia é evidentemente inferior à prosa. Luís Guimarães, poeta de transição entre o romantismo e o parnasianismo, de inspiração intimista, agradável, mas superficial. Diplomata e... "a-político". Luís Delfino, que viveu cerca ou mais de 80 anos, escreveu enormemente e sua produção é desigual, com altos e baixos violentos. Médico rico, homem liberal, não representou nenhum papel político de relevo.

### (XCII ?)

Lúcio de Mendonça, Fontoura Xavier, Martins Júnior, Medeiros e Albuquerque - o principal de sua produção poética data das vésperas da república, mas todos viveram até muito depois, e ocuparam postos importantes na magistratura, na diplomacia, na política partidária, no jornalismo. Destacam-se como poetas e escritores materialistas, ateus, homens de índole essencialmente combativa.

Poderíamos lembrar ainda os nomes de Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Corrêa, Luís Murat, Augusto de Lima, Vicente de Carvalho, que formam o grupo central de parnasianos, mas cuja produção principal data de após 1889. Trataremos deles no capítulo a seguir.

**(XCIII)****6) Da Proclamação da República à 1ª . Guerra Mundial**

A abolição da escravidão foi a bem dizer a última de-mão legal numa situação de fato irremediável. Os negros escravos tornaram-se homens "livres" depois de 13 de maio de 88, mas livres com aspas, isto é, soltos e largados num mundo feroz de exploração do trabalho. Não se atendera às reivindicações tão insistentemente formuladas por André Rebouças e alguns outros abolicionistas mais esclarecidos –a liquidação do latifúndio e a distribuição de terras entre os negros libertos. A grande propriedade latifundiária não só não foi liquidada como ainda se estendeu (e de certo modo se consolidou– com a importação do braço imigrante) na direção de novas zonas de plantação de café, na província de São Paulo sobretudo. Bem consideradas as coisas, a lei de 13

**(XCIV)**

de maio resultou numa escamoteação.

A República também –repetindo-se em 89 as mesmas manobras de 22, 34 e 40. Na realidade a constituição da República produziu mudanças importantes na forma de governo, não tanto no concernente à substituição do Imperador por um Presidente (e este, aliás, em regime presidencialista, com maior soma de poder executivo nas mãos) como principalmente pela adoção do sistema federativo e da autonomia dos novos Estados que substituíam as províncias dominadas pelo poder central. É interessante observar aqui a circunstância de ter sido Rui Barbosa, parlamentar e ministro da monarquia, conselheiro da Coroa, o homem que mais vigorosamente se bateu pela federação, nos últimos meses da

monarquia. Este mesmo Rui Barbosa veio a ser o autor principal da Constituição republicana, tendo igualmente participado do pri

### (XCV)

mineiro governo provisório, na qualidade de Ministro da Fazenda, isto é, do Ministério diretamente ligado às finanças – finanças nacionais e sobretudo estrangeiras. Com efeito, não é difícil perceber nos acontecimentos de então a influência decisiva do capital financeiro estrangeiro, no caso, o capital inglês. Não será também difícil descobrir o dedo imperialista na solução federalista, o que tornava possível aos agentes da City manobram diretamente com os detentores do poder em cada Estado.

Evidentemente, essas coisas se processaram através de lutas e lutas bem duras – que se refletiam nas constantes dissensões no seio do governo provisório, a renúncia de Deodoro e sua substituição por Floriano, culminando mais tarde, já na vigência da Constituição, com a revolta da esquadra. Mas, depois de tudo "pacificado", o que se viu foi a eleição do primeiro

### (XCVI)

presidente constitucional recair num representante típico dos grandes fazendeiros paulistas – Prudente de Moraes. E, mais para diante, para consolidar a escamoteação, vimos a substituição de Prudente, em sucessivas eleições, pelos paulistas Campos Sales e Rodrigues Alves, este último conselheiro da monarquia, como conselheiro era também o seu sucessor, o mineiro Afonso Pena. Isto durou até 1910...

É preciso ainda acentuar que nas lutas políticas e sociais, que se verificaram durante os primeiros anos da República, surgira um novo combatente – o proletariado. Principalmente no

Rio e em São Paulo, os trabalhadores (sobretudo na camada mais numerosa, a dos transportes) começaram a movimentar-se como força independente. Centros operários, partidos operários, jornais operários se fundaram então, tudo ainda confuso e elementar, sujeito à exploração de aventureiros e agentes das classes dominantes, mas

### (XCVII)

já denotando um sentido próprio da classe. Houve greves de relativa importância, principalmente de ferroviários da Central. Houve também candidatos da classe operária na eleição para a Constituinte. E por volta de 95 aparecia em Santos uma publicação quinzenal A Questão Social, órgão socialista, sob a orientação do médico socialista Silvério Fontes, e onde se anunciavam livros socialistas e anarquistas de todas as tendências, inclusive de Marx e Engels.

Outro acontecimento importante desse período deve ser lembrado, inclusive pelo fato de se haver constituído em matéria de um dos livros fundamentais da nossa literatura. Refiro-me à rebelião de Canudos. A história daquele movimento ainda está por contar; mas o que se pode desde logo afirmar é que se tratava, em sua essência, de uma luta sustentada por camponeses sem terra. Camponeses ludibriados pela escamoteação republicana, com certeza sem consciência muito clara do fato, mas é sabido que eles eram hostis à República, e

### (XCVIII)

foi baseando-se neste sentimento de hostilidade que o governo do fazendeiro e latifundiário Prudente de Moraes, explorando demagogicamente o caso, espalhando boatos de que os jagunços de Canudos recebiam armas e orientação de elementos

monarquistas ocultos, conseguiu por fim organizar uma expedição, a quarta, de mais de 6.000 homens, para combater o reduto de Antônio Conselheiro.

Falemos de Euclides e de Os Sertões. Euclides da Cunha, que andava pelos 23-24 anos quando se proclamou a República, pertencia à ala dos radicais, mais tarde formando entre os jacobinos exaltados ao lado de Floriano. Seus artigos na Província de São Paulo, às vésperas da República (ou no O Estado de São Paulo, já depois de 89, não posso averiguar com certeza) eram firmados com um pseudônimo significativo – Proudhon. Foi a Canudos como correspondente de guerra do O Estado de S.P., e é, realmente impressionante a descrição que faz da luta, no seu livro. Os Sertões, é um livro

### (XCIX)

desigual, inferior e superado na sua primeira parte; mas no restante é uma epopéia, cujo material não foi ainda devidamente aproveitado pelos nossos escritores de ficção. Apenas o autor, no final, resumindo a sua cólera, se limita a lamentar a falta de um Mandsley para julgar o "crime" e a "loucura" da guerra contra Canudos. Ele não compreendeu que nenhum Mandsley poderia tratar com eficácia daquilo. Para compreender Canudos, suas origens, suas conseqüências e o que era preciso para julgar o "crime" e a "loucura" com rigoroso critério científico, outro autor devia ser invocado –Karl Marx. Mas ainda é tempo, de fazê-lo. Aliás o próprio Euclides, é de supor que só depois de publicado Os Sertões, travou conhecimento com o autor de O Capital, conforme se sabe. Uma bala assassina cortou as possibilidades de desenvolvimento que tal conhecimento lhe poderia proporcionar em obras futuras. Como quer que seja, com os seus altos e baixos, Euclides da Cunha



**(C)**

é um escritor que honra a nossa literatura e o melhor de sua obra nós a reivindicamos como uma riqueza cultural do nosso povo.

Passemos em revista os escritores mais em voga nessa última década do século.

Os poetas a que já nos referimos de passagem, no capítulo anterior, pertencentes ao grupo principal dos parnasianos, são homens de natureza desigual, se bem que sua formação se haja processado sob o mesmo signo do materialismo encabeçado pela Escola do Recife, e todos eles participaram mais ou menos ativamente, como jornalistas, da campanha abolicionista e da propaganda republicana. Bilac é um lírico arrebatado, mas dedicou também boa parte da sua obra poética a temas históricos, de inspiração nacionalista. Deixou apenas um volume de versos, e no fim da vida, aí por volta de 1915, empenhou-se numa campanha cívica de cunho militarista, a serviço das classes dominantes. Raimundo Corrêa, tipo esquisito, neurastênico, magistrado pobre saído da pequena burguesia, era um pessimista in

**(CI)**

gênito, portador de uma filosofia amargurada, anti-social, sem saída. Mas era um [~~homem pessoalmente honesto, e talvez se lhe possa aplicar o conceito de Plekhanov, quando afirma que "a tendência da arte, pela arte surge onde e quando existe discrepância entre artistas e o meio social que os rodeia". Bem entendido, Plakhanov se refere aos românticos, e embora a sua teoria neste caso me pareça discutível, creio que ela podera aplicar-se a Raimundo Correa]~~ homem honesto e na sua juventude dedicou vários poemas à luta política pela República. Ele mesmo exprimiu, num soneto, a sua posição:

"É mister que ele, o poeta, o cismador, o brando,  
Ele que ri, também ruja de quando em quando,  
Implacável, cruento, enraivecido, atroz!"

Alberto de Oliveira já era poeta de tipo bem diferente. Originário da pequena burguesia rural, homem saudável, exuberante, otimista, fez uma carreira cômoda de burocrata satisfeito, com fumaças aristocráticas, alheando-se da política e das lutas populares. É o mais fecundo dos poetas do grupo parnasiano, e os seus poemas caracterizam-se pela pompa verbal, aliás adequada às descrições da natureza tropical, em que era mestre e

### (CII)

de que deixou alguns poemas realmente belos. Luis Murat era outro esquisitão, mas da espécie diversa da de Raimundo. Sua poesia, encharcada de não sei que filosofias místicas, é uma coisa confusa, grandiloquente, e vazia. Desconfio que Murat, já esquecido em nossos dias, não ressuscitará jamais. Augusto de Lima, poeta mineiro, viveu ainda muitos anos, militou na política partidária, foi deputado federal por muitas legislaturas, e acabou no mais estreito misticismo, tecendo loas a Nossa Senhora e a São Francisco de Assis. Mas a sua poesia antes da doença mística, escrita na mocidade e até certa altura da maturidade, contém, a meu ver, o melhor da toda a nossa poesia da fase parnasiana. Augusto de Lima foi um genuíno poeta inspirado por uma concepção materialista da vida e a filosofia dos seus poemas, cheios de grave e

### (CIII)

substancial beleza, andou beirando em certos passos a concepção materialista dialética. Neste sentido, nenhum outro poeta brasileiro, antes ou depois dele, (excluindo-se, naturalmente, os nossos de hoje) atingiu a altura por ele alcançada. Poeta de boa têmpera foi também, sem d vida, o paulista Vicente de Carvalho. Magistrado como Raimundo, mas de temperamento oposto ao maranhense. Era ainda um polemista, de que deixou provas abundantes nas colunas da imprensa. Tem poemas descritivos de sonora beleza, e uma pequena obra-prima dedicada às lutas dos negros escravos - Fugindo ao Cativo, em que narra o hero simo de escravos perseguidos na serra de Cubatão.

Entre os prosadores deste fim de século deve-se mencionar desde logo Adolfo Caminha, meio esquecido e cujos romances, ortodoxamente naturalistas se assim se pode dizer, produziram ruído quando

#### (CIV)

apareceram. Não os conheço e não quero adiantar uma opinião infundada, mas receio que A Normalista e O Bom Crioulo sejam romances vasados na pior forma do naturalismo, coisa facilmente inclinada para a escabrosidade. Caminha deixou ainda um simpático volume de Cartas Literárias, em que enfeixou os artigos de críticas a livros e autores naturalistas; talvez seja a melhor coisa do autor, que aliás morreu prematuramente, aos 30 anos, depois de uma vida aventurosa, sem tempo de nos legar obra de maior vulto.

Coelho Neto pertencia ao mesmo grupo que participara ativamente da campanha abolicionista e da propaganda republicana. Viveu ainda muitos anos depois da República, tendo publicado mais de cem volumes de romance, conto, teatro,

crônica, viagem, etc., etc. Foi também deputado algum tempo, descambando cada vez

### (CV)

para o nacionalismo reacionário, a serviço das classes dominantes. Tirantes alguns contos sertanejos, um ou outro romance de assunto campesino, e dois ou três inspirados pelas lutas de abolição e da república, tudo o mais é papel demasiado, cheio de enorme riqueza verbal sem proveito.

Araripe Júnior e José Veríssimo, críticos literários que também incursionaram pela ficção. Araripe é um escritor desigual, com algumas páginas finas de análise, perdidas em volumes com pretensões à Taine,<sup>21</sup> nebulosos e mal construídos. Ocupou altos cargos na burocracia. Veríssimo, escritor sem brilho, porém mais igual [~~Crítico de visão limitada~~] e mais honesto, sem receio de examinar a até aceitar as idéias avançadas. Professor, colaborador assíduo dos jornais, manteve durante muitos anos o seu folhetim de crítica de livros nacionais e estrangeiros, e é impossível estudar a história da nossa literatura sem recorrer aos seus livros, inclusive precisamente

### (CVI)

uma História da Literatura Brasileira, que a certos respeito é ainda a melhorzinha que possuímos.

Eduardo Prado, homem rico, viajado, amigo de Eça de Queiroz, mas monarquista, deixou entre os seus livros um pelo menos, que é um panfleto que merece ser lido.

Capistrano de Abreu, espírito desabusado, grande esperança de historiador consagrou-se de corpo e alma às pesquisas de

---

<sup>21</sup> N do E: Taine (1828-1893) intelectual francês, aplicou à crítica e à história da literatura pressupostos do determinismo positivista.

arquivos, documentos e textos, deixando algumas monografias valiosas do ponto de vista descritivo, seguras como informação, mas sem um critério filosófico adequado à realização de uma obra de interpretação científica dos fatos estudados. João Ribeiro era também um erudito, professor, filólogo, historiador, crítico literário, ensaísta de altos méritos. Sua obra é das mais variadas e mais substanciosas da nossa literatura, toda ela norteada por uma compreensão larga das coisas, a que não faltava uma boa dose de malícia e bom humor. Viveu e morreu pobre, ateu, cercado de livros, a inteligência sempre aberta, arguta e fina. Devemos colocar João Ribeiro

### (CVII)

entre os melhores nomes da literatura brasileira.

Alcindo Guanabara e Medeiros e Albuquerque, vindos da propaganda republicana, viveram longos anos, ocupando postos importantes na administração e no parlamento. Ambos eram principalmente jornalistas, mas homens de princípios elásticos, sempre a serviço das classes dominantes. Alcindo foi mesmo mais coerente, se assim se pode dizer, nos seus pendores reacionários. Medeiros, mais versátil, frio, cínico, e também mais universal e mais superficial, borboleteando por todos os assuntos e todas as idéias. Creio que nada se aproveitará nem de um nem de outro, como elemento cultural positivo.

Carlos de Laet, jornalista e polemista temido em seu tempo –e a peste viveu muito também. Monarquista, católico, ultramontano, mas com isso tudo um espírito endiabrado e malicioso como ele só. Destina-se ao mesmo entulho em que se encontram os ateus Alcindo e Medeiros, com os quais, aliás, com este último sobretudo, andou sempre às turras.

Já nos últimos anos do século, entre 95 e 97, novos autores surgiam no cenário das letras pátrias, entre os quais um filósofo e um poeta, portadores da reação contra o pensamento materialista e a arte naturalista. O filósofo era o cearense Farias Brito, que renegava a Escola do Recife, a cujo influxo se formara, e partia de lança em punho, com o propósito de liquidar a herança filosófica que nos vinha dos anos de 70, acrescida da contribuição de novos elementos adquiridos em mais de duas décadas de progresso material e espiritual. O poeta era o

### (CIX)

catarinense Cruz e Sousa, estranho negro que buscava libertar a poesia parnasiana por meio de um simbolismo ultra-requintado e ultra-formalista. Evidentemente, nem o filósofo da Finalidade do Mundo (livro de 1895) nem o poeta de O Missal (publicado em 1897)<sup>22</sup> surgiram por acaso. A presidência Prudente de Moraes encarnava o predomínio no poder dos fazendeiros e latifundiários com o apoio das camadas mais reacionárias de uma burguesia que crescia sob a "proteção" do capital financeiro inglês. Era preciso afastar os elementos de agitação intelectual que se processava, desde 1870, sob o signo do materialismo. A "república" estava consolidada, a "demo

### (CX)

cracia" reinava pacificamente –precisávamos de ordem, de um largo período de ordem para "trabalhar" e "progredir". Ordem e Progresso – lá estava na bandeira republicana. Mesmo porque já não aparecera ali em Santos uma folha a agitar a questão social em termos de socialismo, comunismo e quejandas ideologias

---

<sup>22</sup> N do E: o título da obra de Cruz e Souza é Missal e foi publicada em 1893.

estrangeiras, oriundas justamente do materialismo? Sem dúvida, acrescentamos nós, A Questão Social do Dr. Silvério Fontes era uma pequena folha, pobre e de escassa circulação, ainda informe e vacilante na sua linha política; mas ali estava o germe do novo que surgia no horizonte... Eis aí o que explica o "espiritualismo" do filósofo Farias Brito e do poeta Cruz e Sousa, aquele "um eco da reação espiritualista européia promovida por Bergson" (Robledo) e este um eco da reação simbolista de origem igualmente francesa.

### (CXI)

Dois outros poetas de renome no simbolismo brasileiro foram Alphonsus de Guimaraens, magistrado em Minas, homem pacato e de costumes austeros, que deu no entanto para imitar o misticismo de Verlaine com um Septenário das Dores de Nossa Senhora e de outras xaropadas do mesmo gênero. E um poeta que os círculos "a-políticos" e reacionários do Estado Novo tentaram ressucitar, mas parece que em vão. B. Lopes, meu conterrâneo, cujos primeiros livros datam de antes da República, começou como um poeta campesino e ingênuo, criando o gênero "cromo" que fez a época; depois, aproximando-se dos simbolistas à Cruz e Sousa, caiu num delirante preciosismo verbal, insincero e falso. Morreu na degradação, fazendo sonetos de encomenda em louvor do Marechal Hermes. O contrário se passou com o poeta Mario Pederneiras, iniciado no simbolismo verbal e que pouco a pouco se libertou do preciosismo, tornando-se um versejador simples, caseiro, familiar, mas cheio de emoção verdadeira, sem nenhum artifício. Gonzaga Duque foi o melhor prosador do grupo, deixando volumes de ficção, de crítica de arte e ainda uma

História das Revoluções Brasileiras, na verdade superficial. Escrevia à maneira do Goncourt<sup>23</sup>, a chamada "escrita artista".

Entramos enfim no século XX...

A rebelião de Canudos, cruelmente esmagada, era já assunto que pertencia à história, e só em 1902, com o aparecimento do livro de Euclides, seria ela violentamente lembrada. Mas as agitações políticas, os choques entre as classes e os grupos sociais continuaram, poder-se-ia dizer "normalmente", com alguns intervalos de relativa pasmaceira. Sendo que – e isto, sim, é realmente importante – a classe operária ia crescendo e o seu crescimento levava a lutas de mais em mais freqüentes. Em 1903, por exemplo, registravam-se greves de certa gravidade, na Central do Brasil principalmente. Em São Paulo, nesse mesmo ano, se não me engano, fundava-se o Partido Socialista, que em manifesto divulgava pelo país inteiro o seu programa e as suas reivindicações.

## (CXII)

Em fins de 1904 rebentava no Rio o motim militar e popular contra a vacina obrigatória, sob instigação dos positivistas. Em 1906 produziram-se dois acontecimentos de oposta significação: o primeiro convênio de valorização do café e o congresso operário sindical do Rio de Janeiro. Este congresso marcou o início da direção anarco-sindicalista no movimento revolucionário brasileiro. Em 1908 realizou-se na capital do país uma Exposição Nacional, que foi um primeiro balanço das forças e possibilidades da indústria nacional. Em 1909-10 desencadeia-se

---

<sup>23</sup> N do E: trata-se dos irmãos Edmond (1822-1896) e Jules (1830-1870), escritores e críticos franceses; relativamente ao clichê *escrita realista*, observar mais adiante, em trecho rasurado, que Astrojildo altera o epíteto com que define o polémico estilo dos Goncourt.



a campanha civilista encabeçada pelo senador Rui Barbosa, candidato aparentemente de oposição à presidência da República. Em 1910 foi eleito o antagonista de Rui, o Marechal Hermes, candidato da maioria parlamentar e do partido oficial chefiado por Pinheiro Machado. Foi esse um momento de grande agitação política, na qual

### (CXIII)

este vosso criado fez o seu batismo político, nas hostes civilistas. Em 1910 aconteceu também a revolta de marinheiros chefiados por João Cândido.

Mas vejamos quais as figuras literárias que apareceram ou se firmaram nestes primeiros anos do século. Já falei de Euclides da Cunha, que publicou Os Sertões em 1902. Neste mesmo ano apareceu o Canaan de Graça Aranha, grande sucesso literário. Eu o li há mais de 30 anos, depois da campanha civilista, quando, desiludido da política burguesa, buscava no anarquismo uma saída para as minhas inquietações. (Desculpem estas reminiscências de ordem pessoal; mas penso que elas servem de algum modo como indicativos do rumo e da significação dos fatos políticos e literários em questão). Não sei que impressão me causaria hoje uma releitura de Canaan; mas naquele tempo constituiu um elemento favorável à aprendizagem das doutrinas de Kropótkim. Graça Aranha, que veio a morrer em 1931, com 63 anos, fora discípulo de Tobias Barreto, no Recife,

### (CXIV)

e ingressou na diplomacia pela mão de Rio Branco. Publicou mais tarde outros livros, um drama simbólico frustrado, ensaios, filosofia e estética também mais ou menos frustrados e por fim um romance, A Viagem Maravilhosa, completamente frustrado. Uma

série de frustrações, a que poderemos acrescentar a da chefia da "revolução" modernista de 1922. Mas isto já é outra história, a que teremos ainda de chegar, se Deus quiser.

~~[Gonzaga Duque, romancista, crítico de arte, filiava-se ao grupo simbolista; mas escrevia à maneira dos Goncourt, a chamada "escrita artista". Seu amigo e companheiro, o poeta Mário Pederneiras, também de filiação simbolista~~

~~Duas palavras sobre Oliveira Lima, diplomata, monarquista, temperamento azedo e maldizente, autor de livros de história e de viagem utilizados pelos eruditos para consultas.]<sup>24</sup>~~

A primeira década do século marcou o período de expansão do anarquismo não só no movimento operário: no movimento literário também. Eis alguns nomes de escritores do grupo anarquista. Curvelo de Mendonça (1870-1914) publicou em 1904 o romance social Regeneração, e foi um dos fundadores da Universidade Popular para instrução superior e educação do proletariado que funcionou aqui

### (CXV)

no Rio em 1904. Curvelo de Mendonça colaborou, mais tarde, assiduamente, na imprensa burguesa, acomodando-se, não sei em algum cargo burocrático. Fábio Luz, médico, inspetor escolar, publicou diversos romances de inspiração anarquista, literariamente medíocres, e anarquista se manteve até o fim da vida, que não foi curta. Presidiu o Comitê de Ajuda ao povo russo, por ocasião da seca do Volga em 1921; mas pouco depois rompia definitivamente com os companheiros que se passaram para o Partido Comunista. O historiador Rocha Pombo andou uns

---

<sup>24</sup> N do E: este trecho rasurado, presente na transcrição anterior à nossa, inexiste no microfilme: é provável que conste do verso da página.

tempos de namoro com o grupo, mas foi coisa passageira. Elísio de Carvalho foi o teórico do grupo. Era um cabotino, que mudava de posição conforme sopravam os ventos, com a mais deslavada sem-vergonhice. Publicou livros de crítica literária, crônica mundana, coisas heterogêneas e foi parar na polícia, como diretor do gabinete de Identifi

### (CXVI)

cação. Mais tarde montou um escritório de informações comerciais (isto é, espionagem comercial), fundando uma revista econômica Monitor Mercantil. Enriqueceu, não sei se apenas nesse ofício, e fez-se historiador e mecenas, publicando vários volumes de ensaios históricos e uma revista literária América Portuguesa, que reeditou depois da Iª guerra mundial, e onde acolhia generosamente a colaboração da gente nova, inclusive de alguns modernistas da [Semana] 1922 (sic), como era o caso de Mário de Andrade, que eu comecei a ler ali.

João do Rio foi o cronista representativo desse momento febril de remodelação da velha cidade do Rio. Brillhante, cabotino, ousado, escreveu também alguns volumes de contos, romances, comédias, viagens, e morreu com quarenta anos, na direção de um jornal luso-brasileiro.

Dois novos escritores apareceram por essa época, ainda sob o signo do anarquismo: Domingos Ribeiro Filho e Lima Barreto, ambos amanuenses na mesma repartição e freqüentadores do mesmo grupo de boêmios, mas completamente diferente um do outro. Domingos tentou a novela, [publicando] chegando a publicar algumas em volume sob o título geral de

**(CXVII)**

Estudos de Uma Moral. Eu conheci Domingos e Lima Barreto em 1910, ligando-me ao primeiro por uma amizade que durou mais de 30 anos. Tenho as minhas dúvidas a respeito da sua obra de ficção; ele era sobretudo um cronista corrosivo, um ácido polemista, um humorista que se divertia no jogo brilhante das idéias. Não era homem de partido, mas, depois da primeira guerra mundial, acompanhou com entusiasmo a revolução russa e apoiou sempre a atividade do nosso partido, fazendo do Manifesto Comunista o seu livro de cabeceira. Ao contrário de Domingos, Lima Barreto foi acima de tudo um escritor de ficção, um romancista, e como tal representa um cume em nossa literatura. Também ele não era um homem de partido, nem seguiu jamais uma linha política coerente: sua posição foi sempre a de um inconformado, um rebelde, cheio de

**(CXVIII)**

idiosincrasias e contradições. Escarnecia dos poderosos, dos bem-pensantes, dos mascarados, dos cabotinos e salafrários; não tolerava a hipocrisia e nem a arrogância; zombava dos positivistas e não tinha simpatias pela república de 89, manifestando mesmo certas ternuras pelo regime imperial; descrente, ateu, não admitia que lhe tocassem em N. S. da Glória, sua madrinha. Mas quando veio a revolução russa e num momento em que toda a imprensa burguesa se atirava em fúria reacionária contra os bolcheviques, Lima Barreto publicou o seu famoso Manifesto de apoio aos "maximalistas". Morreu pouco depois, com apenas 40 anos, deixando-nos um legado literário de que podemos nos orgulhar.

Afrânio Peixoto e Monteiro Lobato surgiram também por esse tempo. Afrânio apareceu como poeta simbolista, e depois

percorreu todos os gêneros: medicina legal, higiene, pedagogia, romance, crítica, história literária, erudição... mas

### (CXIX)

tudo isso fácil, superficial, mundano. Ele pretendeu definir a literatura dizendo que ela é o "sorriso da sociedade"; trata-se, evidentemente, de uma justa definição da literatura dele Afrânio, homem rico, feliz, mimado pelas classes dominantes. Monteiro Lobato, que estreiou com Urupês, era o oposto de Afrânio. Fazendeiro, homem de mil iniciativas, buliçoso, realizador, fundou uma revista literária que fez época, a Revista do Brasil e em seguida uma casa editora que renovou a indústria editorial no Brasil; exilou-se na América, voltou ao Brasil com grandes planos para a industrialização do nosso ferro e do nosso petróleo, pegando cadeia por isso, durante o Estado Novo; voltou a ser editor, e dedicou-se por fim a escrever histórias para crianças, gênero em que foi um mestre. Tipo desabusado, impetuoso, corajoso, que soube

### (CXX)

na velhice vislumbrar o que significava o Partido Comunista, tomando posição aberta ao lado de Prestes.<sup>25</sup> Sua obra é vasta, variada e contraditória; mas alguns dos seus contos permanecerão como dos melhores da nossa literatura, e seus livros infantis não foram até agora iguais.

Godofredo Rangel

---

<sup>25</sup> N do E : em 1947, Lobato, doente, enviou a fábula *O rei vesgo* para ser lida no Comício do vale do Anhangabaú, como manifestação de seu protesto contra a cassação dos parlamentares do PCB (cf. Monteiro Lobato, M. Lajolo, Ruth Rocha, Ricardo Maranhão (orgs.), série Literatura Comentada, São Paulo, Abril Cultural, 1981, pp. 90-91).

## 7) O fim da primeira guerra mundial até 1930

Em outubro de 1917, o governo brasileiro, arrastado pelos Estados Unidos, entrou na guerra, ao lado das potências aliadas – Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos. Mas é incontestável que o povo brasileiro –ao contrário do que viria a acontecer a segunda guerra mundial– recebeu sem nenhum entusiasmo a declaração de guerra, feita por um gênero divorciado do povo, reacionário, atrelado completamente à política imperialista.

Convém lembrar aqui que a classe operária brasileira se manifestava desde 1914 contra a guerra, denunciando o seu caráter capitalista e reacionário, e organizando-se para lutar pela paz. Os sindicatos

### (CXXI)

operários revolucionários se movimentavam nesse sentido, promovendo conferências, comícios em praça pública, e dando à publicidade um longo manifesto, em que se analisava a situação internacional e nacional criada pela guerra e se traçavam diretrizes para a ação de massas na luta em favor da paz. Os jornais operários sustentavam sem discrepância a luta promovida pelos sindicatos. Digamos ainda que esse movimento era dirigido pelos militantes revolucionários anarco-sindicalistas, que se negaram a acompanhar os chefes anarquistas europeus, que na sua quase totalidade, com Kropótkin e Grave à frente, se haviam posição (sic) a favor dos respectivos governos. Em resultado da atividade então desenvolvida, resumiu-se no Rio, em outubro ? de 1915, um

**(CXXII)**

Congresso Internacional da Paz, com representação dos sindicatos e organizações anarquistas da Argentina, Uruguai, Portugal e Espanha.

Com estes antecedentes, bem se podia prever a atitude que a classe operária brasileira assumiria em face da declaração de guerra do governo: a de oposição e combate.

Aliás, poucos meses antes da declaração, rebentava em São Paulo a grande greve operária de julho de 1917, que fez paralisar completamente, durante alguns dias, a vida industrial e comercial da capital paulista. A greve geral de São Paulo colheira de surpresa as classes dominantes, as quais, passado o primeiro momento de pânico, manobravam com luvas de pelica a fim de ven

**(CXXIII)**

cer o movimento, o que afinal conseguiram.

Uma feroz reação desabou em seguida sobre a classe operária e seus líderes. Logo se compreende que a entrada do Brasil na guerra, sem dúvida resultante principalmente da pressão imperialista, tinha também como um de seus objetivos armar o governo com um estado de sítio contra o proletariado revolucionário. Mas o impulso tomado pelo movimento operário era tremendo, e de nada valiam as medidas policiais de repressão. A revolução russa de 7 de novembro constituiu por sua vez um poderoso fator de mobilização das massas trabalhadoras e ampliação de suas lutas. Os anos seguintes, 1918, 1919, 1920, marcaram uma sucessão irresistível de grandes greves operárias por todo o território nacional. Os sindicatos se fortaleciam dia a dia com a adesão em massa de trabalhadores. Por exemplo, o sindi

**(CXXIV)**

cato de operários em fábricas de tecidos do Distrito Federal chegou a contar um número de associados ativos que alcançava quase que cem por cento da corporação. Acontecia, porém, que esse movimento de massas se processava espontaneamente, sem direção nem orientação adequada. Não havia um partido comunista organizado, pois o nosso Partido nasceu precisamente depois de passada a maré de lutas, que começou a descer desde o fim de 1920. Pode-se ainda afirmar que o Partido, fundado por antigos anarco-sindicalistas, surgiu como resultado de um processo de auto-crítica suscitado pelo balanço das lutas que se desenvolveram de 1917 a 1920, com tamanho ímpeto e tão escassos benefícios.

1921 foi também um ano de agitações políticas, agravadas, como sempre acontece entre nós, com o problema da sucessão presidencial para ao período de 1922-1926. Essas agitações produziram o 5 de julho.

**(CXXV)**

Não direi que elas tenham produzido também a Semana de Arte Moderna, em janeiro de 1922. Mas, a meu ver, a Semana de Arte Moderna foi uma repercussão, no domínio da arte e da literatura, de causas sociais que deram origem tanto ao primeiro 5 de julho quanto à fundação do Partido Comunista.

A este propósito escrevi há pouco um artigo, cuja publicação não foi julgada conveniente. Não pude discutir o assunto, como seria de desejar. Creio que poderemos fazer aqui essa discussão –e assim passarei a ler o artigo que fica incorporado ao texto deste trabalho como uma contribuição à análise do movimento modernista de 1922.



**(CXXVI)****O 5 de Julho e a Semana de Arte Moderna**

Astrojildo Pereira

Pode-se dizer que a "semana de arte moderna" foi uma espécie de 5 de julho da literatura. Ela antecedeu de alguns meses ao levante do forte de Copacabana, mas resultou de fatores semelhantes, acontecendo, não por acaso, no mesmo período de tempo. Não foi também por acaso que aqueles mesmos meses marcaram a data de fundação do Partido Comunista do Brasil. Os três acontecimentos exprimiam, por vias diferentes e em termos também diferentes, uma necessidade histórica inelutável, ditada

**(CXXVII)**

pelo processo de amadurecimento da revolução brasileira nas condições peculiares de um país como o Brasil de estrutura econômica ainda semi-feudal e dominado pelo capital estrangeiro colonizador.

Partindo-se deste ponto de vista, o único aliás aceitável, é que podemos melhor compreender e explicar o verdadeiro significado do primeiro 5 de julho e da "semana de arte moderna". A explicação histórica da fundação do Partido Comunista já se sabe qual é –a afirmação da classe operária como força política independente, passo inicial do processo de hegemonia da classe operária na luta revolucionária do povo brasileiro. O primeiro 5 de julho foi uma tentativa de direção da revolução por parte da pequena-burguesia, com

**(CXXVIII)**

as suas características conspiratórias, golpistas, e sem programa definido- "o programa fica para depois", diziam os conspiradores; fracassou, muito naturalmente, demonstrando na prática a incapacidade política da pequena-burguesia para assumir a hegemonia do movimento. (O segundo 5 de julho, em 1924, embora ainda padecendo dos mesmos vícios de origem, já representou no entanto uma etapa mais avançada, com um programa e a participação das massas populares de uma grande cidade -e justamente por isso produziu a Coluna Prestes). Quanto à "semana de arte moderna", ela foi a demonstração, no terreno da cultura, das mesmas características do primeiro 5 de julho- um putch artístico e literário desencadeado pela pequena-burguesia,

**(CXXIX)**

açulada, no caso, notoriamente, por alguns mecenas de ambos os sexos pertencentes às classes dominantes, homens e mulheres, fatigados e ávidos de novas sensações. [~~Fracassou, como o levante de Copacabana, fundamentalmente por idênticos motivos.~~]

Os autores e as obras que a bulhenta "semana" produziu caracterizam-se desde logo pela heterogeneidade tipicamente pequeno-burguesa. Unificava-os apenas o afã de destruir os moldes gastos de expressão artística e literária, mas cada qual procurava trilhar um caminho individual na afirmação das novas formas de expressão. Havia ainda, entre todos, um certo sentido unitário de "brasileirismo", o que sem dúvida revelava algum sentimento mais profundo,

**(CXXX)**

vinculado aos anseios populares de independência nacional, mas esse era um sentimento a bem dizer inconsciente e inconseqüente. O fato é que, na maioria dos casos, esse "brasileirismo" tomou a feição – francamente retrógrada – de um primitivismo falso e pedante, com a sua cabotinagem antropofágica e verde-amarela. Já sabemos onde tudo isso foi parar –no integralismo, no estadomodismo (sic) e, agora, para remate da aventura, no existencialismo.

Os "modernistas" de 1922 não compreendiam –nem podiam compreender, por várias razões– que a necessidade de "novas formas" de expressão artística e literária era impulsionada, principalmente pelo surgimento de um "novo conteúdo" na vida brasileira –o mesmo conteúdo que havia produzido a fundação do Partido Comunista, organização de "novo" tipo de classe operária, destinada a imprimir "novas formas" de ação política à luta revolucionária do povo brasileiro.

Nem tudo foi negado na "semana de arte moderna", e o que ela deixou de positivo é hoje a herança dos intelectuais de vanguarda, daqueles que lutam por uma cultura a serviço do povo, a serviço da libertação da nossa pátria, a serviço do progresso e do socialismo. Do mesmo modo que nem tudo foi negativo no primeiro 5 de julho, sem a qual não haveria o 5 de julho de 1924

**(CXXXII)**

o qual por sua vez produziu a Coluna Prestes. O processo revolucionário seguiu o seu curso, eliminando tudo que era falso, deformado e "velho", e reforçando o que era verdadeiro, autêntico, "novo". O Partido Comunista, organização de vanguarda da classe operária, é a mais alta forma pela qual se

exprime, em toda a sua plenitude e complexidade, o "novo", o autêntico, o verdadeiro. Eis porque a "nova" cultura brasileira, que teve o seu 5 de julho na "semana de arte moderna", se acha indissolúvelmente ligada às lutas de classe operária e do seu partido de vanguarda – lutas essas que (sic) (*Até aqui o artigo, que submeto à discussão*).

~~{Devo apenas acrescentar que o período transcorrido entre 1922-1930, todo ele de agitações e estados de sítio, foi como~~

### (CXXXIII)

~~na velhice compreender o Partido Comunista, tomando posição aberta ao lado de Prestes, a partir de 1945. Sua obra é vasta, variada e contraditória; mas alguns dos seus contos permanecerão como dos melhores da nossa literatura, e os livros infantis não foram ainda iguálados.}~~

Devo agora mencionar outros escritores que apareceram antes, durante ou pouco depois da primeira guerra mundial, mas só depois de 1918 adquiriram notoriedade: Mario de Andrade, Osvald de Andrade, Cassiano Ricardo, Tristão de Ataíde. Albertc Torres, republicano histórico, antigo parlamentar, governador de Estado, ministro do Supremo Tribunal, elaborou uma sociologia nacionalista, aristocrática, talhada à feição dos interesses mais reacionários da burguesia brasileira; seu discípulo e continuador Oliveira Viana, ainda mais reacionário que o mestre, tornar-se-ia mais tarde o principal teórico do corporativismo fascista do Estado Novo; Vicente Licínio Cardoso, homem rico, engenheiro, positivista não ortodoxo, tentou adaptar suas concepções positivistas

**(CXXXIV)**

a uma sociologia brasileira de acentuado sabor pragmatista, isto é, americano; Gilberto Amado, cronista brilhante, ensaísta superficial, fez carreira rápida na política, tomando ares de sociólogo original, depois ingressou na diplomacia e ultimamente desandou a escrever romances, parece que para fazer alguma coisa durante o tempo que lhe deixam as funções de representante do Brasil num dos departamentos da ONU; Agripino Grieco, folhetinista espirituoso, malabarista verbal, burocrata bem acomodado na vida, sua "obras completas", agora reeditadas, encalharam melancolicamente, num merecido desinteresse dos leitores de hoje, e do futuro, naturalmente. Antônio Torres, ex-padre, cronista e panfletário temido, conquistou rápida popularidade mas sua ideologia continuou de batina, e acabou acomodado num confortável consulado em Londres; Jackson de Figueiredo, ex-materialista, ex-ateu, amigo e discípulo de Farias Brito, mestre do Sr. Tristão de Ataíde, fundador do Centro Dom Vital, filósofo patenteado da reação, panfletário ultramontano, acabou chefiando a censura policial no tempo dos estados de sítio posteriores ao 5 de julho de 1922. Lembremos por fim, o nosso Afonso Schmidt, autor de versos, contos, romances, memórias, tudo escrito numa língua fácil, fluente como

**(CXXXV)**

água pura da fonte, e nisso reside o segredo da sua popularidade; mas Schmidt permanece quase sempre na superfície dos temas que aborda, neles exergando principalmente o aspecto sentimental e romântico.

Entre os poetas seguidos então destacam-se Hermes Fontes, Augusto dos Anjos, Raul de Leoni, cada um com a sua feição própria, e todos três desaparecidos prematuramente. Raul de

Leoni, o último parnasiano que ainda conseguiu transmitir uma certa emoção, apesar do seu aristocrático helenismo; Augusto dos Anjos, um torturado gênero Euclides da Cunha e como este com alguns repentes de gênio; Hermes Fontes, menino prodígio, explosão tropical em forma de poesia, deixou sem dúvida algumas composições que um dia ressuscitarão com merecido louvor, a começar talvez pelos poemas inspirados pela guerra.

Lima

Renato de Almeida

Ronald de Carv.

Adelino Magalhães

Graça Aranha

Mário de A.

Osvald de A

Menotti del P.

Manuel Bandeira

Cassiano Ricardo

A.A.M.

Aug. Meyer

[~~Carlos D. de A.~~]

Tristão de A.

Mel. Bandem.



## Resenha

Hannah Arendt, *Lições sobre a filosofia política de Kant*, Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1993, 152 pp.

*Lições sobre a filosofia política de Kant* não é certamente a obra maior de Hannah Arendt, mas, sem dúvida, é uma obra significativa, seja pelo tratamento argumentativo que utiliza, seja pela oportunidade histórica do seu aparecimento em língua portuguesa. Trata-se, originalmente, de texto extraído de um curso ministrado na New School for Social Research no outono de 1970 em Nova York. Muito embora tenha sido publicado tão somente no ano de 1982, as desinibidas teses aí expostas suscitaram um notável debate.

Arendt, por exemplo, afirma que a reflexão kantiana tem sua origem na *Crítica do Juízo*, justamente porque é esse o momento em que o pensador trata da formação do juízo e da sua universalidade. Sabe-se que, para Kant, o juízo estético se define a partir do gosto, o que impossibilita qualquer aproximação com o princípio de universalidade. Mas, conforme Arendt, pode-se reconstruir o procedimento kantiano para a superação dessa dificuldade: "Condições privadas nos condicionam; imaginação e reflexão tornam-nos capazes de liberarmo-nos delas e alcançarmos aquela imparcialidade relativa que é a virtude específica do juízo. Quanto menos idiossincrático é o gosto, melhor ele pode ser comunicado; a comunicabilidade é, novamente, a pedra de toque" (p. 94). A comunicabilidade do juízo estético é referente à sociabilidade do ser humano, o qual pode efetivamente realizar essa sociabilidade no ato da comunicação dos seus juízos e, com eles, das próprias categorias intelectuais que lhes permitem a formação e a expressão do juízo. Segundo Kant, essa comunicabilidade do juízo, baseada na sociabilidade do indivíduo, determina a universalidade do juízo estético.



É óbvio que entre a universalidade do juízo e a sua comunicabilidade existem ainda dois momentos indispensáveis. O primeiro é definido pela autora da seguinte forma: "Quanto maior o alcance -quanto mais amplo é o domínio em que o indivíduo esclarecido é capaz de mover-se de um ponto de vista a outro- mais 'geral' será esse pensamento. Tal generalidade, contudo, não é a generalidade do conceito" (...). "Ela está, ao contrário, intimamente conectada a particulares, às condições particulares dos pontos de vista que temos que percorrer a fim de chegar ao nosso próprio 'ponto de vista geral'" (pp. 57-58). Essa passagem do particular ao geral é efetivamente uma abstração dos conteúdos de cada formulador do juízo, é uma formalização do julgamento e que, apenas nessa condição, pode permitir a universalidade do juízo estético e a sua efetiva sociabilidade. Segundo Hannah Arendt, tal sociabilidade do juízo estético revela a matriz política do pensamento kantiano: "Se estou certa quando digo que há uma filosofia política em Kant, mas que, em contraste com outros filósofos, ele nunca a escreveu, então parece óbvio que sejamos capazes de encontrá-la em toda a sua obra, e não apenas nos poucos ensaios que são freqüentemente agrupados sob essa rubrica" (p. 42). Além disso, a sociabilidade e a universalidade do juízo colocam em primeiro plano a coerência do empreendimento teórico kantiano; de fato, o juízo estético é relacionado ao juízo gnoseológico tratado por Kant na *Crítica da Razão Pura*. Se é verdade a tese sustentada por Hannah Arendt, pode-se chegar a uma primeira conclusão: mesmo onde parece tratar de temas afastados da política e da história, o pensamento político é constante nas obras kantianas. De fato, Kant concebia o juízo não apenas como o momento no qual o singular se faz universal e, portanto, individual, mas também o ponto de encontro de teoria e política, da mesma forma que, na prática forense, os advogados traduzem, na realidade, as normas do direito.

Essa conclusão permanece válida, não obstante o fato de que a própria Arendt várias vezes nos lembre de que inexiste uma filosofia da lei em Kant: "Se quisermos estudar a filosofia da lei em geral, devemos certamente recorrer não a Kant, mas a

Puffendorf, Grotius ou Montesquieu" (p. 14); ou, então, que é ausente toda verdadeira experiência política: "Kant não tinha nenhuma experiência em tal ação política e nem poderia ter tido, na Prússia de Frederico II" (p. 58). E sobre a condenação que faz da Revolução Francesa: "É importante compreender que a condenação kantiana da ação revolucionária assenta-se sobre um mal entendido, pois ele a concebe em termos de um golpe de Estado" (p. 78).

Não obstante essas lacunas, seria possível falar de uma filosofia política de Kant? O seu pensamento permite que se releia alguns dos fundamentos ético-políticos do homem contemporâneo?

Hannah Arendt indica uma resposta a essas perguntas a partir da concepção de *weltbetrachter* (espectador do mundo): Kant foi ele próprio um espectador dos acontecimentos históricos e políticos de sua época, jamais protagonista, como buscou ser Fichte. Segundo a autora, ser ator na Grécia antiga significava referir-se à "Doxa", à fama, que era também "opinião"; mas, é sabido que, a partir de Platão, os filósofos são inclinados à *sophia* (sabedoria) ou à *episteme* (ciência), e que se pode persegui-las como atos de contemplação do mundo. Neste sentido, Kant continua a tradição platônica, ou seja, a sua participação em um fato notável, como a Revolução Francesa, foi somente contemplativa, mesmo provocando nele uma reação de interesse, a ponto de indagar sobre os fundamentos das suas leis constitucionais.

O *weltbetrachter* é uma das reações comportamentais dos filósofos diante dos acontecimentos históricos de grande relevo; assim, próximo a Kant, pode-se colocar, da mesma forma, Descartes frente a Guerra dos Trinta Anos ou Hegel das guerras napoleônicas. O outro posicionamento é, ao contrário, de uma ativa participação: além de Fichte, acrescenta-se Marx e outros filósofos, como Bacon e Locke, que se dedicaram à política ativa. Ser espectador do mundo não implica, no entanto, estar fora do acontecimentos, mas, antes, ocupar um ponto de perspectiva geral, a partir do qual seja possível reconstruir o curso do mundo: "No centro da Filosofia moral de Kant encontra-se

indivíduo; no centro de sua filosofia da história (...) encontra-se o progresso perpétuo da raça humana, ou gênero humano (...). É ele quem decide, tendo uma idéia do todo, se, em algum evento singular, particular, o progresso está sendo efetuado" (p. 75). Eis o ponto ao qual nos conduz a conclusão de Hannah Arendt. Hoje, depois da queda do comunismo, da ideologia que, mais do que qualquer outra, se entregava ao empenho prático dos intelectuais, estamos em condições de exprimir um juízo sobre o progresso da humanidade, seja no Brasil, seja no resto do mundo. E, este juízo, não é, por certo, totalmente positivo: somos mais livres, mas, com a liberação, cresceram a desigualdade e a miséria. Ou melhor, se os regimes comunistas, fundados teoricamente numa total igualdade entre os homens, eliminaram ou reduziram radicalmente os níveis de pobreza, não souberam, porém, construir o reino da liberdade. Nos países de Primeiro Mundo, ou aqueles genericamente capitalistas, como é o caso do Brasil, instaurou-se sim a liberdade, mas em detrimento da miséria, da ausência de cidadania, igualdade e justiça entre as camadas mais pobres da população. Com isso, poder-se-ia concluir superficialmente que tanto a igualdade como a liberdade não são valores que possam realizar-se no mundo dos homens; esta seria a amarga falência da modernidade, o que tornaria alegres aqueles que aplaudem, sob princípios pós-modernos, o término mal-sucedido de toda uma época fundada sobre a *egalité*, a *liberté* e a *fraternité*.

O ensinamento da filosofia política de Kant indica, pelo contrário, sinais opostos. Antes de tudo porque Kant desenvolveu mais detidamente a sua filosofia política somente depois de 14 de julho de 1789; esse procedimento ocorreu menos como reflexão que cumpre uma etapa de um processo de pensamento pré-fixado e mais como resposta singular do pensador a um acontecimento de alcance universal. Além disso, Kant foi o autor da *Crítica da Razão Prática*, onde a ação moral é fundada sobre a liberdade. Neste obra, Kant concebe a liberdade como o fundamento da moral, como um verdadeiro princípio da moral, mas a ação prática dos revolucionários franceses se movimentava em direção totalmente oposta à sua, não obstante a sua filosofia ter

influenciado alguns dos protagonistas da revolução, como lembra Hannah Arendt a propósito de Sièyes (p. 59). A ação dos revolucionários, em particular a dos jacobinos, mesmo partindo de valores como liberdade, igualdade e fraternidade, traduzia-se em violência, assim como a ação do absolutismo pré-revolucionário, verdadeiro antagonista da filosofia kantiana.

O contraste entre as idéias e os fatos não escapou a Kant que se, de um lado, manteve o dilema entre o entusiasmo revolucionário e a condenação dos crimes cometidos em seu nome, por outro, reforçava sempre que a liberdade não é um esquema formal, mas o conteúdo-fundamento da ação moral. No esquema formal, o imperativo categórico é o limite da vontade que conduz a ação moral, mas sempre subordinado à liberdade. A filosofia moral e prática é, portanto, o princípio regulador da sua filosofia política, não existindo incongruências entre as duas esferas da sua filosofia. Muito provavelmente Kant permaneceu incapaz ou impossibilitado de sair do papel de espectador do mundo. Permaneceu solitário, mas foi capaz de refletir sobre os fundamentos do "mundo novo" que via surgir, assim como nós podemos repensar os valores de um mundo que desmoronou e aqueles do mundo sobre o qual permanecemos operando. As questões fundamentais não são diferentes, apesar dos dois séculos que as separam.

Para Kant, o centro da contradição entre a liberdade e a igualdade se encontra na comunicação e na interação entre a esfera particular ou pessoal e a esfera universal ou coletiva. A esse respeito, o pensador coloca a seguinte questão: "Como um singular pode aceitar os valores universais e gerais da sua comunidade e como esta pode respeitar os valores do singular?" Vale lembrar que, para Kant, "comunidade" não é a simples soma dos membros de uma coletividade, mas um conceito *transcendental* com referência à soma dos seus membros, isto é, universal. A solução para esta questão deve ser procurada internamente aos valores da modernidade, ou, mais especificamente, no terceiro dos seus três valores fundamentais: a fraternidade, obviamente traduzida no significado mais desenvolvido do *reconhecimento da origem dos valores individuais próprios a partir daqueles da comunidade e*

do reconhecimento da existência de valores particulares discordantes dos valores gerais. Esse seria o primeiro passo em direção a uma real "fraternidade" dos valores que se fundam sobre a liberdade. Usando os termos de Hannah Arendt: este seria o reconhecimento da sua sociabilidade e este reconhecimento deve ser de forma e não de conteúdo, de modo que nenhum valor possa ser superior a outro. Somente com o reconhecimento da liberdade como fundamento da igualdade de todos os valores morais, não egoístas, mas realmente comuns e universais, será possível resolver a contradição contemporânea entre liberdade e igualdade, assim como dar um novo significado à palavra "solidariedade", isto é, *condivisibilità dei valori*. Como se vê, o caminho da evolução do mundo moderno é ainda longo e passa entre as páginas da filosofia kantiana.

Porque representou um momento de resposta das teorias à história, a esquerda, hoje, não pode prescindir da leitura da filosofia kantiana. É aí que se apresenta, pela primeira vez em versão moderna, o problema da fundação de uma filosofia prática, isto é, de uma ciência da experiência do agir humano. Em Kant, pensador isolado na periferia do mundo e expressão da cultura alemã da época, permaneceu somente a atônita posição de *weltbetrachter*, mas a absurda evolução do mundo contemporâneo nos leva a outros posicionamentos. Ser de esquerda significou, até aqui, identificar o momento pelo qual se passa de espectador à protagonista (sempre que esse momento se apresentou). Agora deve assumir novo significado: ser efetivamente "cidadão do mundo", significa ser co-protagonista das escolhas, ser solidário com os valores alheios, que são formalmente também os nossos, desde que fundados sobre a liberdade, sobre o livre uso da própria razão e a consolidação da igualdade dos homens.

Antonino Infranca\*

---

\* Filósofo, colaborador da revista italiana *Crítica Marxista*. A tradução da resenha é de Tânia Tonezzer.

## Normas para colaboração

---

1. Os artigos recebidos por *Idéias* serão submetidos a dois pareceres, cabendo a decisão final sobre a sua produção à Comissão de Redação.
2. Os artigos deverão ser apresentados, preferencialmente em disquete de microcomputador IBM PC ou compatível, acompanhados de duas cópias impressas, ou em duas cópias datilografadas em espaço duplo, com 27 linhas de 60 toques.
3. Os artigos não deverão ultrapassar 30 laudas.
4. As referências bibliográficas deverão ser apresentadas em notas de rodapé nas quais conste: nome do autor, sobrenome do autor, título da obra em *itálico*, local da publicação, editora e ano da publicação.
5. *Idéias* aceita sugestões para resenhas de livros





**UNICAMP**

**IMPRESSO  
GRÁFICA-ASE-UNICAMP**